

**MIGUEL ZIOLI**

**POLÍTICA COM CAFÉ NO OESTE DO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**Bento de Abreu Sampaio Vidal (1872-1948)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, para a obtenção do Título de Mestre em História.

Área: História e Sociedade.

**Orientador: Dr. Áureo Busetto**

ASSIS

2006

A meus pais, José Miguel (*in memoriam*) e Maria.

Ao Esteves e ao João Paulo (*Siqueira*).

Assim como os grandes personagens entram para a história da humanidade, as pessoas de quem gostamos entram para a história de nossa vida. Dessas, a gente nunca se esquece, pois marcam os momentos mais felizes.

Fransérgio Follis

## **Agradecimentos**

Aos meus amigos de todas as horas **Ana** Maria Domingues de Oliveira, **Carmem** Sílvia de Almeida, **Heloísa** Costa Milton, **Lourdes** Casquete, **Márcia** E. de Almeida **María** Gravina, **Rosana Santin**, Rosemary da Silva (**Meire**), Salete Eliza de Seta (**Saletinha**), **Tania** Macêdo, **Cláudio** J. Adas, **Cláudio** Pereira, **Edson** Antônio Duarte, **Edvaldo** Souza Couto, **Fábio** Arthur Dias, **Fábio** de Souza (Fabinho), **Iris** J. Santos, **João** **Baptista** Novelli Jr., **Luiz** Alberto Vertematti, **Maurício** Cordeiro, **Maurício** Molizane, **Miguel Andrade**, **Paulo** Adolfo Bueno da Silva.

Todo trabalho intelectual é um exercício solitário cuja responsabilidade pertence ao seu autor. Mas por trás de sua arquitetura há uma série de colaboradores, diretos e indiretos, que em algum momento prestaram o indispensável auxílio. Sou grato a todos os que, ao longo desses meses, tiveram a sensibilidade de realizar algum gesto positivo para que eu pudesse finalizar este estudo.

Ao Prof. Dr. Antônio Celso Ferreira, diretor da UNESP, Campus de Assis, que me apresentou formalmente ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; aos funcionários do CEDAP-UNESP, de Assis; aos Dr. Milton Carlos Costa e Dr<sup>a</sup> Célia Camargo pelas contribuições que deram ao meu projeto de pesquisa; aos Professores. Dr. Paulo Martinez e Dr<sup>a</sup> Flávia Arlanch que participaram da banca do Exame Geral de Qualificação; à Dr<sup>a</sup> Anna Maria Martínez Corrêa pela gentileza com que me recebeu em todas as ocasiões em que a procurei no CEDEM; à Dr<sup>a</sup> Nelly Martins Ferreira Candeias, presidenta do IHGSP e ao Carlos que abriram as portas do IHGSP para mim; ao Dr. João Paulo Botelho Vieira, pelas informações sobre a família Arruda Botelho; ao Dr. Sylvio de Moraes Almeida; aos Srs. Oswaldo Passos de Andrade Filho e esposa, Eduardo Pinto de Carvalho, ao casal Mali e José Francisco Cerquinho Malta, netos de Bento de Abreu Sampaio Vidal pela gentileza com que me receberam e pelas informações fornecidas; ao Sr. Francisco, do Arquivo da Faculdade de Direito da USP; à Sra. Aparecida e ao Maurício e demais funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo; aos funcionários do Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo; aos funcionários da Sociedade Rural Brasileira; ao Rogério, do 4<sup>o</sup> Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo; aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís; à Sra. Marta Silvia Craveiro, da Cúria Metropolitana de Campinas; à Débora, do Centro de Memória da UNICAMP; à Marina, Patrícia e Sílvio, do Arquivo Histórico Municipal Rodolpho Telarolli, em Araraquara; à Sra. Sandra, do Museu Histórico e Pedagógico de Araraquara; à Sra Neubes M. Paschoa, da Câmara Municipal de São Carlos; ao Daniel, do Cartório de Registro Civil de São Carlos; aos funcionários da Fundação Pró-Memória de São Carlos; à Wilza A. M. Texeira, bibliotecária da Câmara Municipal de Marília, ao Domingos Carnesecca Neto da Gerência do Patrimônio Urbano de Araraquara ao Chico Fleck pelo abstract e, sobretudo, ao meu orientador, Dr. Áureo Busetto, pela gentileza com que aceitou orientar-me e pelas críticas e ponderações de um leitor atento e perspicaz. A todos, minha gratidão.

## RESUMO

Constitui-se o presente trabalho em uma biografia política de Bento de Abreu Sampaio Vidal (1872-1948), integrante da oligarquia cafeeira paulista durante a Primeira República. Bento de Abreu participou da vida política de Araraquara tendo presidido a Câmara local de 1911 a 1916 e de 1923 a 1930. Grande cafeeiro, ajudou a fundar a Sociedade Rural Brasileira em 1919, presidindo-a em várias ocasiões. Nos anos 1920, elegeu-se deputado estadual, ao mesmo tempo em que participava da expansão da fronteira agrícola rumo ao oeste do Estado, incentivando a criação de vários distritos, o mais importante dos quais deu origem à cidade de Marília, em 1929. A Revolução de 1930 não interrompeu sua carreira política e filiado ao Partido Constitucionalista elegeu deputado à Constituinte estadual de 1935. Durante o Estado Novo, ocupou o cargo de Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo e após 1945, elegeu-se novamente deputado estadual, pelo Partido Social Democrático, participando da Constituinte Estadual de 1947.

**Palavras-chaves:** Primeira República; Oligarquia cafeeira paulista; História regional (Araraquara e Marília); Biografia; Bento de Abreu Sampaio Vidal.

## ABSTRACT

The present work constitutes a political biography of Bento de Abreu Sampaio Vidal (1872-1948), a man who integrated the coffee planters' oligarchy of the State of São Paulo (Brazil) during the political period called First Republic (1889-1930).

Bento de Abreu took part in the political life of Araraquara (SP), where he was the president of the local town council from 1911 to 1916 and from 1923 to 1930. He was a big coffee planter and helped to establish the Brazilian Rural Society in 1919 and became its president of several times. In the 1920s he was elected one of the stately deputies; meanwhile he took part in the extension of the agricultur frontiers leaing west of State and promoting the criation of several villages. The most important of them gave origin to what later would become the city of Marília (SP), in 1929. The Revolution of 1930 did not interrupt his political career and joining the called Partido Constitucionalista he was elected deputy to the Stately Constitution of 1935. During the political period called New State (1937-1945) he was the Agricultur Secretary of the State of São Paulo and after 1945 he was again elected stately deputy, this time joining the called Partido Social Democrático and so he took part of the Stately Constitution of 1947.

**Key-words:** First Republic period (1889-1930); coffee oligarchy of São Paulo State; Regional History (Araraquara and Marília); biography; Bento de Abreu Sampaio Vidal.

## CURRICULUM VITAE

### **Bacharelado em Letras**

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas-(IBILCE)

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-(UNESP)

Campus de São José do Rio Preto.

1982-1985

### **Bacharelado em História**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-(FFLCH)

Universidade de São Paulo-(USP), São Paulo.

1989-1993

### **Licenciatura em História**

Faculdade de Educação

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

1998-2000

# SUMÁRIO

**Introdução.....10.**

## **Capítulo 1**

### **A formação intelectual e a família.**

**1.1 Infância e estudos.....29.**

**1.2 Laços de família.....46.**

**1.3 Rafael Sampaio Vidal: o irmão ilustre.....60.**

## **Capítulo 2**

### **Os primeiros passos na política.**

**2.1 Uma falência no meio do caminho.....76.**

**2.2 O distrito, o álbum e o teatro.....85.**

**2.3 A marcha para o oeste e a Sociedade Rural Brasileira.....104.**

## **Capítulo 3**

### **O nascimento de um benemérito.**

**3.1 Novos projetos políticos.....122.**

**3.2 Tempos revolucionários.....141.**

**3.3 Marília: a musa de Bento de Abreu.....155.**

**3.4 A cerimônia do adeus.....166.**

**Considerações Finais.....175.**

**Fontes.....178.**

**Referências Bibliográficas.....180.**



*Acreditamos que nossa vida é pobre até porque sua maior riqueza nos escapa. Tanto quanto um camelo pode passar pelo buraco da agulha, esta riqueza perpassará tudo que da vida dissermos quando, num livro, nós desejarmos mostrá-la aos outros.*

P. Klossowski, *Le Souffleur*

# Introdução

*A biografia é uma troca humana, é o que chamei ‘um aperto de mão através do tempo’. É um ato de solidariedade humana e, à sua própria maneira, um ato de reconhecimento e de amor. Talvez sua subjetividade romântica seja precisamente sua força. Confirma nossa necessidade de encontrar nosso ‘self’ no outro, e de não estarmos sempre sós.*

Richard Holmes

Segundo Pierre Bourdieu, “o *homo academicus* gosta do acabado. Como os pintores acadêmicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques”<sup>1</sup>. Mas toda obra, seja ela acadêmica ou não, é fruto de um processo.

Em tempos midiáticos, a divulgação desse processo vem se tornando cada vez mais constante. São os *making off* que trazem a público os bastidores dos filmes, das peças de teatro, das novelas de televisão, nos quais todos os envolvidos no processo de criação são chamados à mídia, impressa e falada, para “contar” algo mais sobre o produto final, a obra.

Não é muito diferente do que ocorre na literatura quando, após o lançamento de um livro, os autores são convidados a falar de suas obras, de suas vidas, esclarecendo, em muitas ocasiões, os percursos que os levaram a escrever aquele texto.

---

<sup>1</sup> BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 19.

Quanto aos historiadores, também eles, fruto do espaço e do tempo em que vivem, começaram a falar sobre seus textos. Saíram do silêncio dos arquivos, das oficinas da História para revelar o processo que os levou a privilegiar este ou aquele objeto de pesquisa, ou para explicarem o recorte cronológico escolhido.

Na impossibilidade de escrever aqui um *making off* contendo cada passo desde que idealizei este trabalho, penso ser de algum valor dizer, ao menos, como cheguei ao meu objeto de pesquisa, sobretudo, porque se trata de um estudo que privilegia a vida de um homem que se não foi herói, muito menos esteve entre os vencidos da História. Um homem que viveu e sonhou seu tempo, assim como fazem a quase totalidade dos seres humanos, os quais, ao fim e ao cabo, são a imensa maioria dos operários da História.

Segundo Simone de Beauvoir (1908-1986), ensaísta e autora de uma extensa obra autobiográfica, e que fez reflexões sobre a grafia da vida assim como o fazem muitos intelectuais, “não se pode captar e cingir uma vida como se cinge uma coisa, já que se trata, segundo a expressão de Sartre, de uma ‘totalidade-destotalizada’ e que conseqüentemente ela não é [...] Mas podemos fazer algumas perguntas a seu respeito: como se *faz* uma vida? Qual é nela a contribuição das circunstâncias, da necessidade, do acaso, das escolhas e das iniciativas do sujeito?”<sup>2</sup>

Nunca antes havia pensado em escrever uma biografia, embora, desde as primeiras letras, tivesse algum pendor para o que eu ingenuamente pensava ser a História. Quis o acaso, e é importante deixar claro que mesmo o acaso só frutifica sob determinadas estruturas, previamente construídas, que as circunstâncias me levassem a escrever esta biografia de Bento de Abreu Sampaio Vidal.

---

<sup>2</sup> BEAUVOIR, S. *Balanço Final*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 10.

Se eu começo esta introdução por mim é porque entendo que, de alguma forma, todas as vidas estão entrelaçadas, ainda que sutilmente. Pretendo deixar claro que, em certo sentido, é através da narrativa do biógrafo que se estabelece um fio condutor que reconstrói, retrospectivamente, a partir dos fragmentos históricos, as fontes, este ou aquele perfil histórico.

Natural de Marília, no interior do Estado de São Paulo, durante os primeiros anos de vida, eu morei na Avenida Carlos Gomes, de onde saía junto a meu pai, para assistir às principais manifestações cívicas da cidade, tão usuais naqueles (dizem hoje) sombrios anos de chumbo.

Em minha memória, e a memória é sempre seletiva, ficaram guardadas ao menos duas daquelas manifestações populares: a festa pela vitória da Seleção Brasileira, no México, em 1970; e, no ano seguinte, uma celebração ainda maior devido à ascensão do time de futebol da cidade, o MAC (Marília Atlético Clube), à elite do futebol paulista. Estas, e outras celebrações, como o aniversário de fundação de Marília, comemorado em 04 de abril, e o desfile cívico de 07 de Setembro, aconteciam sempre na principal avenida da cidade, a Avenida Sampaio Vidal.

Adepto do futebol, igual a tantos brasileiros, em algumas ocasiões, tive a oportunidade de acompanhar meu pai ao estádio municipal para assistir às partidas do MAC contra os rivais da região ou contra os grandes times da Capital, partidas sempre realizadas no estádio “Bento de Abreu Sampaio Vidal”, mais conhecido ultimamente como “Abreuzão”.

No curso primário, feito no então Instituto Estadual “Monsenhor Bicudo”, conforme determinava a estrutura curricular vigente, recebi, nas primeiras séries, noções da História local. Em tempos de patriotismo exacerbado, a professora procurava explicitar os aspectos

positivos de uma cidade que, segundo diziam, havia crescido tão vertiginosamente que em poucos anos passara a ser a capital de uma região com o epíteto de “Cidade Moça” numa clara referência ao seu recente passado histórico. A este se somava o de “Capital da Alta Paulista”.

E no início da História da cidade encontravam-se alguns personagens, dentre os quais se destacava Bento de Abreu Sampaio Vidal ao qual a cidade prestou homenagens batizando sua principal avenida e o estádio local com seu nome: Segundo me informaram, havia sido ele o fundador da cidade, o homem que escolhera seu nome, em homenagem à Marília de Dirceu, musa do poeta árcade Tomás Antônio Gonzaga.

O tempo passou e não me interessei mais sobre tal assunto, afinal se eu quisesse saber algo mais sobre aquela história bastava ler algum cronista local, em cuja obra encontrava-se escrita toda a História da cidade.

Na época do vestibular, em dúvida sobre a carreira a seguir, afinal aos 17 anos pede-se que decidamos o futuro com absoluta convicção, acabei optando pelo curso de Letras, habilitação - Tradutor, no IBILCE, campus da UNESP de São José do Rio Preto.

Enquanto estudava, fui contratado como estagiário do COMDEPHACT (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico) da cidade. Coube a mim fazer um levantamento nos jornais locais, sobre a história dos dois principais clubes de futebol da cidade: o América F.C. e o Rio Preto E.C. Em pouco tempo percebi que estava mais interessado no estágio do que na maioria das disciplinas que compunham o curso de Letras. Mais tarde, já residindo na capital paulista, deixei de lecionar para voltar a estudar História, na Universidade de São Paulo.

Em meados da década de 1990 quando soube que a instituição bancária em que trabalhava ia, inevitavelmente, ser privatizada, em meio à onda de privatizações

patrocinadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, dei-me conta de que uma etapa de minha vida se fechava e eu deveria recomeçar por “outro caminho”.

Nesse “outro caminho”, através da indicação de um amigo, e após “acazos” que não cabem aqui relatar, acabei entrando em contato com o Prof Dr. Áureo Busetto, o qual aceitou orientar-me no Mestrado.

Quando o encontrei pela primeira vez, tinha o projeto de estudar algum aspecto da história regional e, após conversamos, entendemo-nos quanto à viabilidade de uma biografia política sobre Bento de Abreu Sampaio Vidal.

Ao procurar estruturar o projeto de pesquisa, mergulhei nas primeiras leituras sobre o campo biográfico, e passei a refletir sobre a complexa tarefa em se propor a grafia de uma vida. Por outro lado intensifiquei as leituras sobre a Primeira República e os anos iniciais da Era Vargas, sob os quais transcorreu grande parte da vida e da carreira política de Bento de Abreu, tópicos centrais desta introdução.

Em 1969, Edgar Carone chamava atenção, em *A Primeira República*, para o fato de que poucos estudos haviam sido produzidos sobre o primeiro período republicano, apesar da existência de fontes abundantes. Segundo o historiador, a falta de consulta a tais fontes deixava lacunas na compreensão da “formação e lutas das oligarquias urbanas e as oligarquias rurais; as lutas operárias e da classe média; e a interdependência das situações econômica, social e política, etc.”<sup>3</sup>

Em 1991, Bóris Fausto, numa síntese das transformações ocorridas no panorama historiográfico da Primeira República comentava:

---

<sup>3</sup> CARONE, E. *A Primeira República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, p. 05.

a história da Primeira República saiu nos últimos seis ou sete anos do domínio do desconhecido para a condição de campo privilegiado. Por muitos anos, os raros trabalhos que tinham como objeto a análise do período oscilaram, em regra, entre a restrita abordagem "*évènementielle*" ou a grande generalização, cheia de aparentes certezas. Na maior parte dos casos, tal generalização partia de um esquema que supunha conhecidas a infra-estrutura econômica e a natureza das contradições de classe. Enquanto se enquadrava o processo histórico nessa suposição, operava-se ao mesmo tempo um reducionismo classista tranqüilizador. Conflitos, grupos, instituições pareciam ser sempre epifenômenos dos interesses de classe. Estas comportar-se-iam de acordo com um padrão transparente de racionalidade, refletido na disputa política ou no discurso ideológico<sup>4</sup>

Os inequívocos avanços em relação à historiografia sobre o primeiro período republicano podem ser comprovados pelo expressivo número de teses e dissertações oriundas principalmente das universidades públicas. Verifica-se nesses estudos uma mudança na postura dos historiadores que, conscientes da impertinência de se fazer uma História total, procuraram delimitar seus objetos de estudo, passando a produzir textos sobre temas pontuais, tais como a história das oligarquias estaduais; dos partidos políticos; dos movimentos sociais e culturais; ampliando e transformando assim a visão que se tinha sobre aquele período.

Dentre os principais os trabalhos realizados nas últimas décadas destacam-se os de Elias Thomé Saliba (1981), Rodolpho Telarolli (1981), José Ênio Casalecchi (1985), María Lígia Coelho Prado (1986), Joseph Love (1987), José Roberto do Amaral Lapa (1990), Boris Fausto (1997) e José Murilo de Carvalho (1987, 1990, 1998).

Entretanto, com relação à Primeira República, em São Paulo, Estado que mais se desenvolveu economicamente durante o novo regime, e que forneceu ao Brasil os mais influentes estadistas da época, exceção feita a Elias Thomé Saliba (1981) que escreveu sobre o percurso intelectual de Cincinato Braga (1864-1953), a biografia ainda parece estar longe do horizonte dos historiadores empenhados em estudar aquele período.

---

<sup>4</sup> FAUSTO, B.. *O Brasil Republicano – 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930) in História Geral da*

Pode-se encontrar, até o momento, fragmentos biográficos dispersos em obras que privilegiam algum tema pontual, como por exemplo, *República, política e partido*, de José Sebastião Witter (1999), texto no qual se vislumbra algo da trajetória política de Francisco Glycério (1846-1916) ou *Villa Kyrial – crônica da belle époque paulistana* de Márcia Camargos (2001), que resgata fragmentos da vida do senador José de Freitas Valle (1870-1958), o criador do conhecido Pensionato Artístico que tanto auxiliou prestou a artistas brasileiros que optaram aperfeiçoar seus conhecimentos na Europa.

Em 1987, o brasilianista Joseph Love publicou *São Paulo na Federação Brasileira: a locomotiva*, estudo histórico-sociológico, no qual procurou mapear a elite política e econômica paulista. O texto de Love, que tem servido de base a quase todos os estudos referentes à oligarquia paulista durante a Primeira República, vem acompanhado de um organograma, especialmente confeccionado pelo autor, contendo nomes de 263 políticos, que ocuparam os principais cargos administrativos do Estado entre 1889 e 1937.<sup>5</sup>

Em capítulo especialmente consagrado à ordem política, Love apresentou alguns estudos de caso a partir de esboços biográficos de Jorge Tibiriçá (1855-1928); Arnolfo Azevedo (1867-1938); Rodolfo Miranda (1860-1941); Ataliba Leonel (1875-1934) e Armando de Salles Oliveira (1887-1945). Deixou transparecer, entretanto, o seu descontentamento quanto ao fato de não existirem estudos sistemáticos sobre outros líderes republicanos, o que, segundo ele, traria contribuições significativas para uma visão mais apurada do período.

Seria difícil apontar com exatidão o porquê de persistir o silêncio em torno da biografia, seja sobre os líderes republicanos paulistas, ou sobre outros personagens de

---

*Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991. Tomo III, p.8.



períodos distintos de nossa história, dentro da cidadela universitária. Em parte, a pouca atenção dada à história individual parece ser consequência do manto de silêncio que se abateu sobre os historiadores em relação ao gênero biográfico, até o final da década de 1970, quando muitos deles, ainda viam com reticências os estudo de trajetórias individuais, por considerarem insuficiente o método biográfico, acusado de não apresentar aporte teórico compatível ao método histórico.

Ao longo do breve século XX, conforme o denominou Eric Hobsbawn (1995), a visão das Ciências Humanas em relação ao papel dos percursos individuais na História veio sendo revisada. A Primeira Guerra Mundial e, sobretudo a Revolução Russa parecem ter tido grande peso no descrente olhar dos historiadores e cientistas sociais em relação ao método biográfico tradicional, pois ambos os eventos trouxeram para o centro das preocupações historiográficas a presença das grandes massas humanas.

Considerada uma das manifestações da história política, a biografia parece ter sido relegada a um aparente ostracismo por parte dos historiadores ao final da década de 1920, quando os historiadores franceses, ligados ao que se denominou posteriormente *École des Annales*, ainda sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução bolchevista, passaram a preconizar uma História de cunho econômico-social voltada para o estudo das grandes massas. Esta se apoiava nas, então revolucionárias descobertas da demografia histórica, que parecia adequar-se melhor a uma concepção histórica interessada em processos de longa duração.

Por outro lado, a crítica de significativa parcela dos historiadores marxistas que entendia haver uma predominância do campo econômico sobre o político, noção que os

---

<sup>5</sup> Bento de Abreu foi incluído nesse organograma por integrar a Comissão Central do Partido Constitucionalista.

levava a privilegiar em seus textos a estrutura econômica em detrimento da conjuntura política, também contribuiu para que a biografia permanecesse fora do horizonte dos historiadores.

Pode-se argumentar que Lucien Febvre (1878-1956) e Fernand Braudel (1902-1985), historiadores epígonos dos *Annales*, não deixaram de escrever sobre os grandes personagens da História. Para tanto basta lembrar o *Felipe II* (1527-1598), o *Lutero* (1483-1546), o *Rabelais* (?-1553) e a *Margarida de Navarra* (1492-1549) de Febvre ou *O Mediterrâneo no tempo de Felipe II*, de Braudel.

Mas, se por um lado, conforme lembra o verbete sobre mentalidades, contido no *Dicionário de Ciências Históricas*, de André Burguière (1993), as biografias de Febvre “jamais identificam um objeto à trajetória de um destino excepcional, portador de inovações inauditas e procuram relacionar essa trajetória com as condições gerais nas quais ela se inscreve e que lhes fixam ao mesmo tempo as possibilidades e o sentido”<sup>6</sup>, por outro lado, não é possível afirmar que eles tiveram a intenção de se utilizarem do método biográfico.

O fato dos historiadores deixarem a biografia fora de seu horizonte teórico não a fez desaparecer, já que continuou a ser cultivada pelos romancistas e apreciada pelo público leigo. Lyton Strachey (1880-1932), Stephan Zweig (1881-1942), Emil Ludwig (1881-1948) e André Maurois (1885-1967) são os principais nomes entre aqueles que tiveram o mérito de repensar a narrativa biográfica, ancorados nas revolucionárias descobertas da psicanálise, a partir, sobretudo, do sucesso da obra do Dr. Sigmund Freud (1856-1939).

---

<sup>6</sup> BURGUIÈRE, A. *Dicionário de Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 531.

Por outro lado, Marcel Proust, (1871-1922), James Joyce (1882-1941) e Virgínia Woolf (1882-1941), embora não tenham escrito biografias, por vias indiretas, contribuíram para repensá-la, ao questionarem a estrutura narrativa linear do romance tradicional, pois revolucionaram a própria literatura ao produzirem textos que privilegiavam um tempo psicológico em detrimento do tempo factual. Virgínia Woolf chegou a expressar seu espanto com a ingenuidade reinante entre aqueles que se dispunham escrever uma biografia, pois afinal, segundo ela, os seres humanos apresentariam uma série infundável de “eus”.

Em 1988, ao publicar na França, *Por uma História Política*, o historiador René Rémond defendia a tese de que a história política experimentava “uma espantosa volta da fortuna, cuja importância os historiadores nem sempre têm percebido.”<sup>7</sup> Acompanhado por onze expressivos historiadores franceses, o projeto de Rémond procurava chamar a atenção para uma série de novas abordagens, objetos e problemas da nova história política. Nessa obra, ganhou lugar de destaque a problemática da biografia, indicando que o gênero voltava ao centro dos debates historiográficos.

O capítulo referente ao método biográfico coube ao historiador Phillipe Levillain (1996)<sup>8</sup> que se baseou nos estudos de Arnaldo Momigliano (1908-1987), para esclarecer que “a separação entre biografia e História não é uma lei da natureza, mas uma herança da historiografia grega, que situava a História do lado dos acontecimentos coletivos e colocava

---

<sup>7</sup> RÉMOND, RÉMOND, R. (Org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 14.

<sup>8</sup> Baseio-me evidentemente no debate historiográfico francês, por entender ter sido este o que mais repercutiu no Brasil. Bastante distinto era, por exemplo, o que ocorria no outro lado do Canal da Mancha. Na Inglaterra, o historiador Christopher Hill publicou em 1970 a biografia *O eleito de Deus – Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. HILL, C. *O eleito de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

a biografia à parte, como uma análise dos fatos e gestos de um indivíduo cujo sentido era sugerido pelo autor”.<sup>9</sup>

Embora seja discutível a tese sobre a queda e conseqüente reabilitação da História política, assim como do abandono do método biográfico pelas estreitas ligações que mantinha com aquele campo específico da história, o fato é que Philippe Levillain buscou nas palavras de Jacques Le Goff e Pierre Nora (1974), a prova da desconfiança em relação à biografia.

Le Goff e Nora ressaltavam a especificidade (e a insuficiência metodológica) de um gênero que estaria situado “nas fronteiras da Literatura e da História”, e o designavam fora do campo histórico em terreno onde acampavam “esses vulgarizadores de baixo nível, esses escrevinhadores de historieta” que se valeriam de certa arte de escrever para o grande público para fazer esquecer sua insuficiência científica”.<sup>10</sup>

Considerando a tese de Rémond, pode-se dizer que a “reabilitação da história política”, pela comunidade acadêmica, deu-se a partir de meados da década de 1970, quando a supervalorização do discurso estruturalista passou a não mais contemplar a realidade dos explosivos anos 1960 e 1970, abalados; com a guerra pela independência das colônias francesas, sobretudo a da Argélia, em 1960, fatos que tiveram grande repercussão sobre a intelectualidade francesa, então uma dos mais expressivos e fecundos campos intelectuais do Ocidente.

Aqueles explosivos anos, que culminaram no famoso Maio de 68, em Paris, foram muito bem traduzidos por um desconhecido estudante francês que escreveu no quadro de uma sala de aula da Sorbonne: “As estruturas não descem às ruas”. Comentando essa frase,

---

<sup>9</sup> LE GOFF & NORA, 1974, apud LEVILLAIN. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 145

Lucien Goldmann (1913-1970), que a cita, ponderou acertadamente: “nunca são as estrutura que fazem a História, mas os homens, ainda que a ação destes últimos tenha sempre um caráter estruturado e significativo”.<sup>11</sup>

Somente aproximando-se o final do século XX, é que se consolidou a chamada crise dos paradigmas que reverteu certezas em relação ao método estruturalista. Pode-se dizer que a desilusão com o fim do socialismo real, representado pelo modelo soviético, contribuiu para que historiadores e demais estudiosos revertissem os olhares pessimistas em relação aos percursos individuais na História. Todo o desencanto que reanimou incertezas acentuou-se ao longo de décadas com as intervenções do Pacto de Varsóvia na Hungria, em 1956, na Tchecoslováquia, em 1968, da Polônia nos anos 1980, e terminou de forma melancólica com a desintegração total da União Soviética no início dos anos 1990.

Indicando novos tempos, a partir da mudança de sua postura quanto ao valor do método biográfico, Jacques Le Goff publicava na França, em 1996, a monumental biografia intitulada *São Luís*, ou Luís IX, o rei santo. No prefácio, Le Goff reconhece que o movimento nascido dos *Annales* induziu a um eclipse da produção biográfica por parte dos historiadores, constatando que eles, de certa forma, abandonaram a biografia em favor dos romancistas e conclui que “no momento em que as Ciências Sociais conhecem um intenso período de revisão crítica de suas incertezas [...], a biografia parece liberada dos bloqueios em que falsos problemas a mantinham. [...] [podendo] mesmo tornar-se um observatório privilegiado para refletir sobre as convenções e sobre as ambições do ofício do historiador,

---

<sup>10</sup> Idem, p. 142-143.

<sup>11</sup> Segundo palestra de Michel Foucault que contou com longas intervenções de Jean D’Omesson e de Lucien Goldmann. FOUCAULT, M.. *O que é um autor?* Lisboa, Vega, 1992, p. 70-80.

sobre os limites dos conhecimentos adquiridos, sobre as redefinições de que ele tem necessidade.”<sup>12</sup>

Interessante destacar que a nova postura de Le Goff apoia-se, em parte, nas contribuições ao método biográfico, provenientes justamente da “posição geográfica” ocupada pela biografia, cujas extensas fronteiras com a História, a Literatura, a Filosofia e as demais Ciências permitiram-na revigorar-se a partir dos inúmeros aportes teórico-metodológicos que recebeu ao longo do século XX.

Quando um historiador do porte de Jacques Le Goff destaca com tanta clareza a importância da biografia, é porque ela não merece mais permanecer na penumbra dos estudos históricos. Para Le Goff, “todo historiador deveria lançar-se, ao menos uma vez, à produção de um estudo biográfico para que tenha uma dimensão exata do grau de dificuldade que apresenta”. E complementa: “Ora, que objeto, mais e melhor que uma personagem, cristaliza em torno de si o conjunto de seu meio e o conjunto dos domínios que o historiador traça no campo do saber histórico? (...) mesmo quando a busca do conhecimento integral do indivíduo em questão torna-se uma procura utópica”.<sup>13</sup>

Georges Duby (1919-1996), outro eminente historiador francês, em *A História Continua*, de 1993, ao referir-se a seu itinerário intelectual a partir do outono de 1942, também reconhece a posição pouco privilegiada que ocupava até então a biografia entre os historiadores e ratifica as palavras de Jacques Le Goff ao comentar seu *Guilherme Marechal*. Duby esclarece:

Como no caso do Bouvines, eu poderia ser acusado de trair o "espírito dos *Annales*". Eu era, com efeito, o primeiro entre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a história de um "grande homem". Mas na realidade não me desviava nem um centímetro de meu percurso. A única

---

<sup>12</sup> LE GOFF, *São Luís - Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2002., p. 21.

<sup>13</sup> Idem p. 20.

modificação - das mais importantes, reconheço diz respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Contava uma história, seguindo o fio de um destino pessoal. Mas continuava atendo-me à história problema, à história-questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal?"... E não havia o próprio Lucien Febvre escrito uma biografia de Lutero, com um objetivo semelhante?... Este livro pode ser lido como um romance de capa e espada. Escrevi-o com enorme prazer, para agradar ao amante de história. Por estes motivos pode parecer inconsistente. Mas está na verdade tão carregado de dados eruditos, é tão sério quanto *As três Ordens*.<sup>14</sup>

As palavras de Le Goff e Duby podem ser interpretadas como uma desculpa diante de seus pares pelo fato de terem ousado penetrar em terreno antes deixado aos escritores de romances, não se tratando, portanto, de uma crítica em si ao método biográfico.

Enquanto os historiadores franceses voltavam a escrever biografias, os sociólogos contribuía com críticas diretas ao método biográfico. Foi da pena de Pierre Bourdieu (1996), *compagnon de route* dos historiadores, que saiu uma das mais contundentes críticas ao método biográfico. Ele questiona a idéia de biografia como talvez nunca antes tivesse sido questionada, pois, para ele, a "ilusão biográfica" surge ao se pressupor que: [se possa escrever]

a vida como um caminho, um percurso, uma estrada, com suas encruzilhadas (Hércules entre o vício e a virtude), ou como uma caminhada, isto é, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional ("a mobilidade"), que como a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente do conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história.... É aceitar que se possa comportar um começo ("um início de vida"), etapas, e um fim no sentido duplo do termo e de objetivo ("ele fará um caminho", significa: ele terá sucesso, ele fará bela carreira), um fim da história.<sup>15</sup>

Os importantes questionamentos propostos por Pierre Bourdieu, haviam levado Jacques Le Goff a dizer, no já referido prefácio ao *São Luís*, que tentou escapar, de várias

<sup>14</sup> DUBY, G.. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar;Ed. UFRJ, 1993, p.137-138.

<sup>15</sup> BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996, p.74.

maneiras, da lógica constrangedora dessa "ilusão biográfica" denunciada por Bourdieu.

Assim, o seu são Luís:

não caminha imperturbavelmente rumo ao seu destino de rei-santo, nas condições do século XIII e segundo os modelos dominantes de seu tempo. Constrói-se a si próprio e constrói sua época, tanto quanto é construído por ela. E essa construção é feita de acasos, de hesitações, de escolhas. É vão pretender imaginar uma biografia - assim como todo fenômeno histórico - diferente do modo pelo qual sabemos, ela se desenrolou.<sup>16</sup>

No Brasil, mais de uma década após a contundente crítica de Le Goff e Nora ao método biográfico, Evaldo Cabral de Mello (1989), especialista em História colonial, ainda deixava transparecer certo desconforto ao apresentar um estudo sobre a oligarquia colonial pernambucana, uma vez que, segundo ele, determinadas abordagens, até poucos anos atrás, não eram bem recebidas pela comunidade acadêmica. A desconfiança expressa por Cabral de Mello, pode ser estendida também àqueles que se aventurassem a propor um estudo biográfico, e pecado maior ainda, se propusessem biografar personagens da elite colonial ou republicana.

Os autores desse tipo de trabalho estariam cometendo um duplo pecado: na escolha do objeto, mas principalmente quanto ao método biográfico. Talvez possamos encontrar nessa sensação de "velada censura", uma das constatações ao fato de que durante algumas décadas poucos tenham ousado propor o estudo de biografias dentro dos círculos acadêmicos.

Entretanto, parece haver uma sutil mudança na postura dos historiadores, como se verifica pela receptividade que tiveram trabalhos como o de Renato Lemos intitulado *Benjamin Constant - Vida e História* (1999), que aborda a memória de um dos fundadores

---

<sup>16</sup> Id. *ibidem* p. 23-24.



da República brasileira; e *As Barbas do Imperador - D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (1998), de Lilia Moritz Schwarcz, embora este último seja antes um estudo antropológico.

Portanto, parece haver sensibilidade suficiente para recepção a um estudo biográfico sobre Bento de Abreu Sampaio Vidal, cuja vida pública tem sido abordada de forma fragmentada em estudos referentes à história da oligarquia paulista ou sobre as cidades nas quais ele atuou politicamente, mas ainda carecia de um estudo específico que unisse esses fragmentos, privilegiando suas idéias e realizações.

Anna Maria Martinez Corrêa (1967), na *História Social de Araraquara (1830-1930)*, foi a primeira historiadora a fazer referências à participação dos Abreu Sampaio Vidal na história política daquela região, reconhecendo, ainda que *en passant*, a importância da liderança de Bento de Abreu como presidente da Câmara Municipal de Araraquara durante quatorze anos, entre 1911 e 1930.

Além das breves referências encontradas nos textos de Martínez Corrêa (1967), Bento de Abreu aparece com algum destaque em estudos que se dedicaram à análise da formação e desenvolvimento dos municípios de Marília e Araraquara. Os historiadores Geraldo Élvio Balestriero (1984), Valdeir Agostinelli Pereira (1990), Áureo Busetto (1991), fizeram referência a Bento de Abreu e desenharam perfis próximos, porém bastante peculiares quanto à sua atuação política em Marília. Cláudia Regina Vargas (2000) centrada em aspectos da história de Araraquara, e Domingos Carnesecca Neto (2000), que fez um levantamento dos principais discursos de Bento de Abreu também destacaram a sua intensa participação política naquela cidade.

Mais recentemente, Anna Maria Martínez Corrêa em *Para preparar a Mocidade...* (1998) voltou a fazer referências a Bento de Abreu, em especial, quanto ao seu empenho na criação da Escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara, talvez a mais interessante e

surpreendente de todas as suas realizações, principalmente porque a Escola acabou sendo o gérmen de um dos Institutos de Ensino Superior, que congregado aos seus congêneres espalhados por todo o interior do Estado de São Paulo, deu origem, em 1976, à UNESP.

Os diversos fragmentos de vida que deixou ao longo do tempo e as muitas homenagens que recebeu por ocasião de seu falecimento ajudam a dar a dimensão necessária de que o estudo de sua vida pública pode contribuir para revelar aspectos ainda pouco observados da oligarquia paulista da Primeira República.

Levando-se em conta a bibliografia referida, espero, com este trabalho, lançar luzes não apenas sobre a vida política de Bento de Abreu, mas, principalmente, levantando e analisando fontes que demonstrem ter havido modos peculiares de atuação no campo político paulista durante a Primeira República e a Era Vargas.

A própria longevidade da vida pública de Bento de Abreu é em si mesma uma marca significativa de sua trajetória e indica quão tênues são os marcos cronológicos que demarcam os períodos históricos. Embora fosse, política e intelectualmente, um homem da Primeira República, pela sua formação educacional calcada, sobretudo, na doutrina positivista, ele sobreviveu às turbulências econômicas e políticas dos anos 1930 e soube adaptar-se aos novos tempos quando não se aceitava com passividade eleições a bico de pena, e terminou seus dias no democratizado Brasil pós 1945. Sua longa atividade política é prova de que transitou por diferentes paradigmas econômicos, políticos e sociais no decorrer de sua existência.

Para a realização deste estudo, concentrei-me na análise da produção escrita de Bento de Abreu, oriunda principalmente dos discursos que ele pronunciou na Câmara Municipal de Araraquara e na Câmara dos Deputados de São Paulo. Utilizei-me, também,

dos estudos históricos sobre a Primeira República, que permitem uma abordagem bastante ampla quanto aos principais fatos econômicos, políticos e sociais daquele período.

Quando considerava encerrado o levantamento de dados para esta pesquisa é que me foi possível entrar em contato com seus familiares, os quais me asseguraram já não existir correspondência ativa ou passiva de sua lavra, assim como quaisquer outras fontes não publicadas.

Creio, porém, que a falta de consulta a esse material não prejudica substancialmente a compreensão e o entendimento do pensamento e das principais ações do político Bento de Abreu. Os discursos parlamentares pronunciados durante décadas, os quais o próprio autor publicou na *Revista dos Tribunais*<sup>17</sup> durante os anos de 1930 a 1940, já são, em si mesmos, um forte testemunho de seu pensamento.

Aceito a assertiva de Elias Thomé Saliba (1981), presente na introdução a seu trabalho dedicado à atuação de Cincinato Braga, ao afirmar que "as fontes publicadas que alcançaram alguma divulgação pública constituem, além do mais, a forma através da qual a ideologia procurava veicular-se, como dimensão explicativa ou interpretativa da realidade, junto aos diversos setores da sociedade".<sup>18</sup>

Ao longo deste estudo procurei responder a duas questões principais: qual a origem social do fundador de Marília e quais as idéias e ações que nortearam sua conduta política, construindo, desta forma, um perfil histórico dentre alguns possíveis.

É evidente que o texto ora apresentado é reflexo da análise do material consultado até o momento, à luz do referencial teórico sobre a questão e não pretende esgotar o estudo

---

<sup>17</sup> Fundada em fins de 1927 por Nélon Palma Travassos, Beiga Miranda e Noé Azevedo, especializada na impressão de livros. Cf. MARTINS, W. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix & EDUSP, 1977-78, volume VII (1933-1960) p. 207.

sobre um personagem tão dinâmico e contraditório como qualquer ser humano e que poderá evidentemente ser enriquecido na medida em que possam surgir outros documentos significativos sobre o biografado.

Além deste texto introdutório e da conclusão, estrutura-se o presente trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo concentrei-me na formação intelectual de Bento de Abreu e origem social de seu clã, terminando por abordar a trajetória política de seu irmão Rafael Sampaio Vidal, com quem Bento de Abreu estabeleceu uma espécie de dobradinha política até meados da década de 1920.

No segundo capítulo apresento o episódio da falência do Banco União de São Carlos, que significou uma guinada na vida particular de Bento de Abreu, o qual deixou São Carlos para viver no vizinho município de Araraquara. A seguir concentro-me na fundação do distrito de Santa Lúcia que o levou a eleger-se vereador em Araraquara, e nas principais idéias e realizações enquanto esteve no cargo entre 1908 e 1916 e a partir daí ao seu engajamento na expansão cafeeira rumo ao noroeste do Estado de São Paulo, assim como na fundação da Sociedade Rural Brasileira em 1919.

No terceiro capítulo abordo a última etapa de sua vida, a partir de seu retorno às atividades parlamentares em 1923 até sua morte em 1948. Merecem destaque, nesse período, os projetos apresentados tanto na sua volta ao legislativo araraquarense, quanto no legislativo estadual. Abordo, ainda, a chegada à região de Marília e sua participação no desenvolvimento daquela região.

---

<sup>18</sup> SALIBA, E.T.. *Ideologia liberal e oligarquia paulista: a atuação e as idéias de Cincinato Braga, 1891-1930*. São Paulo: USP, 1981. p. V.

# Capítulo 1

## A formação intelectual e a família

### 1.1. Infância e estudos. <sup>19</sup>

*A história não se faz apenas com a elite dos ousados mas também com a multidão dos conformistas. Que ao autor se perdoe a preferência pouco heróica por estes, como também sua opção por um estudo que, transgressão indesculpável para muita gente, ocupa-se não das classes dominadas, mas da dominante, cuja análise detida, sobretudo no seu recrutamento e composição, parece-lhe indispensável à compreensão de nossa história [...].*

Evaldo Cabral de Melo

Na década de 1870, as cidades da região de Campinas encontravam-se cercadas de cafezais por quase todos os lados. A monocultura do café, que avançou do Vale do Paraíba rumo ao oeste do Estado de São Paulo, ocupou os campos outrora destinados ao cultivo cana de açúcar e à agricultura de subsistência, e passou a ser fator determinante no desenvolvimento econômico regional.

A cafeicultura transformou Campinas no principal centro financeiro e político da região e o Imperador D Pedro II (1825-1891), atento à pujança econômica daquele recanto

---

<sup>19</sup> A ortografia dos textos e dos nomes próprios foi atualizada em todo o trabalho.

da Província paulista, não deixou de prestigiar seus meritórios súditos com títulos de nobreza, símbolo de distinção e prestígio. A cidade viu-se assim transformada numa das maiores concentrações de aristocratas da Província de São Paulo.

Mas, em tempos de pós-guerra com o Paraguai (1865-1870), uma onda de descontentamento com a política imperial impulsionou uma pequena, mas significativa elite republicana, formada por parcela dos agricultores, e por homens oriundos da nascente classe média urbana, sobretudo advogados e jornalistas, os quais começaram a propagar, utopicamente, a substituição do regime vigente pela República, apoiados, em parte, nos postulados positivistas então em voga.

Não foi por acaso, portanto, que em 1873 realizou-se em Itu a primeira Convenção Republicana do Brasil, evento que deveria ter sido realizado em Campinas, mas que acabou sendo transferido para a cidade vizinha no intuito de fazer coincidir a Convenção com a inauguração da estação ferroviária local. A História local, entretanto, consagraria Campinas com o epíteto de “berço da República”.

Monarquistas e republicanos podiam discordar quanto ao melhor regime político para o país, mas estavam de acordo quanto a alguns temas da política regional. E a necessidade de fazer chegar a Campinas os trilhos ferroviários era um desses temas. Desde 1867, a ferrovia havia transposto a íngreme Serra do Mar, ligando o porto de Santos à cidade de Paranapiacaba, situada às bordas do planalto paulista, abrindo, a partir de então, novas perspectivas para o escoamento da produção de café, cujas plantações avançavam cada vez mais para o oeste.

Em 11 de agosto de 1872, com a chegada do trem à recém construída estação ferroviária de Campinas, o sonho tornou-se realidade para júbilo dos habitantes locais. O jornalista Francisco Quirino dos Santos (1841-1886), republicano de primeira hora, deixou

um relato da euforia que tomou conta de todos os presentes àquela festa, especialmente preparada para receber a primeira composição ferroviária:

Contavam-se três horas e meia quando um estremecimento estranho veio eletrizar em todos os sentidos aquela reunião enorme: ouvia-se longínquo um rugido estridente e os ecos repercutiam pelas nossas belas campinas o férreo galopar do misterioso hipogrifo. O que se passou nesse instante foi uma coisa que não se diz: sonha-se ou vê-se. Girândolas, foguetes, baterias, aclamações, música, tudo isso ergueu-se num ímpeto tão sublime como a própria alma do povo a perder-se numa vertigem de alegria indefinida...

Duas locomotivas galhardamente enfeitadas com topes, fitas, laços e bandeiras abriram caminho puxando dezenove vagões em que vinham os dois grandes vultos do dia - Saldanha Marinho<sup>20</sup> e Falcão Filho - o iniciador e o executor do pensamento concebido na Companhia Paulista...<sup>21</sup>

A chegada da ferrovia ratificou o vigor econômico da região e quando a produção agrícola das localidades vizinhas passou a ser transportada até Campinas, a cidade firmou-se como epicentro do desenvolvimento regional, pois o transporte ferroviário era essencial para viabilizar financeiramente a produção do café, possibilitando menor custo de frete e maior rapidez no transporte das mercadorias até o porto de Santos. Segundo Pierre Monbeig (1984), sem as vias de comunicação adequadas, toda a economia local era inviável:

O desenvolvimento da cultura cafeeira em torno de Campinas, e mesmo além desta cidade, criou para logo uma dupla dificuldade: era preciso que as tropas transpusessem 200 km... Um viajante alemão, Ischudi, notava, em 1860, que era impossível plantar além de Rio Claro, pois que a distância a vencer, para ganhar Santos era muito grande.<sup>22</sup>

Foi naquela florescente cidade, então denominada a capital agrícola de São Paulo, que, uma semana após a chegada da primeira composição ferroviária, nasceu em 17 de

<sup>20</sup> Saldanha Marinho (1816-1895). Dr. Clemente Falcão Filho (1834-1887)

<sup>21</sup> PINTO, 1903 apud MATOS, O. N. *Café e ferrovia: revolução ferroviária de São Paulo e desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Pontes, 1990, p.81.

agosto de 1872<sup>23</sup>, Bento de Abreu Sampaio Vidal, filho de Joaquim José de Abreu Sampaio e de sua segunda esposa, Maria das Dores Vidal. Era o segundo filho do casal e foi batizado Bento, provavelmente em homenagem ao avô paterno, Bento José de Abreu Álvares.

Quanto o garoto nasceu sua família já era grande, pois Joaquim José fora casado em primeiras núpcias com Eulália Carolina de Meira com quem havia tido três filhos, todos varões. Affonso, o primogênito estava com 16 anos, Adolfo, com 12 anos e Joaquim com 08 anos de idade. Além deles, Joaquim José e Maria das Dores já eram pais de Rafael, nascido em 1870.

Na ocasião do nascimento de Bento, seu pai era proprietário da fazenda São Joaquim, localizada no município de São Carlos, onde a família possuía um de seus domicílios. As características da São Joaquim permitem vislumbrar um pouco mais sobre a situação social de seu proprietário àquela época:

Joaquim José teria ficado oito anos secando madeira para a casa grande, feita unicamente de pedras e madeiras, construída por quarenta carpinteiros "importados", pois, não existiam engenheiros. A planta arquitetônica vinha de Portugal e era copiada aqui. A fazenda que chegou a ter 400 escravos, liberados dois ou três anos antes do 13 de Maio, tinha 400 mil pés de cafés. O café era plantado em barroca, tudo à mão. Até há pouco tempo produzia café devido à estrutura do terreno. Hoje, dedica-se à pecuária leiteira.<sup>24</sup>

Essa propriedade podia não estar entre as maiores do Estado, mas levando-se em conta a veracidade da informação de que Joaquim José chegou a ser proprietário de 400 escravos, pode-se concluir que ele era um homem relativamente abastado para os padrões paulistas da época. O cuidado com a construção da casa e o fato de ter importado quarenta

---

<sup>22</sup> TAUNAY apud MONBEIG *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 98.

<sup>23</sup> No arquivo das Cúrias Metropolitanas das Arquidioceses de Campinas e São Carlos não há registro sobre nascimento ou batismo de Bento de Abreu Sampaio Vidal.

<sup>32</sup> *A Notícia*, de São Carlos, de 23 de novembro de 1977.



carpinteiros para construí-la também indicam alguma preocupação estética e certo refinamento cultural.

Em 1875, quando Bento contava três anos, com o apoio político dos Arruda Botelho, clã ao qual pertencia Eulália Carolina, sua primeira esposa, Joaquim José aceitou a indicação de seu nome para disputar o mandato de deputado provincial, para o qual foi eleito para o triênio 1876-1878<sup>25</sup>, a 22ª legislatura Provincial de São Paulo, com o objetivo de “conciliar os elementos divergentes” da cidade de São Carlos,<sup>26</sup> conforme consta do esboço biográfico, dedicado a ele no *Álbum de Araraquara de 1915*.

Embora militando nas fileiras do Partido Conservador, seu nome não encontrou resistência entre os liberais locais chefiados por Paulino Carlos de Arruda Botelho, num claro indicativo de que era um político moderado, com bom trânsito político entre conservadores e liberais.

Eleito deputado, Joaquim José teve como companheiros na Assembléia, entre outros, Joaquim Benedicto de Queiroz Telles (1819-1888), o barão do Japy; Antônio Joaquim da Rosa (1820-1886), o barão de Piratininga; Joaquim Egydio de Souza Aranha (1821-1893), o barão de Três Rios; Estevam Ribeiro de Souza Rezende (1840-1909), o barão de Rezende; além de Prudente de Moraes (1841-1902) e Rodrigues Alves (1848-1919); todos donos de grandes fortunas, influentes e oriundos de tradicionais famílias da aristocracia paulista. A presença de Joaquim José entre pares tão ilustres, ainda que em caráter excepcional, ratifica o fato de que ele àquela altura de sua vida, aos 46 anos de idade, ele já poderia ser considerado um membro da oligarquia paulista.

---

<sup>25</sup> A província de São Paulo estava dividida em nove distritos cada um das quais elegia quatro deputados.

<sup>26</sup> FRANÇA, A. *Álbum de Araraquara*. Araraquara: João Silveira Ed., 1915, p. 77.

Apesar de uma atuação parlamentar apagada, a julgar pelo fato de não ter feito qualquer pronunciamento na tribuna na Assembléia Provincial, Joaquim José teve a missão de propor a criação de uma estrada de ferro ligando Rio Claro a São Carlos, em projeto conjunto com o Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, quem a defendeu em plenário, a 05 de fevereiro de 1878.

Eles não lograram de imediato seu intento, porque a *Companhia Paulista de Estradas de Ferro* não quis desistir do seu direito de preferência para a construção da referida ferrovia.<sup>27</sup> Mas, os esforços políticos frutificaram dois anos depois, quando a mesma Companhia Paulista desistiu de seu direito preferencial, gerando assim o Decreto Provincial nº. 7.828, de 04 de outubro de 1880, que liberava a concessão para outra companhia que se dispusesse a realizar a empreitada.

Apesar de ter nascido em Campinas, cidade onde residia parte da família Abreu Sampaio, com os quais Joaquim José sempre manteve estreitos laços de amizade, os poucos dados sobre a infância e juventude de Bento de Abreu, presentes em fragmentos de sua própria memória, contidos em discursos pronunciados em ocasiões diversas, revelam que ele passou parte de sua infância e juventude entre a casa da família, em São Carlos, e a fazenda São Joaquim, voltando a residir em Campinas quando chegou à idade escolar.

Em meio ao discurso que pronunciou, com certa nostalgia em 13 de maio de 1937, discorrendo sobre a importância histórica do Marquês de São Vicente (1803-1878)<sup>28</sup> para a abolição da escravidão no Brasil, fez referências aos tempos de sua adolescência, ao citar episódios vividos na fazenda de seu pai:

---

<sup>27</sup> Idem .

<sup>28</sup> José Antônio Pimenta Bueno foi visconde e marquês de São Vicente. Doutor em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi senador, conselheiro de Estado e pertenceu ao Conselho do Imperador.

[...] aos 15 anos de idade, na fazenda de meu pai, em São Carlos, à noite, o feitor entregava-me as chaves da senzala onde dormiam mais de cem escravos. Às quatro horas da manhã vinha ele buscar as chaves para abrir as senzalas. Era uma cerimônia apenas simbólica, para seguir a tradição, porque os escravos quando queriam saíam pelas janelas e iam à cidade durante a noite. Na segunda-feira eu ia visitar a enfermaria, onde sempre havia vinte ou trinta escravos que se diziam doentes, porém, de fato, nenhum deles estava doente. Meu pai entendia que devia deixá-los descansar. No sábado todos declaravam que estavam sãos e saíam a passear no Domingo. Isto era comum na maioria das fazendas paulistas.<sup>29</sup>

O trecho destacado, importante para desvendar um pouco dos ares da infância e adolescência de Bento de Abreu, deve ser analisado com reservas. Como pode ser notado, trata-se de um discurso bastante comum à elite agrária imperial e republicana que, na medida do possível, procurou ocultar o lado perverso da escravidão. A historiografia, no entanto, não deixa dúvidas quanto aos graves problemas que ocorreram naquele conturbado período da história política e econômica do Brasil.

O historiador Warren Dean (1977), que estudou o sistema escravocrata na região de Rio Claro, limítrofe à de São Carlos, e detentora de dados bastante similares para que se possa fazer uma justa comparação, descreve uma situação bastante difícil para os escravos da região, apenas alguns anos antes da abolição. Segundo Dean:

Em 1885, a atitude dos proprietários de escravos da elite política local não se alterara desde os tempos do Congresso Agrícola de 1878. Um questionário enviado pelo Senador J. F. de Godoy a todas as Câmaras Municipais foi respondido por 23, nenhuma das quais se mostrou favorável à abolição imediata. Ao contrário, preferiam um adiamento de até 10 anos, e pediam compensação aos proprietários como uma questão de inviolabilidade dos direitos de propriedade e da sobrevivência econômica das fazendas.<sup>30</sup>

---

Foi cônsul geral do Brasil no Paraguai, ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros. Governou a Província de Mato Grosso e Rio Grande. Foi um dos autores do projeto da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

<sup>29</sup> VIDAL, B.A.S. Discurso sobre o. Marquês de São Vicente, pronunciado na ALESP em 13.05.1937. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937, p. 40 e 41.

Segundo o mesmo autor, os jornais abolicionistas de São Paulo continuavam a noticiar o uso do chicote pelos fazendeiros de Rio Claro, durante o ano de 1887:

Antonio Leite Ferraz por andar de relho na mão atrás dos negros e dizer-se abolicionista (11 de dezembro de 1887).

José Luiz Borges, porque ao passo que reza muito, dá de bacalhau em seus escravos... por falar em bacalhau o Teixeira das Neves é má espiga para os escravos apesar de ser Republicano... O desvairado Cândido da Rocha Campos, administrador da fazenda do marquês de Três Rios [que] tem metido em ferros o preto Anselmo e castigado barbaramente [01 de janeiro de 1888].  
31

Esse episódio lembra ainda a necessidade de certa dose de cautela ao solicitar auxílio da memória como instrumento da História, pois ao mesmo tempo em que ela pode ser uma fecunda aliada, não raro torna-se traiçoeira. Não se trata aqui de desmerecer as palavras de Bento de Abreu e muito menos dos fazendeiros que, por motivos humanitários ou não, anteciparam-se ao fim da ordem escravocrata libertando seus escravos, mas de ressaltar que a lembrança de um homem de 65 anos, falando de sua mocidade, deve ser sempre recebida com o devido cuidado.

Após a desistência dos direitos pela *Companhia Paulista de Estradas de Ferro* para construir o trecho Rio Claro-São Carlos, coube ao engenheiro Adolpho Augusto Pinto tais direitos<sup>32</sup>, transferidos posteriormente à *Companhia Rio Claro de Estradas de Ferro* organizada pelo conde do Pinhal. Quatro anos após o decreto de 1880, inaugurava-se em 15 de outubro de 1884, o trecho Rio Claro - São Carlos e, em pouco mais de três meses, os trilhos alcançavam Araraquara, em 18 de janeiro de 1885.

---

<sup>30</sup> DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura – 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p 138.

<sup>31</sup> Idem, op. cit., p. 141.

Mas, ainda que a partir de 1884 as condições de comunicação começassem a mudar o destino daqueles dois núcleos urbanos, levaria ainda alguns anos para que a região apresentasse mudanças substanciais, sobretudo nas áreas da saúde e saneamento básico, o que só veio a ocorrer a partir do final da última década do século XIX, quando se iniciou um vigoroso processo de higienização e embelezamento das cidades paulistas.

O mesmo ocorria com a educação. Em que pese os esforços de alguns dirigentes municipais, educação era, evidentemente, um artigo de luxo. Àqueles que desejassem uma educação formal de qualidade para seus filhos, restava a alternativa de enviá-los às cidades que possuíssem instituições educacionais condizentes com as suas necessidades de classe.

As elites de Itu<sup>33</sup>, Piracicaba, Tietê, Rio Claro ou Campinas, percebendo a importância que os estabelecimentos educacionais representavam para o desenvolvimento local, patrocinaram a fundação de várias escolas, as quais passaram a receber grande afluxo de estudantes, filhos, em sua grande maioria, dos fazendeiros da região e de elementos da classe média urbana que começava a despontar.

Embora muitos houvessem plantado café, poucos colheram fortunas que lhes permitissem bancar os gastos com os colégios, em sua maioria privados, onde os filhos pudessem receber uma esmerada educação. Deve-se notar que a pequena parcela dos cafeicultores que enriqueceu, entre eles, Joaquim José, obteve seus lucros não apenas plantando café, mas principalmente beneficiando, comercializando e transportando seus produtos e de agricultores vizinhos menos aquinhoados financeiramente.

Foi o domínio sobre o ciclo produtivo, da fazenda ao porto de Santos, onde depositavam o produto à espera do preço ideal para exportação, que possibilitou a

determinada parcela de cafeicultores vantagens financeiras significativas. E foram estes homens que passaram a patrocinar vários tipos de benfeitorias nos núcleos urbanos próximos às suas propriedades, tais como a construção de teatros, escolas, estradas de ferro, entre outros benefícios, inaugurando um ciclo, nos quais, eles próprios passavam da condição de benfeitores a beneméritos.

Exemplos de tal natureza estão presentes na história de quase todas as cidades paulistas que viveram o ciclo do café. Não raro, os mesmos homens que chicoteavam seus escravos é que participavam ativamente das ações mais arrojadas, tal como ocorreu com a construção do Teatro São João, em Rio Claro, que teve entre seus principais patrocinadores, José Luiz Borges, o barão de Dourados, futuro sogro de Rafael Sampaio Vidal:

Segundo Maria Rosa de Belém Baptista (1994):

o terreno para construção do teatro foi doado por Rafael Tobias de Barros, tendo sido construído ao mesmo tempo em que o casarão de José Luiz Borges, barão de Dourados, que utilizou para esse fim seus próprios escravos material trazido de sua fazenda. Tanto que ambos os imóveis, a casa do barão e o teatro, foram construídos no mesmo ano de 1863.<sup>34</sup>

Em São Carlos, Antônio Carlos de Arruda Botelho, o conde do Pinhal, ao lado de seus irmãos e do cunhado Joaquim José, fazendeiros e grandes beneméritos são exemplos significativos de homens que patrocinaram diversas melhorias urbanas, entre as quais se destacam a chegada da ferrovia e a construção do teatro Ipiranga.

Quando chegaram à idade adequada para ingressar na escola, Bento de Abreu e o irmão Rafael foram matriculados no colégio Culto à Ciência, em Campinas, cidade que

---

<sup>33</sup> Em Itu funcionava o colégio São Luís. Fundado em 1867, foi o primeiro colégio jesuíta da Província de São Paulo na fase da restauração da Companhia. Em 1917 o colégio foi transferido para a cidade de São Paulo. Cf. *Revista do IHGSP* vol. LXXVI, 1980.

<sup>34</sup> BAPTISTA, BAPTISTA, M R. B.. *Rio Claro, as pedras da cidade*. São Paulo: FFLCH-USP, 1994, p. 52.

possuía uma série de colégios tais como o Perseverança, o Florence, o Internacional, para citar apenas os de maior expressão, onde os garotos recebiam os ensinamentos formais geralmente iniciados em casa com professores particulares.

A opção de Joaquim José pelo Culto à Ciência, indica não apenas sua sólida condição financeira, mas, sobretudo sua filiação ideológica, pois se tratava de uma escola de inspiração positivista que contou na sua fundação com os esforços de republicanos maçons, entre os quais se destaca a presença de Campos Sales, futuro Presidente da República.

Há, ao menos, duas hipóteses para que os líderes republicanos de Campinas tenham reunido esforços para fundar um colégio do porte do Culto à Ciência naquela cidade. Para Carlos Francisco de Paula (1946) a construção do colégio foi fruto direto da pujança econômica de Campinas e região<sup>35</sup>.

Costa & Oliveira [s.d.], por sua vez, entende que a fundação do Culto à Ciência era fruto da filosofia positivista que estava bastante em voga na época e era cultivada pela Maçonaria<sup>36</sup>. Haveria por parte dos maçons a idéia de libertar a educação da religião, pois normalmente os colégios da época eram dirigidos e orientados por religiosos católicos ou protestantes. Para comprovar a hipótese de sua tese, o autor alude ao fato de que todos os envolvidos na fundação do colégio estavam registrados na Loja Maçônica local, fato que induz a crer que Joaquim José também fosse um iniciado.

Mas, ainda que desejassem libertar a educação da religião, os positivistas não dispensaram as devidas bênçãos da igreja ao novo empreendimento educacional e quando as instalações já estavam aptas a receber os alunos, convidaram o padre Francisco de Abreu

---

<sup>35</sup> PAULA, C. F. de. *Culto à Ciência: - Colégio, Ginásio e Colégio Estadual* - Monografia. Campinas, 1946.

<sup>36</sup> COSTA & OLIVEIRA, *Uma filosofia justifica a Sociedade Culto à Ciência*. [s.l],[s.n],[s.d].

Sampaio, tio dos jovens Bento e Rafael Sampaio Vidal, para abençoar o novo edifício do colégio, aos 12 de janeiro de 1874. Foi uma insólita cerimônia em que um sacerdote católico abençoou um colégio idealizado e construído por maçons para propagar o positivismo.

No dia 12 de janeiro de 1874 deu-se como estava anunciado, o ato de inauguração do Colégio Culto à Ciência, no belo edifício construído pela associação no fim da Rua Alegre (atual Culto à Ciência). A solenidade ocorreu entre grande entusiasmo e expansões de júbilo, mostrando a gente desta terra que bem sabia avaliar o significado do grande feito. O vigário da paróquia de Santa Cruz, hoje matriz do Carmo, padre **Francisco de Abreu Sampaio** procedeu, com toda a cerimônia do ritual católico, ao benzimento do novo edifício, percorrendo todas as salas. Concluída esta solenidade, a diretoria do Culto à Ciência, constituída pelo presidente comendador Joaquim Bonifácio do Amaral (depois visconde de Indaiatuba), secretário Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, vice-presidente Antônio Pompeu de Camargo tomou assento em lugar adrede, preparado numa das salas de aula, que se achava repleta de familiares e cavalheiros<sup>37</sup>.

Segundo Gagliardi (1989), os alicerces da teoria positivista provinham do conceito de que o conhecimento humano passaria por três estágios de evolução: teológico, exemplificado pelos africanos; o metafísico; e o positivo onde se encontravam os europeus, amparados nos conhecimentos científicos. Para os positivistas haveria uma escala de valores que culminaria no estágio positivo<sup>38</sup>.

No Culto à Ciência, os garotos recebiam ensinamentos baseados no ideal positivista que fascinou a mente de parte da elite cultural paulista, norteador suas principais ações políticas e sociais, durante os últimos decênios do século XIX e as primeiras décadas do novo século. Entre as disciplinas ministradas estavam: aritmética, sistema métrico, desenho, geometria, noções de física, mineralogia, botânica, zoologia, biologia, anatomia, ciências físicas, português e história. Segundo Amaral Lapa (1996), “cabia à história, como convém,

---

<sup>37</sup> PAULA, 1946, op. cit.p. 13 e 14.



a mais acabada proposta de modernidade, em explícita conotação com os interesses locais da oligarquia cafeeira”<sup>39</sup>, conforme os “preceitos” colocados por Jorge Miranda, diretor do colégio:

[...] instruir a cerca dos inventos notáveis, os grandes propulsores, como o vapor, a eletricidade, etnografia, movimento migratório, influencia social do cruzamento das raças, os povos preferíveis para o Brasil, agricultura, vantagem do trabalho livre, econômica e socialmente falando, meios de atrair e fixar os imigrantes, noções agronômicas, altitude, linhas climatéricas, saís da terra, processos modernos, etc., e outras mais condições exigidas para o desenvolvimento agrícola; diplomacia, finanças, tipos monetários, cambio e causas gerais de sua oscilação especiais ao Brasil, artes, seu influxo benéfico sobre o caráter social, deveres cívicos, monumentos literários, instrução e sua base, reformas, patrimônio, aspirações respectivas no Brasil, autoridades, tribunais judiciários, corporações parlamentares, administrativas, eclesiásticas, comércio terrestre e marítimo, vias férreas e fluviais, portos, praças, etc., etc.<sup>40</sup>

Mas, tão importante quanto as disciplinas ministradas era o espaço de sociabilidade que os jovens Sampaio Vidal encontraram, junto a outros meninos da mesma condição social, levando-os a estabelecer laços de amizade, muitos dos quais se estreitaram, ao longo do tempo, através dos negócios e da política.

Em 1945, aos 73 anos de idade, discursando sobre a importância da aviação civil em São Paulo, Bento de Abreu fez menção aos tempos de sua juventude, lembrando o período em que estudou no Culto à Ciência. Referiu-se, de modo especial, às figuras de Alberto Santos Dumont (1873-1932) e de seu pai, Henrique Dumont (1832-1892), um dos mais ricos fazendeiros da região de Ribeirão Preto. Evidencia em seu discurso que, para ele, o “pai da aviação” era, sem dúvida, uma das maiores glórias da humanidade, não sem deixar de cometer certa indiscrição ao referir-se aos modos do menino Alberto:

---

<sup>38</sup> Cf. GAGLIARDI, 1989 apud CAMPOS, R. D. de. *A “Princesa do Sertão” na modernidade republicana*. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto, Secretaria Municipal de Cultura, 2004, p. 80.

<sup>39</sup> LAPA, J.R.A. *Os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: USP, 1996, p 174.

todos se recordam de seu pai, o engenheiro Henrique Dumont, grande fazendeiro em Ribeirão Preto, fundador da Companhia Cafeeira que tem seu nome. A atual geração conheceu pessoalmente o "pai da aviação" Recordamo-nos todos os alunos do Colégio Culto à Ciência, em Campinas, da sua figura pequena, de calças curtas de brim, corado e de uma timidez de menina, contrastando com os costumes menos delicados dos meninos <sup>41</sup>.

Essa referência deixa transparecer algo do ambiente elitizado que Bento de Abreu encontrou no Culto à Ciência. A expressão "todos se recordam de seu pai" em referência a Henrique Dumont, explicitava, anos depois, a consciência da coesão do grupo, de meninos filhos da oligarquia cafeeira paulista que compartilharam os mesmos bancos escolares do conhecido colégio de Campinas<sup>42</sup>.

Rafael Sampaio Vidal, ao complementar os estudos no Culto à Ciência, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1887. Quanto a Bento de Abreu, não chegou realmente a terminar o curso secundário. Duas são as hipóteses para o fato dele não ter completado seus estudos, complementares e não excludentes. A primeira está ligada à grande epidemia de febre amarela que assolou Campinas e região no final dos anos 1880 e início da década seguinte, obrigando o Culto à Ciência e demais escolas locais a encerrar provisoriamente as suas atividades do início de 1889 a junho de 1890.

---

<sup>40</sup> MIRANDA, 1886, apud LAPA, op. cit., 174.

<sup>41</sup> Bento de Abreu Sampaio Vidal. Discurso após-guerra da aviação e São Paulo - 1945 - p. 26 e 27.

<sup>42</sup> Penso ser importante nominalizar aqui alguns dos colegas de colégio de Rafael e Bento, pois foi a partir de notas assim em Joseph Love, Maria Lígia Prado e Oswaldo Truzzi que consegui perceber algo da trajetória de vida de Bento de Abreu. São eles: Abelardo Pompeu do Amaral, Adolfo Correia Dias, Alberto Santos Dumont, Alexandre Florindo Coelho, Alfredo de Campos Sales, Antônio Álvares Lobo, Augusto Bueno, Antônio B. Ferraz Neto, Antônio de Pádua Sales, Bernardo de Sousa Campos, Bráulio Ludgero de Toledo, Cândido de Moraes Bueno, Cândido Egídio de Souza Aranha, Carlos de Moura Botelho, **Cincinato Braga**, Domingos Guaiucuru de Sampaio Ferraz, Eliseu de Queiróz Teles, Euclides Egídio de Souza Aranha, Francisco da Costa Carvalho, Francisco de Assis Barros Penteado, Herculano de Andrade Couto, Inácio de Queiróz Lacerda, João Baptista Barbosa Ferraz, João César B Bierrembach, João Nepomuceno Nogueira Mota, Joaquim Álvaro de Sousa Camargo, Joaquim Egídio de Souza Aranha, José Eduardo Régio Nóbrega, José Pinheiro de Ulhôa, **Júlio César Ferreira de Mesquita**, Juvenal Gentil Leite Penteado, Luís de Campos Sales, Luís Quirino dos Santos, Manuel Saturnino do Amaral, Mário de Moraes Sales, Múcio Pompeu, **Olavo Egídio de Souza Aranha**, Otacílio Caiubí, Otávio Bueno, Tito de Sousa Rodrigues, entre outros. Por sua atuação, os personagens cujos nomes aparecem grifados acabaram sendo bastante conhecidos da historiografia do período, tendo ambos especial importância na atuação política dos irmãos Sampaio Vidal.

A hipótese de que a epidemia de febre amarela tenha alterado os planos de Joaquim José quanto ao futuro do filho mais novo parece ser bastante plausível, pois, alterou drasticamente, durante alguns anos, não somente a vida da família Abreu Sampaio Vidal, mas a de todos aqueles que dependiam da cidade.

Os alunos que não haviam terminado o curso secundário voltaram para as suas casas e ficaram à espera do fim da epidemia e da reabertura dos colégios. Os alunos que conseguiram completar o secundário antes do ápice da epidemia tiveram mais sorte, como foi o caso de Rafael Sampaio Vidal que se formou no Culto à Ciência em 1886.

Duílio Battistoni Filho (1996) apresenta-nos uma imagem bastante contundente da epidemia que quase arrasou Campinas e região, assim como os reflexos da epidemia sobre a população local:

O pouco caso das autoridades municipais sempre alheias ao problema higiênico, deu margem a que houvesse no final do século, a epidemia da febre amarela. Esta grassou em Campinas, graças ao mosquito transmissor o *Stegonia fasciata*. A cidade, na ocasião da epidemia em 1889, contava com uma população de 22.000 habitantes e depois de 7 anos de epidemia ficou reduzida a 5.000. O pânico tomou conta de todos, muitos fugiram para outras localidades; basta dizer que nos meses de abril e maio de 89, faleceram vitimados pela febre de 25 a 40 pessoas... O abnegado Dr. Costa Aguiar foi um dos primeiros a socorrer a população, mas é vítima fatal da própria febre. Sua morte chocou a população. A situação só melhorou em 1896, quando foi criada uma Comissão Sanitária encarregada de zelar pela saúde pública<sup>43</sup>.

A informação de Battistoni, ratificada em artigo publicado pelo *Diário do Povo*, em 1972, sobre o colégio Culto à Ciência, moldam um quadro terrível da peste que arrasou a cidade:

No início da última década do século passado, a febre amarela assolou a cidade de Campinas, matando todos aqueles que não fugiam de suas casas para lugar seguro. Era tão grande o número de mortos que já não se fazia túmulos e covas individuais. Um caminhão da intendência municipal passava de casa em casa

---

<sup>43</sup> BATTISTONI FILHO, D. *Aspectos culturais da História de Campinas*. Campinas: Mousinho, 1983, p. 46.

recolhendo as vítimas, já sem vida ou que não tinham mais esperanças de salvar-se e enterravam-nas todas juntas numa vala comum<sup>44</sup>.

A segunda hipótese sobre o motivo pelo qual Bento de Abreu não continuou estudando, independente do caso da febre amarela, deve-se ao fato de que o pai tivesse decidido iniciá-lo nos negócios familiares. Entendendo que o momento econômico era especialmente favorável aos cafeicultores locais, seria mais útil manter o filho ao seu lado, pois no início da década de 1890, Joaquim José resolveu abrir novas fazendas na região de Jaboticabal. Quaisquer que tenham sido os motivos que o levaram a não prosseguir seus estudos, é importante notar aqui que, após deixar Campinas, ele voltou a residir em São Carlos, onde passou a participar ativamente da vida social local.

Em 1894, o jovem Bento tornava-se vice-presidente do Jockey Club local em diretoria composta por destacados elementos da elite local, tais como o major Ignácio de Camargo Penteado, que o presidia, Dr. Firmiano de Moraes Pinto, genro do conde do Pinhal, como vice-presidente, além do major Paulino Carlos de Arruda Botelho Filho e José Rodrigues de Sampaio.

Deve-se ressaltar que os homens que habitaram as várias regiões do país onde a cafeicultura floresceu, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, viveram, na feliz expressão de Alves Motta Sobrinho, a “civilização do café”, produto que transformou a economia, redesenhou as paisagens dos campos, influenciou a arquitetura rural e urbana, induziu os deslocamentos de vastas populações das decadentes regiões auríferas das Minas Gerais e dos canaviais nordestinos para a província de São Paulo, com reflexos diretos nos hábitos culturais paulistas.

---

<sup>44</sup> "Culto à Ciência" Fruto da Ideologia Positivista" - *Diário do Povo*, Campinas, 01 de outubro de 1972.

Bento de Abreu cresceu percebendo os benefícios e a riqueza que as plantações de café haviam trazido para a região e para sua família, assim como da necessidade de se trabalhar pela expansão ferroviária rumo ao oeste do Estado de São Paulo. O mesmo ocorreu quanto as lutas políticas que opunham monarquistas e republicanos, as batalhas dos abolicionistas para acabar com a escravidão, discussões que não lhe devem ter passado despercebidas, pois foram os principais temas que arrebatavam as mentes e os corações dos jovens de então e certamente não foi diferente do que aconteceu com ele.

Não é de se estranhar, portanto, que Bento de Abreu tenha vindo a se dedicar aos negócios do café, atividade na qual obteve grande parte dos êxitos financeiros que lhe permitiram acúmulo de capital real e simbólico, ambos necessários para iniciar uma carreira política, assim como ocorria com a maioria dos jovens de sua posição social.

## 1.2. Laços de família.

*A vida é feita de muitas conexões, mas a pergunta é: quais conexões? Em suma, não é possível verdadeiramente prever, só retrospectivamente.*

Carlo Guinzburg

Segundo Joseph Love (2000), três requisitos eram primordiais para aqueles que desejassem entrar na vida pública durante a Primeira República: ser proprietário de terras, bacharel em direito, medicina ou engenharia e possuir sólidos laços familiares<sup>45</sup>.

Ainda nos tempos em que trabalhava no Banco União de São Carlos, Bento de Abreu comprou, do coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz, a Fazenda Boa Vista, localizada na Sesmaria das Almas, então município de Araraquara<sup>46</sup>. Rebatizou-a Alpes, e esta foi a primeira de uma série de fazendas que ele viria a adquirir depois.

A Alpes chegou a ter durante muitos anos 355.000 pés de café, número considerável, mesmo para os padrões da época, ainda que não fossem páreo diante das maiores propriedades rurais do Estado na época. As propriedades dos Silva Prado, por exemplo, em 1904-1905, possuíam 4.503.688 pés de café distribuídos nas fazendas

---

<sup>45</sup> LOVE, J. *São Paulo na federação brasileira (1899-1937) – A locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 p. 216-223.

Guatapar, Campo Alto, Mato, São Martinho e Santa Veridiana, com a média de 900.000 cafeeiros por propriedade<sup>47</sup>.

Cabe ressaltar, entretanto, que não há consenso entre os estudiosos sobre uma escala de valores das propriedades cafeeiras. Sérgio Milliet, um dos estudiosos da questão, classifica as fazendas de até vinte mil pés de café como pequenas propriedades; acima de cinquenta mil pés considerava uma propriedade de porte médio, acima de duzentos e cinquenta mil pés entendia ser uma grande propriedade e acima disso, tratava-se de um latifúndio<sup>48</sup>.

Mas, embora, ao longo de sua vida a terra tenha se tornado fator importante para ancorar seu sucesso político, foi a situação social de sua família e a rede de relaoes familiares, na qual os Abreu Sampaio Vidal estavam inseridos, que abriram as portas a Bento de Abreu permitindo-lhe lançar-se na vida política.

A história da família Abreu Sampaio Vidal, cujos ancestrais vieram da Península Ibérica, pode ser mais bem acompanhada a partir de meados da década de 1850, quando Joaquim José de Abreu Sampaio deixou Campinas, aos 18 anos de idade para estabelecer-se na então São Bento de Araraquara. Inicialmente dedicou-se ao comércio, em sociedade com seus irmoes, grandes comerciantes, que haviam permanecido em sua cidade natal. Mas sua chegada a Araraquara coincidiu com a aprovação da *Lei de Terras* de 1850, pelo governo imperial, não sendo, portanto, impróprio supor que tenha se mudado para o pequeno vilarejo com o verdadeiro intuito de tomar posse de terras disponíveis como garantia a lei imperial.

---

<sup>46</sup>.CARNESECCA NETO, D.. *Bento de Abreu Sampaio Vidal – Um coronel diplomado em Humanidades*. Araraquara: GEICD, 2000.

<sup>47</sup> LEVI, D. apud MORAES, P.G. *Condioes de funcionamento do “bloco regional cafeeiro paulista”: 1889-1919*. Campinas: UNICAMP, 1987, p.40.

De acordo com Messias (2003),

a partir de 1855, os fazendeiros araraquarenses, preocupados com a nova lei, decidiram legalizar suas terras. O motivo da preocupação era que a lei proibía a aquisição de terras devolutas por outro meio que não o da compra (Silva:1996, p.141-2 e 156-7). Muitos desses fazendeiros eram posseiros de terras devolutas, outros conseguiram suas sesmarias mediante doações da Coroa, não de compra. A lei revalidaria as sesmarias ou outras concessões do governo que se achassem cultivada ou em princípios de cultura e morada habitual do respectivo posseiro<sup>49</sup>.

A referida Lei de Terras de 1850 chegou a ser entendida como uma ameaça aos proprietários rurais, cujas terras ainda não haviam sido legalizadas, levando uma grande leva de agricultores a se deslocarem de Campinas, Limeira e Rio Claro para as regiões contíguas, a oeste do Estado, a fim de tomarem posse da maior quantidade possível de terras ainda pouco exploradas.

Em levantamento feito a partir do número de batismos realizados em Araraquara no período de 1820 a 1869, Anna Maria Martínez Correa (1967) confirma que a década de 1850 foi período de acentuado crescimento populacional naquela região. O crescimento demográfico verificado coincide com a transformação econômica da zona que deixou de ser pastoril e de subsistência para se transformar em próspera produtora de café.

Até então, os habitantes de Araraquara dedicavam-se a uma agricultura de subsistência e ao pastoreio em terras devolutas ocupadas, em geral, por posseiros ou por proprietários que tinham obtido uma sesmaria através de uma carta de posse, como foi o caso do capitão Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho que, em 1785, obteve sesmaria

---

<sup>48</sup> MILLIET, 1938 Apud MESSIAS, R.C. *O cultivo do café nas bocas de sertão paulista – Mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830 – 1888*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003, p. 139.

<sup>49</sup> Idem, p.61.



através de carta de posse, em pagamento aos serviços prestados como membro da Guarda Nacional à coroa portuguesa.<sup>50</sup>

Em 1854, Joaquim José foi indicado ao cargo de juiz de paz de Araraquara, prova do prestígio social de que gozava junto aos chefes políticos locais, sobretudo os Arruda Botelho, naquela altura os principais chefes políticos da cidade. As relações de amizade entre Joaquim José e os Arruda Botelho não eram recentes, pois Carlos José Botelho (?-1854), primeiro presidente da Câmara Municipal de Araraquara, era filho do capitão Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, que fora comandante da força armada em Piracicaba, mesma cidade onde se casaram, em 1820, os pais de Joaquim José.

Pouco tempo permaneceria em Araraquara o jovem Joaquim José. Em 1857, o então presidente da Câmara de Araraquara, Antônio Carlos de Arruda Botelho conseguiu viabilizar a criação do distrito de paz de São Carlos, na Sesmaria do Pinhal, para onde se deslocaram os Arruda Botelho, Jesuíno José Soares de Arruda (1811-1895) e Joaquim José, todos considerados fundadores de São Carlos.

No mesmo ano em que foi indicado juiz de paz de Araraquara, Joaquim José casou-se com Eulália Carolina de Meira, filha do tenente-coronel Carlos José Botelho e irmã de Paulino Carlos, Bento Carlos e Antônio Carlos de Arruda Botelho, futuro conde do Pinhal, sucessores do pai na condução da política local.

Seu casamento foi, sem dúvida, um dos passos mais importantes de sua vida, pois uniu, a partir de então, através de laços de sangue, os Abreu Sampaio ao clã Arruda Botelho. Pouco tempo depois, após a morte de Carlos José Botelho (?-1854), o casal

---

<sup>50</sup> Idem, p. 22.

recebeu uma área de mais de mil alqueires, proveniente da partilha da Sesmaria do Pinhal, onde abriram a fazenda São Joaquim.<sup>51</sup>

O casamento tem sido usado, ao longo dos tempos, em vários tipos de sociedades, principalmente as agrárias e patriarcais, como forma de fortalecimento de laços que visam manter ou alargar o poder econômico ou político. Inúmeros foram os exemplos de casamentos que, pouco a pouco, interligaram as árvores genealógicas dos principais clãs da elite paulista. Tais enlaces eram favorecidos, em parte, pela grande quantidade de filhos que cada família possuía. Os Silva Prado, os Sousa Aranha, os Queiróz Telles, os Sousa Queiroz, os Rodrigues Alves, os Toledo Piza, os Arruda Botelho e os Abreu Sampaio Vidal, entre outros, estão entre os principais ramos dessa gigantesca árvore formada pelos casamentos oficializados entre si, ou com ricas famílias da corte, quase todas portadoras de títulos de nobreza.

Mas, como ocorria com muita frequência, devido às condições sanitárias precárias, as mulheres faleciam precocemente, mesmo quando provenientes das classes mais abastadas, em parte devido à grande quantidade de filhos que geravam, sempre com alto risco de perder a vida. Quando não morriam no momento do nascimento dos filhos, ficavam com a saúde debilitada por longos períodos e não foi outro o destino de Eulália Carolina, que faleceu algum tempo depois do nascimento de Joaquim deixando viúvo Joaquim José com três filhos pequenos.

Foram certamente tais circunstâncias que levaram o jovem viúvo a casar-se novamente, em 17 de abril de 1869, optando, desta vez, contrair núpcias com Maria das Dores Vidal, filha de um abastado comerciante de Campinas, dom Romão Vidal. De seu casamento com Maria das Dores originou-se o sobrenome composto Sampaio Vidal, à

---

<sup>51</sup> GORDINHO, M. C. *A casa do Pinhal*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 40.

moda espanhola, grafando-se antes o sobrenome do pai e depois o da mãe. Os cinco filhos que o casal teve assim foram batizados, tanto os varões Rafael e Bento quanto as três meninas, Eulina, Amália e Escolástica.

Maria das Dores teve o mesmo destino de Eulália Carolina e também faleceu precocemente. Embora os filhos da primeira esposa já fossem adultos, Joaquim José viu-se viúvo pela segunda vez, com cinco filhos pequenos. Diante de circunstâncias semelhantes, igual resolução: voltou a se casar, em 1884, desta feita com uma sobrinha, dona Amélia Sampaio, filha de Antônio de Sampaio Peixoto e de Maria Jacintha de Abreu Sampaio, uma de suas irmãs. Deste terceiro casamento nasceram mais duas filhas: Luiza e Honorina.

Através de seus três casamentos Joaquim José compôs o clã Abreu Sampaio Vidal. Foram dez filhos que nasceram entre 1856 e a década de 1880. Quando as caçulas Luiza e Honorina nasceram, os seus filhos de seu primeiro casamento já começavam estabelecer laços matrimoniais com pessoas provenientes da elite local e de cidades vizinhas, supostamente detentoras de *status* econômico similar, seguindo o exemplo do pai.

Afonso Botelho de Abreu Sampaio (1856-1910), o primogênito, casou-se em 1876, em Rio Claro, com Maria Ferraz de Sampaio, filha do comendador José Ferraz de Sampaio e de Umbelina Ferraz de Sampaio. Maria era neta do barão de Cascalho, um dos homens mais ricos e influentes de Limeira. Após o falecimento de Maria, Affonso permaneceria viúvo por muitos anos, voltando a casar-se, em 1903, com Eliza Ferraz de Sampaio, meio-irmã de sua primeira esposa. Eliza era filha do mesmo comendador José Ferraz de Sampaio com sua segunda esposa, Izabel Paes de Barros.

Afonso Botelho nunca chegou a exercer cargos públicos fora de São Carlos, conseguindo, porém, um papel de destaque na política local, ao atuar intensamente nas áreas da educação, saúde e de serviços. Foi um entusiasta da fundação da Escola Normal;

exerceu o prestigioso cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia local e presidiu a Companhia de Luz Elétrica, a primeira do gênero em todo o Brasil. Entre 1906 e 1908 chegou ao ápice de sua vida pública ao presidir a Câmara Municipal e participou da comissão local que trabalhou para que a cidade fosse elevada a sede de bispado. ano Faleceu a 30 de agosto de 1910 na cidade de Rio Claro.

O segundo filho, Adolfo Botelho de Abreu Sampaio, nasceu em 1860. Casou-se com Augusta Assumpção (1861-1946), filha do coronel Lucas Queiróz de Assumpção e de Maria Antônia de Assumpção. Foi o primeiro dos irmãos Abreu Sampaio a tornar-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1882, e seguiu os passos do pai, ao exercer durante efêmero período o cargo de deputado estadual pelo PRP, em 1893. Sua participação resumiu-se, como membro da Comissão de Justiça, a analisar o contrato da *Companhia União Sorocabana e Ituana* com o governo paulista.

Entre 1903 e 1905, dirigiu o colégio Culto à Ciência, em Campinas, e em finais de 1905, assumiu o cargo de diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo, onde permaneceu até 1930, ano em que se aposentou. Faleceu, em 1933, aos 73 anos, em São Paulo.

Parece que Adolfo Botelho não era um homem muito cordial, a julgar pela imagem que deixou em sua passagem pela direção do Culto à Ciência:

Por Decreto de 7 de fevereiro, desse ano de 1903, foi nomeado para o cargo de diretor do Ginásio o Dr. Adolpho Botelho de Abreu Sampaio, antigo deputado e republicano prestigioso. Tomou posse a 19 do referido mês, perante a Congregação que se reuniu sob a presidência do Dr. Eduardo Gê Badaró. Infelizmente, o Dr. Abreu Sampaio não correspondeu às simpatias com que foi recebido, provocando seus atos administrativos uma luta com parte do corpo docente, que em outubro de 1904 fazia publicações pela imprensa em forma de censura pelo descaso com que o diretor tratava o regulamento. Deixou o cargo em

25 de novembro de 1905, por ter sido nomeado diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de S. Paulo<sup>52</sup>.

Assim como os irmãos, Adolfo também foi fazendeiro, mas ao que tudo indica não possuía pendores nem para a política, nem para a agricultura, sendo antes um burocrata com algum pendor intelectual, pois escreveu sobre economia para a *Revista Comércio e Indústria de São Paulo*.

Joaquim Botelho de Abreu Sampaio (1864-1916), filho caçula de Eulália Carolina, casou-se com sua prima Maria Botelho, filha de Paulino Carlos de Arruda Botelho e de Ana Flora Coelho. O casamento entre os primos reforçou, ainda mais, os laços entre os Abreu Sampaio e os Arruda Botelho: após o casamento entre seus filhos, Paulino Carlos, além de ex-cunhado, tornou-se consogro de Joaquim José.

Joaquim Botelho foi o único dos irmãos Abreu Sampaio Vidal a não ocupar cargos públicos. Por isso, talvez, a ele coube por herança a fazenda São Joaquim, ainda hoje em mãos da família Botelho de Abreu Sampaio. Por não ter participado da vida pública, poucos são os dados biográficos referentes a ele, mas um artigo de Karl Monsma, Oswaldo Truzzi e Silvano da Conceição<sup>53</sup> traz um interessante episódio sobre sua vida que revela algo dos graves conflitos que houve em São Carlos e região entre a elite local e a grande massa de italianos que ali se instalou, a partir da década de 1880.

No início de novembro de 1897, o roubo e a tentativa de latrocínio contra o fazendeiro Joaquim Botelho de Abreu Sampaio sensibilizaram as elites locais, e o delegado em exercício coronel Leopoldo Prado, que também era fazendeiro, não poupou esforços na tentativa de capturar os criminosos. Uma carta anônima denunciou três italianos como autores do crime. O delegado prendeu-os, mas teve de soltá-los por falta de provas. Ele também prendeu e

---

<sup>52</sup>, PAULA, C.F. *Culto à Ciência - Colégio, Ginásio e Colégio Estadual* - Monografia. Campinas, 1946, p. 33.

<sup>53</sup> Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no oeste paulista, 1895-1898 IN *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. volume 18 ano.53 S Paulo Oct. 2003, p. 72.

espancou vários outros italianos, mas acabou não descobrindo nada. A comunidade italiana parecia impenetrável.

Joaquim Botelho sobreviveu àquela tentativa de latrocínio mas faleceu precocemente, em 1916, aos 52 anos. Entretanto, seus descendentes seguiram o exemplo de seus tios e avôs e continuaram participando da vida política local.

Rafael Sampaio Vidal, o quarto filho, casou-se com Carlota de Oliveira Borges (1872-1957), neta de José Estanislau de Oliveira (1803-1884) e Elisa de Mello Franco (1806-1892), viscondes de Rio Claro e filha de José Luiz Borges e de Amália Carolina de Mello Oliveira, barões de Dourados. José Estanislau e seu genro José Luiz Borges eram donos de imensa fortuna e possuíam expressivo prestígio político em Rio Claro e região.

O engenheiro Adolfo Augusto Pinto (1856-1930), o mesmo que cedeu os direitos de construção da ferrovia entre Rio Claro e São Carlos ao conde do Pinhal, revela em suas memórias o poder da família Melo e Oliveira:

Ao tratarmos de incorporar a companhia para levar a efeito a construção da estrada, eu e meus sócios engenheiros reconhecemos desde logo, que o traçado que melhor consultava o interesse geral das zonas que iam ser servidas era o que conduzisse a linha a passar junto ao Morro Pelado (atual Itirapina), onde devia ela bifurcar-se, daí seguindo a linha principal para São Carlos e derivando-se o ramal para Brotas, Dois Córregos e Jaú. Como, entretanto esse traçado não agradasse a membros influentes da família Melo e Oliveira, afazendados no serrote do Cuscuzeiro, e de sua oposição devesse resultar dificuldades sérias para a incorporação da companhia, eu, meu irmão Luiz e meu cunhado Pinto Gonçalves resolvemos transferir a parte que tínhamos na concessão ao Conde do Pinhal, mediante indenização de 50 contos de réis. O Conde do Pinhal e o capitalista Benedito Antônio da Silva por sua vez transferiram o privilégio à Companhia Nacional que incorporaram, a qual, sob a presidência do Conde do Pinhal, realizou a construção da estrada.<sup>54</sup>

As irmãs de Bento de Abreu seguiram os passos de seus irmãos e se casaram com rapazes cujo *status* social lhes era semelhante. Eulina de Abreu Sampaio (1874-1962)

casou-se com o médico Ricardo Lustosa da Cunha Paranaguá (1864-1897), filho de João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912), o 2º Marquês de Paranaguá, ex-titular do Império e amigo do Imperador Pedro II, e de Maria Armanda Pinheiro Paranaguá. Enviuvou, em 1897, pouco tempo após o casamento.

Amália Sampaio Vidal casou-se com Tranqüilino de Mello-Leitão, juiz de direito, oriundo da decadente aristocracia agrária nordestina. Escolástica (1878 -1964), não teve o mesmo destino de suas irmãs e permaneceu solteira durante toda a sua existência.

Das duas filhas provenientes do último casamento de Joaquim José, Luiza de Abreu Sampaio casou-se com Waldemar Mondim da Costa Dória (1892-1926), bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e Delegado de Polícia da Capital, o primeiro delegado a ser assassinado em serviço na capital paulista quando participava ao cerco ao ‘bandido’ Meneghetti, em 1926.

Honorina de Abreu Sampaio casou-se com Domingos Pinotti e não deixaram descendentes. Pinotti foi sócio dos Sampaio Vidal em fazendas produtoras de café na região Noroeste do Estado de São Paulo. Seu casamento indica que, ao menos alguns *oriundi*, como eram designados os italianos que emigravam para o Brasil, começavam a ganhar relativo *status* social.

Quanto a Bento de Abreu, casou com Maria Isabel de Arruda Botelho, filha de Bento Carlos de Arruda Botelho e Maria Izabel d’Oliveira Botelho, em 15 de junho de 1895<sup>54</sup>. Maria Isabel, por ascendência materna, descendia dos viscondes de Rio Claro e era sobrinha da cunhada, Carlota Borges. Pelo lado paterno, era sobrinha do conde do Pinhal e

---

<sup>54</sup> PINTO, 1903, apud MATTOS, O. N. *Café e ferrovia: revolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Pontes, 1990, p.105-6.

<sup>55</sup> Certidão de Casamento registrada no Cartório de São Carlos – 1º subdistrito da sede da Comarca – f. 103 do livro B nº 005 de Registro de Casamento sob nº de ordem 1189.

prima da esposa de Joaquim Botelho, seu cunhado. Através de seu casamento, também Bento de Abreu passou a pertencer ao clã Arruda Botelho.

Além do pai e dos irmãos mais velhos, merecem especial destaque na vida de Bento de Abreu, dois dos irmãos Arruda Botelho. Consta que em tempos de propaganda republicana, quando ainda era jovem, Bento de Abreu acompanhou Paulino Carlos de Arruda Botelho (1834-1908) em visita a alguns diretórios no interior do Estado. Paulino Carlos começou sua carreira política como o primeiro juiz de paz de São Carlos e ao longo de sua vida teve destacada participação na vida política local e regional. Durante o Império pertenceu ao Partido Liberal, mas logo se tornou um propagandista da República. Em 1878, organizou o primeiro diretório republicano de São Carlos, e dez anos depois, presidiu, em Rio Claro, um congresso republicano que contou com a participaram todas as localidades do 8º distrito.

O ápice de sua vida pública deu-se após o advento da República, quando se elegeu deputado federal constituinte. Continuou sendo reeleito ininterruptamente até 1908, ano de seu falecimento. Alfredo Elis, muito gentilmente, referiu-se a ele como cavalheiro "*sans peur et sans reproche*".

Evidentemente, além de Paulino, Bento de Abreu também esteve muito próximo de seu xará, Bento Carlos de Arruda Botelho (1841-1896), que pouco antes de falecer tornou-se seu sogro. A biografia de Bento Carlos indica os mesmos caminhos seguidos por seus irmãos. Fez carreira política em São Carlos, onde exerceu os cargos de juiz municipal suplente em 1872; intendente em 1891 e juiz de paz, em 1896.

Bento Carlos foi uma figura de destaque na vida são-carlense, e entre outras realizações, teve a iniciativa de adquirir e concluir às próprias custas o Teatro Ipiranga, posteriormente denominado São Carlos, que segundo suas palavras "não dava renda e era



obra patriótica"<sup>56</sup>. Poderia não render capital direto, mas, empreendimento de tal magnitude deveria render-lhe prestígio junto à comunidade.

Antônio Carlos, Paulino Carlos e Bento Carlos de Arruda Botelho, formaram uma espécie de triunvirato que, apesar das diferenças políticas que os separavam, teve grande influência na política local e regional na segunda metade do século XIX. A memória coletiva, entretanto, perpetuou o nome de Antônio Carlos de Arruda Botelho (1827-1901), conde do Pinhal, membro mais ilustre da família, ao longo de muitos anos, durante o regime imperial. Nascido em Piracicaba, foi o grande responsável por viabilizar a chegada da ferrovia a São Carlos e Araraquara. Como banqueiro, esteve entre os fundadores do Banco União de São Carlos, do Banco de São Paulo, do Banco de Piracicaba, e da Companhia Agrícola de Ribeirão Preto composta de cinco fazendas com dois milhões de cafeeiros.

Só perdeu parte de seu poder político quando terminou o regime imperial e a partir de então não pôde mais externar com onipotência a divisa constante em suas insígnias: “Quero, mando, posso”, pois seu nome fora vetado, por Prudente de Moraes, para compor a chapa do PRP às eleições de 1891. O poder continuou, entretanto, em mãos dos Arruda Botelho, pois o indicado para representar a cidade na Constiuinte Republicana foi seu irmão Paulino Carlos.

Oswaldo Truzzi, em forma resumida, dá a dimensão do poder do homem que durante décadas foi um dos mais influentes da região:

foi o padrão mais perfeito da estirpe dos barões do café existente em São Carlos. Durante o século XIX qualquer historiografia dos grandes homens ou grandes

---

<sup>56</sup> FERRAZ, M.C.B. *São Carlos do Pinhal, sua fundação e sua História*. São Paulo: Ed. Autor, 1955., p. 52

feitos em São Carlos, invariavelmente se confunde com a sua biografia. Sua brilhante carreira política apontava-o como uma das figuras mais notáveis do Império, prestígio que lhe valeu os títulos de barão, visconde e conde do Pinhal, concedidos pelo Imperador, em reconhecimento a serviços prestados no abastecimento de tropas durante a guerra com o Paraguai. Foi certamente em razão desse mesmo prestígio que o próprio Imperador Pedro II esteve em visita a São Carlos, recepcionado pelo conde, ao final do Império. O conde faleceu em 1901<sup>57</sup>.

Para que se tenha uma visão mais completa de toda a rede de relações de parentesco que sustentavam os membros de um dos principais clãs da oligarquia paulista, é interessante acrescentar que Paulino Carlos teve dezessete filhos, o conde do Pinhal doze filhos e Bento Carlos dez. São, portanto, nove os cunhados de Bento de Abreu por parte da esposa, fora os cônjuges de seus próprios irmãos, que compunham uma enorme teia de relações políticas e afetivas.

Os laços de família são fundamentais para que se entenda a rede de relações que sustentaram Bento de Abreu antes que ele viesse a ingressar na vida pública. Se, no Culto à Ciência aprendeu a teoria dos princípios positivistas, em família ele teve exemplos de ideais muitas vezes concretizados em ações.

Joaquim José, Paulino, Bento e Antônio Carlos de Arruda Botelho estiveram envolvidos na fundação do distrito de São Carlos; na construção de ferrovias; na administração de suas fazendas; na fundação de núcleos para imigrantes e no patrocínio de empreendimentos urbanos, tal como o teatro Ipiranga, exemplos que certamente serviram de lição a Bento de Abreu quando ele iniciou sua carreira política ao viabilizar a fundação do distrito de paz de Santa Lúcia.

Mas, se é inegável que o pai, os demais irmãos e o sogro tenham servido de exemplo ao jovem Bento de Abreu, foi certamente o irmão Rafael seu grande companheiro

---

<sup>57</sup> TRUZZI, O. *Café e Indústria - São Carlos: 1850-1950*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2000, p. 82.

de empreitadas políticas, pois eles mantiveram uma espécie de “dobradinha política”, cabendo a Rafael o papel mais destacado durante grande parte de suas vidas. Portanto, é pertinente supor que foi ele quem impulsionou, mais do que qualquer outro parente, a trajetória política dos Sampaio Vidal.

### **1.3. Rafael Sampaio Vidal: o irmão ilustre.**

*O biógrafo sabe que ele jamais chegará ao final de seu trabalho, qualquer que seja o número de fontes documentais que consiga exumar. Novas pistas se abrem e ele se arrisca a nessas se enveredar*

François Dosse

Em São Paulo, onde cursava Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, o jovem Rafael Sampaio Vidal (1870-1941) viu o Brasil passar por significativas transformações sociais e políticas, como a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República no ano seguinte. Ao formar-se, regressou ao interior do Estado, como fazia a maioria dos novos bacharéis, para iniciar-se na advocacia e muito freqüentemente também na política. Encontrou uma São Carlos relativamente modificada em relação àquela que deixara quando de lá saiu para estudar. A chegada da ferrovia havia auxiliado no desenvolvimento local, conforme se pode perceber pelas palavras de seu conterrâneo e amigo Cincinato Braga:

Suas largas ruas, traçadas na direção de sul a norte e de leste a oeste, cruzam-se em ângulos retos formando quarteirões iguais. É iluminada a luz elétrica e, em parte, servida por encanamento d'água potável. Conta com muitas construções elegantes; e, como edifícios de uso coletivo, possui a

igreja matriz, a casa da Câmara, o prédio do Club Concórdia Familiar, lazareto de variolosos, hospital italiano de socorro mútuo, matadouro, templo presbiteriano, teatro São Carlos e as capelas de Santa Cruz e de São Sebastião”<sup>58</sup>

Segundo Maeyama, a implementação de melhorias urbanas deu-se, em parte pela “predisposição dos fazendeiros de se autoimaginarem como agente civilizador.”[...] “O que os são-carlenses pretendiam criar em sua cidade era uma cópia perfeita da vida urbana e cultural da capital. ‘Princesa do Oeste’ foi o primeiro epíteto que inventaram para a cidade na época em que café e oeste eram quase sinônimos.”<sup>59</sup>

Embora os melhoramentos urbanos fossem visíveis na São Carlos de 1895, a cidade não escapou da terrível epidemia de febre amarela que, desde meados da década anterior, vinha assolando de forma intermitente o Estado de São Paulo, principalmente as regiões de Santos e Campinas, denunciando, por trás das melhorias urbanas, a inexistência de condições sanitárias inadequadas das cidades paulistas.

Assustada com a quantidade de mortes causadas pela epidemia, a população não teve outra alternativa senão deixar a cidade para se refugiar na área rural, alterando desta forma o nascente cotidiano do núcleo urbano. Somente quando o surto epidêmico arrefeceu, a cidade renasceu e as autoridades locais puderam retomar obras de urbanização e de construção de prédios públicos e privados, entre as quais se destacou o da Santa Casa local, cuja inauguração ocorreu em 1º de novembro de 1899.

As Santas Casas de Misericórdia, entidade que surgiu em Portugal, em 1498, tinham como principal objetivo a prática de obras de caridade, divididas em quatro ramos: patrocinar os presos, socorrer os necessitados, amparar os órfãos e tratar os enfermos. A

---

<sup>58</sup> CASTRO, Franklin de (org.) *Almanack-Álbum de São Carlos - 1916-1917*. São Carlos: Typ. Artística, 1917 n.p.

<sup>59</sup> MAEYAMA, 1975, p. 38 apud TRUZZI, 2000, p. 95.

irmandade era integrada por destacadas lideranças das sociedades locais e contava com uma estrutura organizacional composta por uma provedoria, escrivão, mordomos e tesoureiro. O provedor era a autoridade máxima, uma espécie de chefe executivo a quem cabia coordenar os trabalhos dos demais membros.<sup>60</sup>

Entre os que participaram dos esforços para a conclusão da Santa Casa, encontrava-se Rafael Sampaio Vidal indicado ao cargo de provedor. Um ano antes, em 1898, o jovem Rafael elegera-se vereador, em claro indicativo de que gozava de prestígio político na cidade naquele findar de século XIX. E todo esse prestígio derivava, sobretudo, de sua condição social, pois era um Abreu Sampaio Vidal.

Entre as diversas atividades nas quais empenhou-se, merecem destaque o levantamento estatístico sobre a agricultura do município e a instalação de um espaço para experiências e demonstrações de produtos agrícolas da região patrocinados pelo Clube da Lavoura local, o qual presidiu. Ao mesmo tempo em que se iniciava na vida pública, procurava viabilizar sua carreira de advogado.

Tal situação não se alteraria até 1902, quando uma crise bancária levou o Banco União de São Carlos a decretar falência. Diante das dificuldades administrativas Joaquim José e Bento de Abreu decidiram chamar Rafael, que não participava da diretoria do banco, para administrar a massa falida da instituição.

Após enfrentar o processo judicial, Rafael Sampaio Vidal domiciliou-se em São Paulo, restabelecendo sua banca de advocacia na Capital paulista ao lado de antigos colegas dos tempos do Culto à Ciência e da Faculdade de Direito, dedicando-se exclusivamente à atividade privada.

---

<sup>60</sup> MESGRAVIS, L. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599 ? – 1884)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

Ao mesmo tempo, aproveitando os conhecimentos adquiridos em São Carlos, passou a escrever sobre aspectos gerais da cafeicultura paulista em importantes periódicos paulistanos tais como *O Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano*, e *Comércio de São Paulo*. Dois de seus artigos, pelo menos, transformaram-se em opúsculos: *Contabilidade Agrícola de fazenda de café* (1905) e *Organização comercial de defesa do café* (1906), ambos apreciados tanto pela exposição de um plano de organização da cafeicultura, com enfoque na parte escritural das transações comerciais, como pela defesa de uma política governamental preventiva para sustentar os preços do produto.

Sua postura, como advogado e articulista, levou-o a participar dos intensos debates políticos que culminaram com a assinatura do Convênio de Taubaté, assinado entre os principais Estados produtores de café, em 1906, e que tinha como principal objetivo assegurar os preços do produto no mercado internacional, através de intervenção estatal. A participação nos debates sobre o comércio do café, levou-o a aproximar-se de um dos maiores proprietários rurais de São Paulo, o conde de Prates, para quem passou a advogar.

Por outro lado, sua chegada à capital do Estado coincidiu com *boon* da imigração européia, principalmente italianos e espanhóis, que, inicialmente contratados para trabalharem nas lavouras de café, ao não encontrarem as esperadas condições de trabalho nas fazendas ou núcleos de imigração especialmente fundados para recebê-los, dirigiam-se a São Paulo, cidade pela qual já haviam passado, quando deixavam o porto de Santos em direção às fazendas de café do interior do Estado.

A presença dos imigrantes na capital paulista gerou crescimento no setor imobiliário e parte da elite agrária paulista optou investir parcela de seus dividendos naquele setor, em sociedade com perspicazes empreendedores estrangeiros, principalmente ingleses. Rafael

Sampaio Vidal, como um dos sócios da Companhia City, estava entre os que optaram investir no setor imobiliário.

A *City of São Paulo Improvements - (Companhia City)* foi uma das mais ativas empresas imobiliárias da Capital<sup>61</sup>, com relevante papel na urbanização de bairros como a Lapa, a Vila Formosa e a Vila Maria. Mas certamente o empreendimento mais significativo e famoso da City foi a abertura do Jardim América, próximo à avenida Paulista. Entre seus acionistas encontravam-se, além de Rafael Sampaio Vidal, Cincinato Braga, Horácio Belfort Sabino, Alberto Byington, e os irmãos Guilherme, Paulo e Eduardo Cotching.

Em 1908, Rafael Sampaio Vidal talvez não pensasse voltar a ocupar cargo público, pois prestou concurso para professor na Faculdade de Direito, perdendo a vaga para Estevão de Almeida (1863-1926). Pela segunda vez em poucos anos, uma situação adversa iria obrigá-lo a procurar novos rumos. Dois anos depois, lançava-se candidato a deputado estadual, elegendando-se para o triênio 1910-1912.

No seu primeiro ano de mandato, percebe-se pelos discursos que pronunciou e projetos de lei que enviou ao plenário, a opção por diversificar suas ações legislativas num amplo leque de assuntos tais como a criação de distritos de paz; criação do Patronato Agrícola; a sericultura; o orçamento estadual e, principalmente, a valorização e a defesa permanente do preço do café.

---

<sup>61</sup> O relacionamento comercial entre os principais membros do grupo político que atuava sob a liderança de Júlio Mesquita foi estudado por Rodnei Bacelli em *A presença da Companhia City em São Paulo e a implantação do primeiro bairro jardim, 1915-1940*, dissertação apresentada na FFLCH da USP em 1982. Estavam entre os principais investidores brasileiros da Cia City: Paulo José Abrantes e sua mulher Dna. Maria Amélia Abrantes Flores; Leopoldo Pio Bastos; Dr. Cincinato César da Silva Braga; Dr. Horácio Belfort Sabino (1869-1950) e sua mulher Dna. Amélia Milliet Sabino; Dr. João Alves de Lima e sua Mulher Dna Eliza de Barros Alves de Lima; Dr. Alfredo César da Silva Braga e Dna. Constância Cajado Braga; Dr. Júlio César Ferreira de Mesquita e sua mulher Dna Lucília César de Mesquita; Dr. Rafael de Abreu Sampaio Vidal e sua mulher, Dna Carlota Borges Sampaio Vidal; Dr. Ricardo Soares Batista; Dna Marieta Cunha e a Companhia Edificadora de Vila América. (op.cit., p.24-25, nota 06)



Sua atuante participação levou-o a ser eleito membro da importante Comissão de Agricultura, a qual tinha a prerrogativa de analisar e dar parecer a todos os projetos ligados ao estratégico setor agrícola. No ano seguinte, Rafael Sampaio Vidal teve atuação parlamentar ainda mais destacada e foi eleito membro da Comissão de Justiça, indicação que contribuiu para que aumentasse seu prestígio político.

Datam desse período o início dos pronunciamentos em defesa das companhias de eletricidade *Sul Paulista*, *Light & Power Co.*, *São Paulo Electric Co.* e *Empresa de Força e Luz do Norte de São Paulo*, os quais ficaram registrados no índice geral dos *Anais da Câmara de São Paulo* como "favores às companhias". Mais do que favores, ele prestou um enorme serviço àquele setor em expansão e dele soube tirar proveitos para os seus próprios investimentos imobiliários. Na sessão de 04 de novembro de 1911, por exemplo, Rafael Sampaio Vidal, juntamente com os deputados João Martins e João Sampaio, sugeriu emenda ao Projeto de Lei nº 34, tentando resolver a questão das desapropriações em terrenos por onde deveriam passar os fios e cabos da rede elétrica. Até aquela data desapropriava-se os terrenos por onde deveriam passar os fios elétricos mutilando dessa forma as propriedades particulares e causando, segundo eles, grandes prejuízos a seus proprietários.

Em relação a sua participação nos trabalhos legislativos de 1911, cabe destacar ainda, entre outros, o pedido de auxílio financeiro à Câmara Municipal de São Paulo; apoio ao projeto de remodelação da Força Pública; o projeto de retificação das divisas de São João da Boa Vista; o projeto pela criação da Bolsa de Café, além de trabalhar para viabilizar a construção da Companhia Central de Armazéns Gerais, em Santos.

A estratégica área de transportes também recebeu sua atenção. Em sua proposta de extensão da Estrada de Ferro Mogiana<sup>62</sup>, à cidade de Caconde, percebe-se que trabalhava visando favorecer indiretamente aos seus interesses, pois era um dos acionistas daquela ferrovia, época em que os negócios públicos e privados muitas vezes se confundiam na esfera legislativa.

Apesar de ser um homem formado no ideário liberal, entendia que o Estado devia subvencionar atividades para fomentar o desenvolvimento de determinados setores tais como a lavoura e a indústria. O mesmo entendimento estendia-se em relação à questão da crônica falta de mão de obra. Ele deixou explícita essa opinião ao apresentar Projeto de Lei n° 57/1911:

o Estado tem feito concessões mais onerosas, por exemplo, subvenções quilométricas, garantias de juros, o que aliás sempre aplaudi, porque entendo que o Estado não deve regatear benefícios e incentivos para estradas de ferro, para introdução de imigrantes, braços para a lavoura e para a indústria.<sup>63</sup>

A legislatura para a qual Sampaio Vidal foi eleito teve a prerrogativa de fazer a revisão da Constituição estadual. Segundo o regimento de 1891, a cada dez anos os deputados deveriam fazer uma revisão constitucional. Em 1901, não fora possível fazê-la devido às divergências entre o governo e os deputados dissidente do grupo *d'O Estado*, mas em 1911, em situação política menos tumultuada, os parlamentares paulistas a realizaram, e entre os eleitos para a comissão de Revisão Constitucional estava Rafael Sampaio Vidal.

Sua intensa participação em três importantes comissões parlamentares foi decisiva para que seu nome ganhasse maior relevo político e ele acabou sendo convidado pelo

---

<sup>62</sup> - VUGMAN, G. *A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação (1872-1974): subsídios para uma Estrada de Ferro paulista*, Dissertação de Mestrado FFLCH – USP, 1976.

<sup>63</sup> Anais da Câmara de São Paulo 53ª sessão ordinária, 1911, p. 367.

presidente Rodrigues Alves para ser Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, renunciando ao mandato de deputado estadual, em 01 de maio de 1912.

Por um lado, Rafael Sampaio Vidal mantinha estreitas relações comerciais com o grupo liderado pelo presidente Rodrigues Alves. Por outro lado também era ligado ao grupo dissidente chefiado por Júlio de Mesquita, por quem nutria uma amizade pessoal. O convite significava reconhecimento ao trabalho realizado na Câmara estadual, mas só se efetivou devido o apoio dos próceres perrepistas dissidentes.

Júlio César Ferreira de Mesquita (1862-1927) era um dos principais líderes do PRP e tinha grande influência no partido, em parte, pelo fato de ser proprietário e diretor *d'O Estado de S. Paulo*, cujo nome estendeu-se ao seu grupo político, informalmente batizado pelos governistas como grupo *d'O Estado*. Além de jornalista, e deputado, ele tinha banca de advogado em sociedade com Alfredo Pujol, Eugênio Egas e Augusto Loiola. Destacou-se politicamente por ser crítico ferrenho da interferência do executivo no legislativo.

Faziam parte do grupo *d'O Estado*, Prudente de Moraes Filho, Paulo de Moraes Barros, Bueno de Andrada, Guimarães Júnior, Silva Bastos, além de Cincinato Braga (1864-1953) e Alfredo Pujol (1865-1930), antigos companheiros dos tempos de São Carlos e que haviam defendido os Abreu Sampaio Vidal no processo de falência do banco União de São Carlos. Em carta destinada a Júlio de Mesquita, que se encontrava na Europa em tratamento de saúde, datada 31 de julho de 1913, Nereu Rangel Pestana fez alusão à composição do grupo dissidente, e aos estreitos laços de amizade que uniam Rafael a Julio de Mesquita.

Deve o Sr. estar lembrado de que, poucos dias antes de partir para a Europa, respondendo a uma pergunta minha, disse-me que sobre a orientação política me

entendesse com o Dr. Olavo Egídio, os Moraes Barros, o Dr. Cincinato, o Dr. Carlos Guimarães, enfim, com os antigos amigos da dissidência. Desde a sua partida, raríssimas vezes apareceram pelo *Estado* esses amigos. O Dr. Cesário Bastos às vezes entrava durante o dia no Escritório do Filinto e uma vez teve a franqueza de dizer que, propositadamente, eles passaram a freqüentar o *Correio* para evitar suspeitas ou desfazer desconfianças<sup>64</sup>. Contudo, o **Dr. Sampaio Vidal**, durante muito tempo, vinha quase diariamente palestrar comigo à abertura do serviço da redação e depois deixou de vir porque freqüentemente nos desencontrávamos, em virtude do regime de serviço alternado que estabeleci na secretaria com o Amadeu.<sup>65</sup>

Rafael Sampaio Vidal participou do terceiro governo de Rodrigues Alves à chefia do executivo paulista, desta vez para o quadriênio 1912 e 1916. Já idoso e com a saúde bastante precária, fato que o obrigou a se ausentar da chefia do governo para tratamento de saúde, Rodrigues Alves acabou realizando um governo bastante tumultuado. Durante a ausência do presidente do Estado, entre outubro de 1913 e janeiro de 1915, o cargo foi ocupado interinamente pelo vice-presidente Carlos Augusto Pereira Guimarães (1862-1927), indicado ao cargo pelo grupo político dissidente.

Previendo problemas políticos, alguns meses antes de seu afastamento, Rodrigues Alves fez uma reforma no secretariado estadual e optou por deslocar Rafael Sampaio Vidal da pasta da Justiça para a da Fazenda, cargo que ocupou de 21 de junho de 1913 a 15 de janeiro de 1915, quando pediu demissão, em solidariedade ao grupo *d'O Estado* que não ratificou a escolha do nome de Altino Arantes para a sucessão estadual<sup>66</sup>.

A passagem de Rafael Sampaio Vidal pelas duas secretarias de Estado mereceria maior aprofundamento, fosse ele o principal personagem deste trabalho. Não sendo este o

<sup>64</sup> Refere-se a Olavo Egídio de Souza Aranha, Carlos e Paulo de Moraes Barros, Cincinato Braga e Carlos Guimarães (então vice-presidente do Estado) e Cesário Bastos (1849-1937).

<sup>65</sup> RANGEL PESTANA, apud DUARTE, P.. *Júlio Mesquita*. São Paulo: HUCITEC; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977, p. 58.

<sup>66</sup> Os dissidentes eram Adolfo Gordo (senador federal), Cesário Bastos, Eduardo da Cunha Canto, Guimarães Júnior, Júlio de Mesquita e Pereira de Queiróz (senadores estaduais), Bueno de Andrade, Cincinato Braga, Francisco Alves, Prudente de Moraes Filho (deputados federais), Alfredo Pujol, Antônio Mercado, Moraes Barros, Rocha Barros, João Sampaio, Brenha Ribeiro e Leônidas Barreto (deputados estaduais). CASALECCHI, J. E. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.148-149.

caso, destaco aqui, devido a sua atualidade, apenas um breve trecho do relatório que ele apresentou ao final do exercício de 1914, onde constatava a conduta perdulária vigente dos dirigentes políticos, conduta adotada até passado recente, e legalmente interrompida pela entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Não nos constringe repetir que as grandes obras extraordinárias têm sido a causa principal das nossas dificuldades financeiras.

Em relatório anterior ponderamos que a preocupação absorvente tem sido projetar, criar, construir, engrandecer, aperfeiçoar, em suma, formar nessa região do Brasil um núcleo brilhante de civilização. E afinal temos conseguido realizar esse belo *desideratum*. Assim o atestam compatriotas e estrangeiros que nos visitam. Apenas temos esquecido de orçar bem as nossas obras e de preparar primeiramente os recursos necessários para pagá-las. O principal tem sido fazer a obra. Depois, trate a Secretaria da Fazenda de obter os recursos para pagamento. Infelizmente essa orientação tem inspirado numerosos surpreendimentos (sic) de tal vulto e exorbitado tanto das possibilidades da nossa receita que tais despesas não seriam compreensíveis sem essa confiança beatífica e tranqüila nos nossos recursos inesgotáveis.<sup>67</sup>

Aos problemas de saúde do velho ex-presidente da República, somaram-se as mortes de Bernardino de Campos (1841-1915) e Rubião Júnior (1851-1915), fatos que acabaram alterando a composição de forças entre os grupos que sustentavam politicamente seu governo, antecipando os embates pela sucessão estadual ao quadriênio seguinte. Tanto Bernardino quanto Rubião eram antigas e respeitadas lideranças no PRP e este era nome de consenso no partido, à sucessão de Rodrigues Alves. Sua morte provocou uma reviravolta política que levou o presidente do Estado a optar pela indicação do nome de Altino Arantes, vice na chapa que seria encabeçada por Rubião Júnior.

Entretanto, mais do que a simples indicação de um nome para concorrer ao cargo de presidente do Estado, indicação que em tese valia a eleição, o que ocorria naquele momento era uma ferrenha luta de dois grupos políticos paulistas pelo controle acionário das

companhias de eletricidade que haviam começado a operar em várias cidades do Estado de São Paulo no início da década de 1890, e cujos contratos com os municípios eram altamente lucrativos aos seus controladores.<sup>68</sup>

Em de 15 de fevereiro de 1916, os dissidentes publicaram um manifesto no qual apresentavam candidatos próprios às eleições daquele ano, período em que os pleitos políticos eram distritais e era conhecida a força do famoso bico de pena no momento de se lavrar as atas eleitorais. O candidato que não contasse com o apoio da cúpula partidária poderia até conseguir eleger-se, mas, dificilmente seria reconhecido pela comissão parlamentar que analisava as atas eleitorais. Mesmo assim, os dissidentes insistiram em concorrer com chapa própria, indicando os nomes de Cincinato Braga, Prudente de Moraes, Filho, Júlio de Mesquita e Rafael Sampaio Vidal.<sup>69</sup>

Até meados de 1918 os dissidentes tentaram organizar um partido de oposição, mas não lograram resultado satisfatório. Em avaliação feita em 1919, a dissidência constatava:

Depois de um balanço real de nossa vida nos últimos 5 anos, o que se verifica é que não demos um só passo à frente. Aqui estamos, a raspar a terra e a levantar poeira, no mesmo lugar em que a guerra nos surpreendeu.<sup>70</sup>

Mas na altura em que Júlio de Mesquita fazia o balanço da derrota, Rafael Sampaio Vidal já estava eleito à Câmara Federal, cujo mandato iniciou-se em 03 de maio daquele ano. O novo cargo que assumiu possibilitou tornar-se um dos principais articuladores dos interesses dos cafeicultores paulistas no Rio de Janeiro.

---

<sup>67</sup> Introdução ao *Relatório da Secretaria da Fazenda*, ano 1914, publicado na *Revista Indústria e Comércio* ano I, número 9 p. 226.

<sup>68</sup> PESTANA, N.R. *A oligarquia paulista*. São Paulo: O Estado de S.P., 1919. (como Ivan Subirrof).

<sup>69</sup> CASALECCHI J. E. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 147-149.

<sup>70</sup> MESQUITA FILHO Apud CASALECCHI, op. cit p. 150

Na capital Federal o deputado Federal Rafael Sampaio Vidal apressou-se em apresentar um projeto de lei criando o Departamento Nacional de Café, o DNC, órgão que teria a prerrogativa de coordenar todas as atividades relacionadas à cafeicultura, com poderes, inclusive, para intervir no mercado quando houvesse necessidade de estabilizar o preço do café. Bastante polêmico, o projeto Sampaio Vidal foi rejeitado pela base governista porque o governo Epitácio Pessoa, embora tivesse iniciado uma tímida política de intervenção em defesa dos preços do café e procurasse atender às reivindicações dos cafeicultores, não via condições do Tesouro Nacional amparar sistematicamente as necessidades do DNC.

Após intensa atuação parlamentar, uma vez mais a história repetia-se: Rafael Sampaio Vidal deixou de concluir seu mandato após aceitar convite do presidente eleito Artur Bernardes (1875-1955) para assumir o Ministério da Fazenda, renunciando ao cargo de deputado Federal em 15 de novembro de 1922. Apesar de não ser o preferido do presidente eleito, foi escolhido porque Arthur Bernardes necessitava contemplar os cafeicultores paulistas que haviam apoiado sua eleição e o Dr. Sampaio Vidal fora o nome de consenso apresentado pelo PRP. Assim que assumiu suas funções, o novo ministro escolheu Cincinato Braga, seu amigo e sócio na Companhia City, para a presidência do Banco do Brasil. Juntos, eles comandariam a economia brasileira durante dois anos.

O ministro Sampaio Vidal preocupou-se, sobretudo, em aparelhar burocraticamente os órgãos governamentais. Reorganizou a contabilidade do Tesouro Nacional, transformou o Banco do Brasil em banco emissor e instituiu, pela primeira vez no país, o imposto geral sobre a renda, direto e pessoal. Entretanto, a linha mestra de seu plano econômico baseava-se na defesa permanente do preço do café e a grande questão a ser resolvida era: como

---

conseguir subsidiar os preços do principal produto da balança comercial brasileira sem onerar sobremaneira o Tesouro Nacional?

A complexa questão comportava visões distintas que podem ser resumidas nas posições de dois grupos antagônicos: os partidários emissionistas, pró-intervenção cafeeira e os não emissionistas que entendiam ser inviável a intervenção do Estado na economia. Segundo Topik (1987), o grupo dos mineiros ligados a Bernardes entendia que qualquer subsídio ao café era um subsídio a São Paulo e que os preços ficariam artificialmente acima dos níveis naturais do mercado <sup>71</sup>.

Rafael Sampaio Vidal implantou seu plano econômico de subsídios estatais ao preço do café à custa do Tesouro Nacional. Talvez tivesse conseguido prosseguir com a política econômica implantada, mas uma grave crise econômica em fins de 1924, agravada pela Revolução ocorrida em São Paulo, em meados do ano, contribuiu para elevar os preços dos gêneros alimentícios sem que o ministro mostrasse a mesma preocupação que tinha em relação à defesa permanente do preço do café. Diante da difícil situação, Arthur Bernardes, demitiu Cincinato Braga.

Aos correligionários, Sampaio Vidal justificou sua saída do governo como consequência da demissão do amigo Cincinato Braga da presidência do Banco do Brasil, mas o fato é que deixou o governo após ver naufragar sua política monetária, causadora de um enorme déficit ao Tesouro Nacional; de uma elevada taxa de inflação, ocasionada pela política emissionista implantada pela gestão Sampaio Vidal-Cincinato Braga.

Poucos dias antes de deixar o Ministério, em 23 de novembro de 1924, Rafael perdeu seu único filho varão, Fábio Sampaio Vidal (1903-1924), então com 21 anos. O

---

<sup>71</sup> TOPIK, S. *A presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 92.



jovem, que pouco tempo antes de falecer participara da organização da Semana de Arte Moderna de 1922, teve um dos velórios mais concorridos da época. A presença de expressivos representantes dos governos federal, estadual e municipal, além, dos principais empresários paulistas, transformou o ato fúnebre em ato de desagravo ao ministro quase demissionário, mas a situação já era irreversível.

Após deixar o cargo, as principais lideranças perrepistas reconheceram seus esforços na defesa da cafeicultura paulista e o indicaram para senador estadual na vaga aberta com a morte de Antônio Carlos da Silva Teles (1854-1925), em cujo cargo permaneceu até 1930. Pode-se dizer, no entanto, que a morte do filho e a demissão do Ministério da Fazenda marcaram o início de seu ocaso político aos 54 anos de idade.

Fora do governo, Rafael Sampaio Vidal continuou a investir nos empreendimentos imobiliários urbanos, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro:

[...] e o curioso é que, por mãos paulistas, porque em 1903, a Companhia Lavoura e Colonização, de São Paulo, depois empresa Cerâmica Santa Cruz, adquiria do Coronel Elias Antônio de Moraes a sua Fazenda da Conceição, de 4.600.000 metros quadrados, para em breve transformá-la na maior fornecedora de tijolos para as grandes obras que o governo Rodrigues Alves, outro paulista, estavam sendo feitas no Rio, sobretudo na Avenida Central. Presidente da Cerâmica depois de ter sido Ministro da Fazenda do Governo Bernardes, o paulista **Joaquim Sampaio Vidal** (sic) fez com que ela deixasse de lado os tijolos e se transferisse para o campo da urbanização e dos loteamentos. Os primeiros lotes ele mesmo os comprou – e como o seu retrato figurava nas notas de 5 mil réis (sic) em circulação então, era fácil identificá-lo nas viagens que fazia diariamente à Ilha na barca da Cantareira...<sup>72</sup>

Após quase dois anos longe da política, em 19 de janeiro de 1932, Rafael Sampaio Vidal assinou um manifesto do PRP ao povo paulista, no qual o partido anunciava a sua

---

<sup>72</sup> GERSON, B. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000, p. 369.

volta “às lides da política cotidiana, seu apoio à rápida constitucionalização e a convocação de seu congresso”.<sup>73</sup>

A assinatura de manifesto de tal importância indica que ele ainda possuía algum relevo no novo cenário político e que o retorno à cena política paulista voltava a animá-lo. Seu nome compunha a lista dos candidatos da Chapa Única<sup>74</sup>, por São Paulo, união entre perrepistas e democráticos, para disputar as eleições para a Constituinte Federal contra os adversários do partido Socialista e da Lavoura. Cabe destacar que concorreu pelo PRP, mas sua indicação foi feita pela Liga Eleitoral Católica que, ao lado da Federação dos Voluntários, indicou nomes para concorrerem às eleições sob a legenda perrepista, esta abrigada na Chapa Única.

Entretanto, os tempos haviam mudado e a Chapa Única apesar de esmagadora vitória eleitoral não conseguiu eleger a totalidade de seus candidatos. Dentre os 22 candidatos propostos, cinco não foram eleitos, entre os quais se encontrava Rafael Sampaio Vidal, em parte porque não possuía bases políticas sólidas que lhe permitissem sustentação no novo cenário que se impunha. Esta seria sua última tentativa de voltar à vida pública.

Em 1941 ele recebeu homenagem oficial póstuma do governo do Estado, o qual, “em atenção aos grandes serviços prestados ao país pelo extinto, solicitou permissão à sua família para realizar os funerais por conta do Estado”.<sup>75</sup>

Em 1951, dez anos após sua morte, Antônio Gontijo de Carvalho (1951) publicou um breve perfil biográfico destacando as qualidades de Rafael Sampaio Vidal como homem

---

<sup>73</sup> PEREIRA, A. C. *Folha Dobrada I – Documento e História do povo paulista – 1932*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1982 p. 227.

<sup>74</sup> Legenda organizada pelas forças políticas tradicionais após a derrota da Revolução Constitucionalista em outubro de 1932, em São Paulo, com o objetivo de concorrer às eleições de março de 1933, à Assembléia Nacional Constituinte, era composta pelo PRP, PD, Federação dos Voluntários, Liga Eleitoral Católica (LEC) e Associação Comercial de São Paulo.

público, já longe dos holofotes da política. Por tratar-se de um amigo, é lícito supor que tenha atenuado as críticas ao biografado:

(...) Não julgo seu valor pela enumeração dos cargos que perlustrou. Pelo mérito excepcional, porém, os quais revelou nos debates do Parlamento e no exercício de altas funções administrativas sentia-se, nesse vulto de Piratininga, que há de figurar na galeria dos homens representativos, do Brasil, o estudioso que se preparou, desde os bancos acadêmicos, para ser homem de governo. Homem público, integral, de fato o foi, com aquele nobilíssimo anseio de influir. "Vocação de estadista com a crença no futuro grandioso do Brasil", o epitáfio que eu sugeriria como síntese de sua vida.<sup>76</sup>

Apesar de pouco lembrado pela historiografia, não se pode negar que Rafael Sampaio Vidal tenha tido êxito político pessoal durante a vigência da Primeira República, chegando a ser, o homem forte da economia brasileira. Seu percurso político e as diversas homenagens que recebeu em vida não foram suficientes para manter viva sua memória, ao contrário do que ocorreu com Bento de Abreu que, se em vida não exerceu cargos públicos tão destacados, permanecendo largo tempo à sombra do irmão, deixou seu nome gravado nas várias cidades onde atuou politicamente. A História também tem os seus caprichos.

---

<sup>75</sup> Fundo João Caetano Moreira Filho e Jolumá Brito do Centro de Memória da UNICAMP, série 10, pasta 348, Folha de S. Paulo, s.d

<sup>76</sup> CARVALHO, A.G. *Ensaios biográficos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1951, p 333/334.

# Capítulo 2

## Os primeiros passos na política

### 2.1. Uma falência no meio do caminho.

*De certo modo, a vida é como um jogo de xadrez em que as jogadas cruciais já ocorreram bem antes do xeque mate... Por outro lado, há também muita inconsciência e desconhecimentos envolvidos, e fico sempre impressionado pelo modo como as decisões cruciais de uma vida são tomadas às cegas: apaixonamo-nos às cegas, escolhemos a profissão às cegas, etc. Pensamos que escolhemos isso ou aquilo, mas retrospectivamente descobrimos que, de um lado, as informações eram insuficientes e, de outro, havia um grande impulso que não se relacionava a um real acontecimento das opções. Há, pois, escolhas conscientes, mas o papel de impulsos inconscientes é muito importante.*

Carlo Guinzburg

Em 05 de novembro de 1897, Prudente de Moraes foi alvo do conhecido atentado que acabou vitimando seu ministro da Guerra, o Marechal Carlos Machado Bittencourt (1840-1897), comandante da expedição militar que destruiu Canudos. Paradoxalmente, o atentado que abalou a opinião pública da capital federal e tirou a vida de seu ministro, acabaria por restituir ao presidente da República a popularidade perdida ao longo de seu difícil governo. Entretanto, o mesmo não se deu com a combalida situação financeira do país, duramente afetada com os gastos militares governamentais para conter as revoltas que vinham abalando o Brasil desde o governo anterior presidido por Floriano Peixoto.

O crescente déficit do tesouro levou Prudente de Moraes, antes mesmo do término do mandato, enviar a Londres seu sucessor, já eleito, Manuel Ferraz de Campos Sales, para que negociasse a dívida brasileira junto aos credores internacionais.

O acordo fechado junto aos credores brasileiros, entre eles, os banqueiros da casa Rothschild, ficou conhecido pelo nome de *funding loan*. Segundo Renato Perissinotto (1994), tratava-se uma imposição dos banqueiros internacionais para continuar financiando a dívida brasileira, e representou um golpe fatal no sistema financeiro nacional e na burguesia bancária provenientes, em sua grande maioria, do período do Encilhamento<sup>77</sup>.

Com a assinatura do empréstimo, o governo Campos Sales comprometeu-se junto ao capital estrangeiro a sanear as finanças da República. Entre as principais medidas previstas pelo acordo firmado com os credores ingleses estavam a valorização cambial; cortes nas despesas públicas; criação de impostos, entre eles, o imposto sobre consumo; além do resgate do papel moeda em circulação e extinção do direito de emissão dado ao Tesouro.

Todo o esforço governamental, colocado em prática pelo ministro da fazenda, Joaquim Murinho (1848-1911), visava diminuir uma imensa dívida pública herdada dos governos anteriores, num momento econômico especialmente delicado, em virtude da queda dos preços do café no mercado internacional, resultado, em parte, da primeira grande superprodução cafeeira nacional.

A execução dessa política de equilíbrio das contas públicas com o enxugamento do papel moeda circulante trouxe problemas ao precário sistema financeiro nacional, composto, em grande parte, por bancos que haviam sido fundados na ocasião do

---

<sup>77</sup> PERISSINOTO R.M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, p. 62-63.

Encilhamento, nome pela qual ficou conhecida a política monetária adotada por Rui Barbosa, ex-ministro da Fazenda do governo Deodoro da Fonseca.

Em 1898, assim que tomou posse Campos Sales tinha iniciado uma política contracionista que gerou, ao longo de seu governo, uma crise bancária, em parte pela impossibilidade dos bancos continuarem a efetuar o fluxo de emissão de moeda, fato que ocasionou a suspensão das atividades comerciais de muitos estabelecimentos bancários.

Entre os bancos atingidos estava o *Banco União de São Carlos*, antigo estabelecimento bancário *J.J. de Abreu Sampaio*, presidido por Joaquim José de Abreu Sampaio. Segundo Bento de Abreu, que trabalhou durante doze anos nas duas instituições financeiras, seu pai teria transformado sua modesta e antiga casa bancária num grande banco por ‘influência de amigos’, para servir aquela rica zona agrícola. Anteriormente, tanto ele quanto o pai teriam recusado tal idéia, sucumbindo, entretanto, diante da insistência dos tais amigos. Para ele,

a formidável crise financeira de 1902 fechou as portas desse banco, que tinha nesse momento, um passivo de cerca de dois mil contos de réis e um ativo de sete mil contos de réis, infelizmente imobilizado em mãos de fazendeiros, vítimas por sua vez dessa terrível crise de 1902. Nunca entramos em detalhes sobre essa imobilização dos capitais do banco para não melindrar pessoas distintas que por certo não tinham culpa da situação deplorável dos mercados de café, cujos preços baixaram tanto que as fazendas sofreram déficits durante 14 anos na sua generalidade.<sup>78</sup>

Bento de Abreu afirma que os credores teriam recebido 86% dos seus créditos na rápida liquidação pela qual passou a instituição financeira. Revela também que ele havia se afastado de seu cargo por problemas de saúde, cabendo ao irmão Rafael Sampaio Vidal, que não participava diretamente da administração do banco, a tarefa de acertar contas com os credores.

---

<sup>78</sup> VIDAL, B.A.S. *O caso do Banco União de São Carlos*. São Paulo: O Estado de S.Paulo p.05.

No processo judicial que se seguiu, Rafael Sampaio Vidal foi acusado de três irregularidades administrativas: a) ter feito a reforma de uma letra de aceite de 188.160\$000 com vencimentos mais espaçados, sem juros. b) ter consolidado um débito em conta corrente de 70.000\$000, aceitando uma letra vencível a 31.12.1904 e; c) ter dado ordem ao banco para entregar a Bezerra Paes & Cia, comissários em Santos, a quantia de 23.000\$000, depósito feito pelo próprio Dr. Sampaio Vidal como advogado daquela empresa, conforme consta do processo.

Além de Rafael, Joaquim José e Bento de Abreu também foram acusados de terem beneficiado amigos e a própria família quando se previu a quebra do banco. Eles chegaram a ser processados pelos credores, mas foram absolvidos. Sua defesa coube a Cincinato Braga (1864-1953) e Alfredo Pujol (1865-1930) dois dos mais renomados advogados paulistas da época.

Segundo Oswaldo Truzzi <sup>79</sup>, o caso teve grande repercussão uma vez que os Abreu Sampaio eram conhecidos proprietários de terras na região e, Joaquim José, além de ser cunhado do conde do Pinhal, era considerado um dos co-fundadores de São Carlos. A divulgação na imprensa local ocorreu, sobretudo, nas gazetas italianas, pois a casa bancária abrigava um montante significativo de pequenos depósitos desta colônia.

O conde do Pinhal, assim com outros membros da família Arruda Botelho e de várias famílias influentes da região eram acionistas do Banco União e é provável que uma das causas da quebra da instituição tenha sido o fato de os Abreu Sampaio não terem encontrado condições de executar judicialmente os seus próprios parentes. Tal possibilidade deve ser levada em conta, pois Bento de Abreu lamentava não ter podido

---

<sup>79</sup> TRUZZI, O. *Café e Indústria - São Carlos: 1850-1950*. São Carlos: Ed.UFSCar,2000, p. 75.

dispor de parte dos ativos do Banco para compensar a retirada dos depósitos existentes anteriormente. Os laços familiares, quase sempre apresentados como um item positivo na concentração de renda das famílias, paradoxalmente, tornou-se, neste caso, um empecilho, visto que atou mãos e pés dos administradores da instituição bancária.

No entanto, eles não foram deixados totalmente à deriva e a justiça, cega por excelência, principalmente em relação aos detentores do poder econômico, foi rápida, livrando-os da condenação. As medidas administrativas colocadas em prática por Rafael Sampaio Vidal e o fato do banco não ter honrado na devida ocasião os compromissos com 14% dos seus clientes foram insuficientes para condená-los.

Ao analisar os autos do processo Oswaldo Truzzi, observa que a defesa não rebateu diretamente as acusações, desenvolvendo o capcioso argumento de que os protestos não teriam acontecido se o banco não tivesse falido. Ao questionar as causas da falência, a defesa conclui que esta teria sido provocada pelas recentes e graves perturbações ocorridas no ambiente financeiro de modo geral.

Findo o turbulento processo, e diante do desgaste natural provocado pela situação, principalmente entre os imigrantes italianos, os maiores prejudicados, os irmãos Sampaio Vidal decidiram deixar São Carlos. Rafael Sampaio Vidal, bacharel em Direito, interrompeu assim a sua carreira política e seguiu para São Paulo onde possuía sólidos laços de amizade. Bento de Abreu domiciliou-se na fazenda Alpes, propriedade sua desde 1895, situada no então município de Araraquara, cidade onde seu pai havia sido juiz de paz em 1854.

Quanto ao velho Joaquim José, foi o único a não se recuperar completamente daquele episódio, vindo a falecer na casa da família, em São Carlos, cinco anos depois, em



1908, no mesmo ano em que seus filhos Afonso Botelho e Bento de Abreu eram eleitos vereadores às Câmaras de São Carlos e Araraquara respectivamente.

Pode-se dizer que a falência do Banco União de São Carlos, difícil episódio na vida da família, selou o destino dos irmãos Sampaio Vidal, os quais, ao deixarem São Carlos, viram-se diante de novas perspectivas de vida, ainda que tais escolhas só possam ser compreendidas retrospectivamente.

Em 1925, o caso da falência do Banco União de São Carlos jazia há muito tempo nos porões da memória e assim teria permanecido, se Rafael Sampaio Vidal, já ex-ministro da Fazenda, não tivesse se envolvido em ruidosa polêmica com o ex-presidente Epitácio Pessoa. Em junho daquele ano, o ex-presidente lançou um livro intitulado *Pela Verdade*, em cujo prefácio esclarece os motivos que o levaram a publicá-lo:

O que se vai ler não é [portanto] a história do meu Governo. A outros que não a mim cabe fazê-la. O meu fim é mais modesto. É ministrar, em linguagem clara e sem pretensões alguns esclarecimentos úteis aos que desejarem escrevê-la com imparcialidade, ou, ao menos, formar juízo acerca da procedência dos ataques de que fui objeto<sup>80</sup>.

Referia-se às várias críticas que sofrera durante seu mandato presidencial, mas, em especial àquelas feitas por Rafael Sampaio Vidal, o qual, segundo Epitácio Pessoa, assim que assumira a pasta da Fazenda, “havia tido o cuidado de proclamar falsamente ao mundo inteiro a falência do Brasil, dando-a como resultado da gestão financeira do Governo presidido por mim, de quem se dizia ser amigo...”<sup>81</sup>

Rafael Sampaio Vidal, por sua vez, foi à imprensa rebater as explicações contidas no livro, iniciando assim uma ruidosa polêmica, cujo foco principal, no início, era a

---

<sup>80</sup> PESSOA, E. *Pela Verdade*. Rio de Janeiro: INL, 1957. TOMO. II. p. 1.

<sup>81</sup> Idem p. 298-351

situação financeira do Brasil entre o final do governo Pessoa e o início do governo Bernardes. Sampaio Vidal questionava, entre outros pontos, o foco das diretrizes governamentais estabelecidas por Epiácio durante seu governo, principalmente as obras iniciadas no Nordeste para combater a seca, a política cambial, a escolha de ministros civis para pastas militares, e a emissão da Carteira de Redescontos.

No fundo, tais questões dependiam muito mais do ponto de vista que cada um dos contendores tinha sobre o Brasil, questões que não requeriam respostas definitivas. Embora ambos fossem oriundos da elite brasileira, pelas peculiaridades regionais que os separavam, viam os problemas brasileiros por ângulos distintos. Para o paulista Rafael Sampaio Vidal a chave de tudo estava na valorização e defesa permanente dos preços do café, política adotada por ele enquanto foi ministro da Fazenda, ainda que tal política tivesse que ser feita à custa do erário público. Quanto ao paraibano Epiácio Pessoa, sucessor de Rui Barbosa como membro da Corte de Haia, ainda que vivesse mais tempo na Europa do que em seu estado natal, parece ter procurado governar atento às reivindicações dos grupos que o haviam alçado à presidência da República, tanto seus conterrâneos nordestinos, quanto os cafeicultores paulistas e mineiros.

Entre 23 de novembro e 05 de dezembro de 1925, Epiácio Pessoa voltou aos jornais com uma série de sete artigos, para responder aos artigos publicados por Rafael Sampaio Vidal. No último deles percebe-se que a linguagem utilizada subira de tom:

Queixa-se o Sr. Sampaio Vidal de haver-lhe eu atirado palavrões indecorosos, em linguagem de arriero.  
Mas onde está isso? Quem viu esses palavrões?  
Ninguém será capaz de apontá-los.  
Chamei o Sr. Sampaio Vidal intrigante e gemebundo, pernóstico e gabolas.  
Qualifiquei alguns de seus atos de embuste e cavilação, aleive e hipocrisia.  
Foi só. Ora, eu nunca ouvi dizer que os arrieiros usassem desta linguagem

entre si, nem mesmo na sua lida com as bestas. Trata-se de palavras que não destoam da boa educação.

De uma só expressão vulgar me servi eu: foi quando mandei o Sr. Sampaio Vidal plantar batatas com sua capacidade financeira.<sup>82</sup>

Com os ânimos acirrados, muito pior do que as palavras do ex-presidente foi o fato de seus partidários terem ido buscar no passado do ex-ministro algo que pudesse vir a atingi-lo duramente. Foi o que Bento de Abreu, chamou de "exumação do caso do Banco União de São Carlos, com motivos políticos, por partidários de Eptácio Pessoa”.

Bento de Abreu saiu então em defesa do irmão, mas também si mesmo, pois na ocasião do ápice da polêmica ele era deputado estadual. Ao entrar na polêmica, em artigo publicado “a pedidos”, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, Bento de Abreu relatou o caminho que seguiu após sair de São Carlos:

Nenhum de nós, vítima desse processo esdrúxulo, ficou sequer com seu nome mareado... Quanto a mim, recusei logo convite para fundar novo banco em São Carlos, e, afinal, aceitei o cargo de diretor do Banco de Araraquara, cidade vizinha de São Carlos, onde o Banco União tinha grandes negócios e só aceitei esse cargo para satisfazer amigos<sup>83</sup>.

O episódio da falência do Banco União de São Carlos e o resultado do processo judicial que envolveu os Sampaio Vidal demonstram não apenas a fragilidade e parcialidade do funcionamento do sistema judiciário durante a Primeira República, mas principalmente a eficácia de um sistema político bastante competente para defender os interesses de seus pares.

---

<sup>82</sup> Idem. p. 349.

<sup>83</sup> VIDAL, op. cit. p.05.

Quanto à polêmica entre Rafael e Epitácio Pessoa, ilustra os típicos vai-e-vem dos meandros do poder. Epitácio Pessoa ainda ressentido com as críticas ao seu governo, em 1922, pagou na mesma moeda, justamente após a queda do ministro Sampaio Vidal.

Para esta biografia, o episódio serviu para ratificar as boas relações que Bento de Abreu manteve com seu irmão, companheiro na vida pública, mas, sobretudo, para que deixasse sua versão particular dos fatos ocorridos naquele início de século XX.

## 2.2. O distrito, o teatro e o álbum.

*Sonhos, quimera, ficções inumeráveis, tudo isso é vão e praticamente incompreensível, e, todavia, é com isso que o mundo caminha.*

Teodoro Sampaio, 1899

Após o episódio da falência do Banco União, Bento de Abreu deixou São Carlos e passou a residir na fazenda Alpes, então localizada no município de Araraquara. Na Alpes pôde colocar em prática os conhecimentos administrativos adquiridos nos doze anos de experiência no banco, aliado ao que sabia sobre a cafeicultura.

Vinte anos depois a fazenda Alpes era apresentada com destaque no *Álbum de Araraquara*:

Um exemplo do resultado da cultura intensiva do cafeeiro, tendo colheitas maiores mesmo nos cafezais de terras inferiores, o que permite obter o café pelo menor custo de produção, o qual depende mais do volume da colheita do que mesmo da economia de custeio. Tem a fazenda 1.600 alqueires de pasto, de jaraguá e catingueiro roxo, 400 cabeças de gado bovino, animais de custeio, etc. É banhada pelos rio Mogi-Guaçu, ribeirão Anhumas e várias nascentes. Possui todas as benfeitorias e instalações modernas de uma fazenda de café.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> FRANÇA, 1915, p. 153.

Descontando-se o fato de que o *Álbum de Araraquara* foi editado pela Câmara Municipal local, presidida naquele momento pelo próprio Bento de Abreu, ainda assim pode-se dizer que a fazenda fora bem administrada pelo seu proprietário o que demonstra seu pendor para a os negócios agrícolas. Ao longo de sua vida a Alpes tornar-se-ia uma espécie de jóia da coroa, propriedade da qual ele não se desligou até sua morte.

Posteriormente, quando já era um grande cafeicultor, voltou à atividade bancária, como diretor do Banco de Araraquara, ao lado de João Rodrigues Machado Pedrosa, major Antonio Dias de Aguiar Jr., major Alberto de Carvalho Barros e Lothário Eulálio de Carvalho, sob a presidência do major Antônio Joaquim de Carvalho Filho.

Bento de Abreu integrou-se à vida social local à medida em que ia visitando os fazendeiros vizinhos, e tecendo um acordo visando viabilizar a instalação de um distrito de paz, cuja sede estivesse mais próxima de suas propriedades. Os contatos iniciais foram facilitados pelo fato dele já ser conhecido de quase todos, desde os tempos do Banco União de São Carlos.

Concordava-se quanto aos benefícios imediatos que a instalação de um distrito de paz poderia trazer para todos, mas os possíveis acertos emperravam na hora em que passavam a discutir os preços dos terrenos para efetivar a empreitada. O *Álbum de Araraquara de 1915* conta-nos um pouco sobre aquele momento citando as principais personagens envolvidas nas negociações:

Até 1907 só existiam algumas casas de negócios e não era possível desenvolver-se a povoação devido a não haver acordo para a venda de terrenos e nesse ano por iniciativa do Sr. Bento de Abreu Sampaio Vidal, os Srs. Ângelo Bottignon, Caetano Pascuzzi, Joaquim Carvalho de Oliveira, Coronel José Xavier de Mendonça, Capitão José Xavier de Mendonça Filho, João Borba, Adelino Correa, Coronel Luiz Pinto Ferraz, Capitão Augusto Simões Duarte, compraram terrenos

de D. Luciana Machado de Campos, terrenos esses que foram divididos em lotes e ruas pelo Dr. Jorge Ramos e assim teve início a povoação.<sup>85</sup>

O argumento utilizado por Bento de Abreu, de que a criação de um distrito de paz naquela zona iria facilitar a vida de toda a população, visando o conforto dos trabalhadores rurais, pode, em parte, ser visto como falacioso, pois, no fundo, tratava-se de tentar criar condições para deter os trabalhadores rurais o mais próximo possível de sua propriedade.

O grave problema da falta de mão de obra na lavoura vinha se agravando desde a abolição da escravidão, uma vez que os trabalhadores rurais, substitutos da mão de obra escrava, ao final da colheita, empenhavam-se em encontrar condições de trabalho mais dignas. Por outro lado, a expansão da cafeicultura para o oeste do Estado aumentava a oferta de trabalho nas novas propriedades que iam sendo abertas, tornando crônica a situação de falta de braços para a lavoura. Além disso, parte dos colonos dirigia-se aos centros urbanos em busca de outras oportunidades de emprego, pois muitos deles chegavam ao Brasil com *know how* de alguma profissão anteriormente exercida em seus países de origem.

Contra todos esses males é que os distritos de paz, perto das fazendas, eram vistos como uma das saídas para sanar tal problema. Bento de Abreu nunca se afastaria dessa idéia:

Para a agricultura prosperar, é mister oferecer aos que habitam os campos toda sorte de comodidade. Sem desdenhas as capitais, eu trabalho sempre pelas cidades do interior e os distritos de paz. . Tendo eles relativo conforto, evita-se o êxodo dos campos. [...] Sabemos que, apesar de tudo, as capitais têm um poder extraordinário de atração. São dois males: um o prejuízo da agricultura que vêm partirem os trabalhadores; outro o congestionamento das capitais criando o mal estar entre os operários que se dirigem todos às indústrias fazendo baixar os

---

<sup>85</sup> FRANÇA, A.. *Álbum de Araraquara*. Araraquara: João Silveira ed., 1915, p. 123. O álbum informa ainda que o nome do distrito homenageava a vendedora das terras, mas que não havendo no calendário católico qualquer referência a santa Luciana, optou-se pela versão simplificada e mais próxima: santa Lúcia

salários da cidade ou obrigando a elevação das tarifas aduaneiras para se manter. Fiel a esse programa, procuro concorrer para todos os benefícios para o campo.<sup>86</sup>

Embora não fosse uma idéia original, e já fosse comum que fazendeiros de outras unissem esforços para viabilizar a instalação de distritos de paz, a Bento de Abreu cabe o mérito pelo acordo que acabou dando origem ao distrito de Santa Lúcia. Pode-se dizer que a vitória tenha sido dupla: social porque beneficiou parcela da população rural da região e política porque selou o processo de paz entre os fazendeiros da vizinhança que até pouco tempo haviam estado em campos políticos opostos no aguerrido e ainda feroz campo político araraquarense.

Evidentemente nem todos se mostraram satisfeitos com aquela iniciativa e houve oposição de alguns comerciantes de Araraquara, descontentes com a possibilidade de perderem parte da freguesia que para lá se dirigia, nos finais de semana, em busca dos bens materiais necessários.

Mas tais protestos não tiveram maiores resultados e em 07 de abril de 1907 foi lançada a pedra fundamental para a construção da igreja do distrito de paz de Santa Lúcia, criado posteriormente pelo decreto 1227 de 19 de dezembro de 1910. Santa Lúcia foi o segundo distrito a ser instalado no município de Araraquara. Um ano antes, havia sido instalado o distrito de paz de Rincão, ao norte de Santa Lúcia e, em 1912, o distrito de paz de Gavião Peixoto, no extremo oeste do município.

Dessa forma, a atuação de Bento de Abreu conferiu-lhe créditos que lhe permitiram ingressar na política, cujo objetivo já deveria ter em mente ao oferecer uma grande festa, especialmente preparada para a ocasião, demonstrando ser um homem cômico do valor

---

<sup>86</sup> VIDAL. B.A.S. *Agricultura; viticultura*, discurso pronunciado na ALESP em 27.12.1936. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937.



daquele ato junto a seus pares e à população em geral, pois soube divulgar magnificamente os resultados alcançados. Na data oficial da fundação do novo distrito de paz houve missa campal no local onde seria construída a igreja. O anfitrião trouxe de Araraquara os convidados, em trem especialmente fretado para a ocasião, entre os quais se encontravam os membros do diretório Republicano daquela cidade, aos quais ofereceu um banquete.

No ano seguinte, Bento elegeu-se vereador à Câmara Municipal de Araraquara, ocupando pela primeira vez um cargo público e iniciando formalmente sua carreira política. Ao final do triênio 1908-1910, reelegeu-se, assumindo então, a presidência da Câmara, cargo mais importante do município. Durante a Primeira República, o prefeito, escolhido entre os vereadores, era praticamente um mero administrador das diretrizes estabelecidas pela Câmara Municipal.

Em discurso pronunciado em 15 de janeiro de 1911, no início do novo mandato, Bento de Abreu, já eleito presidente da Câmara, fez um balanço dos trabalhos da legislatura anterior, destacando as primeiras vitórias de seu grupo político; a falta de participação da população local na solução dos problemas da cidade e as palavras do secretário de Estado norte-americano Elihu Root, em recente visita ao país:

Srs. vereadores, o Imperador D. Pedro II quando assistia aos últimos momentos de José Bonifácio, o Patriarca, perguntou-lhe qual o desejo que mais almejava saber que seria cumprido pelos seus amigos, qual a sua última vontade.

O grande brasileiro respondeu ser o de lhe escreverem à beira da sepultura os seguintes versos: “Eu, desta glória só fico contente/ Que à minha terra amei e à minha gente”.

A Câmara Municipal cujo mandato se finda pode também dizer que amou à sua terra e a sua gente

Podia-se ter feito melhor, porém, sem falsa modéstia, podemos dizer que no Brasil, com os poucos recursos de que dispúnhamos, talvez não exista municipalidade que tivesse feito tanto em um triênio.

Por circunstâncias várias, a nossa cidade tem faltado homogeneidade na sua administração.

A nosso ver, o erro mais grave cometido pelos seus habitantes foi o abandono dos negócios públicos, de modo que, se alguns procuravam acertar, esbarravam diante da gélida indiferença de quase todos e os seus esforços eram inúteis.

A propósito, convém repetir mais uma vez as palavras tão preciosas de Elihu Root: “No tempo de meu avô não precisava ele saber do governo. Em sua fazenda tinha tudo: a carne, o pão, o vinho, plantava o algodão, tecia o pano, de modo que só comprava o sal, pagava o colégio para os filhos e só.

Hoje não, a sorte do cidadão está intimamente ligada à marcha do governo de seu país<sup>87</sup>.

Ao final do triênio 1911-1914, Bento de Abreu discursou, destacando, mais uma vez, os esforços da Câmara para melhorar o serviço público. Pela primeira vez fez alusão a uma de suas principais bandeiras políticas, desfraldada durante toda a vida, a da autonomia municipal: “aqui é que deveriam vir aprender os descrentes da autonomia municipal”<sup>88</sup>. Ao mesmo tempo, conclamava seus pares a continuarem trabalhando para manter unida a “família política araraquarense”, ainda abalada pelos tristes e memoráveis acontecimentos de 1897:

O que fizemos neste triênio (não é exagero), honra o nosso nome e honra a nossa raça que se mostra assim de tanta energia e de tanto valor, que não receia confronto com nenhuma da velha Europa e nem do Norte.

A quem devemos esse resultado magnífico?

Convém repetir. Em primeiro lugar à harmonia que reinou e reina felizmente em nossa terra

Sem essa harmonia abençoada nada podia ser feito; não há administração possível quando a sociedade e os partidos se dividem em uma localidade em luta de ódios.

Só o amor cria, o ódio tudo destrói em seu caminho e após ele tudo são ruínas.

A bondade, convém repetir ainda uma vez, é a primeira qualidade, a qualidade criadora por excelência, que faz a ordem e consegue os esforços de todos converjam para a civilização

A quem devemos essa harmonia que produziu este resultado?

Todos nós concorremos com a nossa pedrinha para o grande edifício, porém precisamos proclamar que a devemos aos nossos chefes políticos que com grande inteligência, tolerância e energia conseguiram manter a atual harmonia na família araraquarense.<sup>89</sup>

<sup>87</sup> TELAROLLI, R. *A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República*. São Paulo: USP, 1981 (Tese de Doutorado), p. 168.

<sup>88</sup> VIDAL, B.A.S. Discurso pronunciado em janeiro de 1911 na Câmara de Araraquara. Arquivo Rodolfo Telarolli, pasta 330, p. 89.

<sup>89</sup> Idem., p. 90.

O novo presidente da Câmara fazia alusão aos tristes episódios ocorridos em Araraquara em 1897, e sem cuja explicação não se pode entender as palavras de Bento de Abreu. Naquele ano, o coronel Antônio Joaquim de Carvalho, republicano histórico e tradicional chefe político da localidade, então presidente do diretório municipal do PRP, após discussão ocorrida na porta de uma farmácia local tinha sido assassinado por Rosendo Brito. Talvez fosse apenas mais um assassinato político, tão comum em tempos da Primeira República, se os acontecimentos subseqüentes não tivessem gerado o derramamento de mais sangue. Rosendo de Sousa Brito, autor confesso do assassinato e seu tio Manuel de Sousa Brito, farmacêutico que trabalhava no estabelecimento onde ocorreu o crime, haviam sido detidos e se encontravam na cadeia pública de Araraquara, à disposição da justiça. Dias depois, partidários do coronel assassinado cercaram o prédio e de lá retiraram os dois presos, levando-os para a praça em frente, onde ambos foram barbaramente linchados. Segundo testemunhas do processo posteriormente instalado para esclarecer os fatos, os linchadores teriam sido comandado pelo genro de Carvalho.

Segundo Rodolpho Telarolli, em *Poder Local na República Velha*, o ocorrido repercutiu nacionalmente, visto que as vítimas eram sergipanas, e o presumível autor intelectual da chacina era o o genro do coronel assassinado.

O Dr. Theodoro Dias de Carvalho Júnior era homem influente, pois havia ocupado cargos de grande importância junto ao governo do Estado. Fora secretário da Agricultura (1895-1896), de Justiça (1895) e chefe de Polícia da cidade de São Paulo (1892 1895), portanto, homem muito bem situado junto à cúpula do PRP.

O envolvimento de ilustre figura em um acontecimento tão vil mobilizou toda a cúpula do partido no sentido de inocentá-lo, pois caso o Dr. Theodoro Dias viesse a ser

condenado, mancharia não apenas a sua própria reputação, mas também a de seus parentes, amigos e, em última instância, respingaria no próprio PRP. Assim, após uma série de manobras dos advogados de defesa, que culminou com a mudança temporária da sede da comarca para o distrito de Américo Brasiliense, para afastar o público do julgamento, o caso terminou com a absolvição de todos os acusados.

O assassinato dos Britos, vulgarmente conhecido como "linchaquara", foi um dos acontecimentos mais violentos e famosos da política estadual, não apenas pelas personalidades envolvidas no espetáculo, mas porque ocorreu em um momento em que invenções, como o telégrafo, aceleravam a transmissão de notícias, que por sua vez impulsionavam a venda dos jornais, atingindo fortemente opinião pública paulista e brasileira.

Após solicitar a atenção de todos para que fatos como aqueles não voltassem a ocorrer, Bento de Abreu tratou de se referir aos novos projetos urbanos que visavam modernizar Araraquara, cidade desprovida de serviços públicos básicos, lugar de passagem de aventureiros, muitos deles jagunços, rumo à riqueza fácil que julgavam haver nas “zonas desconhecidas”.

Quatro anos depois, em 1915, o *Álbum de Araraquara* mostrava os “milagres” realizados pela Câmara Municipal sob a presidência de Bento de Abreu:

Alinhamento, calçamento e arborização de ruas e avenidas; ajardinamento de praças, expansão dos serviços de iluminação à luz elétrica, em toda a cidade; edifícios de arquitetura elegante – Câmara Municipal, Teatro Municipal, Igreja Matriz, Grupo Escolar, Mackenzie College, Polytheama, palacete Carvalho Filho e Casa de Saúde Dr. Monteiro da Silva – abastecimento de águas, entre outros. Os eloqüentes documentos do ‘progresso material’ deviam-se à ação da municipalidade. A administração municipal seria a grande responsável pelo adiantamento porque esforçava-se para beneficiar Araraquara.<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> FRANÇA, 1915, op. cit. s/p.

Refazer o traçado urbano da cidade, abrindo praças e remodelando edifícios, foi a grande tarefa a que se impuseram os administradores dos triênios 1911-1913 e 1914-1916. Uma investigação detalhada sobre cada um dos componentes da Câmara Municipal ajudaria a determinar a dimensão exata da participação de cada um dos vereadores em relação às propostas apresentadas, mas é certo que coube a Bento de Abreu, como presidente, conduzir os debates e incrementar os trabalhos para sua efetivação.

As idéias colocadas em prática em Araraquara demonstram que os políticos locais estavam em sintonia com o que havia de mais avançado em termos de urbanismo no país. Os melhoramentos urbanos realizados estavam em consonância com a remodelação radical, conduzida pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913), pela qual havia passado a Capital Federal durante a gestão de Rodrigues Alves como presidente da República.

A Capital de São Paulo também era exemplo urbano a ser seguido. O prefeito Antônio Prado, cuja gestão estendeu-se de 1899 a 1911 remodelou completamente o centro urbano da capital paulista. Não se pode deixar de reconhecer que tanto a Capital da República, quanto a capital do Estado almejavam transformarem-se numa Paris dos trópicos.

Georges Clemenceau (1841-1929), um dos políticos mais influentes da França nos anos 1910 e 1920 e que representou a França no Tratado de Versailles, deixou interessante testemunho de sua visita a São Paulo, no início do século, quando foi hóspede do prefeito Antônio Prado. Suas palavras revelam a extensão dos esforços da elite paulistana para modernizar a antiga São Paulo colonial seguindo os moldes franceses: *La ville de São*

---

*Paulo (350.000) est si curieusement française dans certains de ses aspects, qu'au cours de toute une semaine je ne me souviens pas d'avoir eu le sentiment que j'étais à l'étranger.*<sup>91</sup>

Nas duas primeiras décadas do século XX, a burguesia paulista freqüentando cada vez mais assiduamente a Europa, em especial a França, começa a promover e a patrocinar reformas e construções de passeios públicos, no intuito de moldar o centro das cidades, onde então viviam à sua imagem e semelhança. É nesse contexto que se inserem os esforços de modernização do traçado urbano realizados pela Câmara de Araraquara, sob a gestão Bento de Abreu, cuja obra mais visível e representativa foi, sem dúvida, a construção do edifício do Teatro Municipal. O Estado que mais plantava café, desenvolvia-se, começava a urbanizar-se e as cidades deveriam espelhar as ações das elites que as conduziam.

Assim como a idéia de construir Santa Lúcia não fora original, esta também não o era, detalhe que não lhe tira em absoluto o mérito, pois, a construção de um teatro era empreitada bastante complexa e Bento de Abreu comandou os esforços do grupo, que sob sua liderança, construiu o edifício do teatro:

A construção do Teatro Municipal de Araraquara ficou a cargo de Alexandre de Albuquerque, do escritório de Ramos de Azevedo, no local conhecido como Esplanada das Rosas, que reunia também um hotel e a sede do Clube Araraquarense. Em estilo mourisco, as formas da casa de espetáculo eram semelhantes às da Ópera Garnier, de Paris, construída na época do Barão de Haussmann.<sup>92</sup>

Com a inauguração de seu Teatro Municipal, cuja obra fora também fora encomendada ao escritório de Ramos de Azevedo, Araraquara juntou-se ao seleto grupo de

---

<sup>91</sup> CLEMENCEAU, G. *Notes de voyage dans L'Amérique du Sud – Argentine, Uruguay, Brésil*. Paris: Hachette, 1911 p. 242-243

<sup>92</sup> Diário Popular, 26.09.1999 – Caderno Já, p. 16.

idades tais como Rio Claro, cujo teatro tinha sido construído em 1864; São Carlos, cujo teatro Ipiranga, foi inaugurado em 1892; Ribeirão Preto, cujo teatro Carlos Gomes foi inaugurado em 1897, e Franca, entre outras, que já possuíam suas casas de espetáculo, revelando assim uma vocação comum da oligarquia agrária paulista em dotar as cidades do interior do Estado com tal benefício cultural.

O teatro municipal de Araraquara foi a mais importante de uma série de obras, públicas e privadas, que vinham sendo realizadas na cidade. Embora Bento de Abreu nunca tenha morado no núcleo urbano do município, permanecendo sempre na fazenda Alpes, outros dirigentes municipais, oriundos de famílias tradicionais da região, fizeram-no, o que certamente ajudou na implementação das obras de melhorias urbanas:

À medida que os fazendeiros mudaram-se para os grandes centros, cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água.<sup>93</sup>

Pode-se dizer, no entanto, que tão importante quanto fazer é divulgar o que foi feito. Dessa forma, o *Álbum de Araraquara de 1915* surgiu para divulgar as obras realizadas, inclusive as de caráter privado, tais como a administração das fazendas do município, que juntas eram exemplo dos esforços empreendidos para civilizar a região. Tanto quanto o distrito e o teatro, o álbum merece destaque, durante a segunda gestão de Bento de Abreu como presidente do legislativo araraquarense.

Bastante populares entre o final do século XIX e início do século XX, sobretudo nas cidades do interior paulista, os álbuns de cidades serviam para demonstrar a pujança

---

<sup>93</sup> COSTA 1994 apud FOLLIS, F. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.p. 28.

econômica de determinada cidade às localidades vizinhas, ao Estado e ao País, na intenção de atrair novos moradores, principalmente profissionais qualificados, de cujos serviços os núcleos urbanos eram tão carentes.

O *Álbum de Araraquara de 1915* apresenta as imagens dos prédios da Prefeitura Municipal, em fotos externas e internas, com especial atenção para o gabinete do prefeito e a sala de espera, ambos mobiliados com móveis elaborados pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e conforme informa a legenda: "iguais aos da Câmara de São Paulo", do Teatro Municipal e das principais fazendas do município.

Além disso, pode acrescentar-se uma função social já que trazia em suas páginas uma espécie de senso da fina flor da sociedade local. No *Álbum de Araraquara*, por exemplo, podem-se encontrar os nomes de cerca de meia centena de personalidades locais, em todos os tempos, destacando o ramo familiar a que pertenciam e os lugares de que provinham sempre na tentativa de evidenciar a exaltar a existência de uma verdadeira aristocracia em pleno sertão. Com esse procedimento, Bento de Abreu e os editores da obra acabaram por mapear a elite política e econômica local, num verdadeiro trabalho de biógrafo<sup>94</sup> que tem servido de fonte a todos que se ocupam da História daquela região.

---

<sup>94</sup> É importante nominalizar os homenageados no *Álbum de Araraquara de 1915*, uma vez que tal escolha deve-se a Bento de Abreu: **tenente coronel Carlos José Botelho**, capitão Manoel Joaquim Pinto de Arruda, major Joaquim Roberto Rodrigues Freire, **conde do Pinhal**, comendador Joaquim Lourenço Correa, Candido Lourenço Correa da Rocha, tenente Pio Correa da Rocha, João Baptista do Amaral Campos, capitão José Aranha do Amaral, Manoel Martiniano de Oliveira, Luiz Caetano de Sampaio, José Luiz de Sampaio, José Sabino de Sampaio, capitão Joaquim de Sampaio Peixoto, **Joaquim José de Abreu Sampaio**, capitão Francisco de Paula Correa e Silva, Raphael Correa da Silva, Joaquim Correa de Assumpção e Silva, Joaquim de Souza Pinheiro, Germano Xavier de Mendonça, Clementino Xavier Machado, Jesuíno José Soares de Arruda, Justino Correia de Freitas, major Antônio Gomes Ramalho, Amâncio Gomes Ramalho Jr., capitão. Francisco Correa de Arruda, tenente. José Joaquim Correa de Arruda, major José Pio Correa da Silva, major Antonio Mariano Borba, João Borba, **comendador José Pinto Ferraz**, Ten.- coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz, Luiz Bernardo Pinto Ferraz, Francisco Pinto Ferraz, dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, coronel João de Almeida Leite Moraes, Antonio Mariano Correa de Moraes, coronel Antonio Joaquim de Carvalho, Bento Dias Ferraz de Arruda, Tenente Carlos José Dias do Nascimento, Antonio Pio de Camargo Bittencourt, Manoel Joaquim Pinto de Arruda, Jesuíno Ferreira Lopes, Antônio Xavier de Mendonça, Joaquim Martins de Lara, Padre Luciano Francisco Pacheco, Padre Antônio Cesarino. (grifos meus) *Álbum de Araraquara 1915*.



Posteriormente, bem menos luxuosos e mais adequados aos novos tempos, alguns municípios no final da década de 1920 passaram a substituí-los pelos populares almanaques, que podem ser considerados precursores da propaganda política municipal. Assim, em 1928, quando Bento de Abreu idealizou propaganda parecida para sua terra natal, optou pelo formato de almanaque, mais adequado aos novos tempos.

Uma leitura mais aprofundada do *Álbum de Araraquara* ajuda a entender, através de autores e textos escolhidos, um pouco das relações dos Sampaio Vidal na trama política estadual. É necessário ressaltar que, em 1915, Rafael Sampaio Vidal já era nome de prestígio na cena política paulista e todos os textos reproduzidos no *Álbum* saíram da pena de homens do grupo político ao qual ele pertencia.

O prefácio, intitulado “Carta aos editores”, coube ao jornalista e poeta Vicente de Carvalho (1866- 1924), cunhado de Júlio de Mesquita, um dos nomes de maior prestígio em tempos de pré-modernismo. Poeta parnasiano, reconhecido na época como escritor de qualidades literárias inegáveis teve reconhecimento em vida ao ser eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Em seu texto, Carvalho destaca a existência de um país desconhecido pelos próprios brasileiros, um país que se civiliza e que, portanto, merece ser conhecido. O autor procura provocar a curiosidade do leitor quanto ao progresso pelo qual passara a região de Araraquara em pouco mais de um século:

Tem passado o provérbio que somos um país desconhecido - e desconhecido sobretudo, de nós mesmos. É natural que procuremos corrigir-nos desse defeito, e que acabemos mais pelas nossas coisas do que pelos interesses alheios. Temos o gosto algum tanto roceiro de preocupar-nos demais com a vida de outrem, e pouquíssimo, descuidadamente com a nossa. Entretanto, a nossa terra e a nossa vida não são assim desinteressantes, sobretudo para nós. Cuidemos delas que vale a pena... Lendo-se o consciencioso e interessante apanhado histórico com que abre a obra, e vendo-se depois, em tantos dados de que é farto o livro, a

---

documentação do que se fez em pouco mais de um século desse vago sertão de Araraquara... tem-se espontaneamente uma impressão consoladora de confiança... No futuro? Em nós mesmos.  
As obras como essa valem por pequenas mas eloqüentes lições de civismo. Ensinam-nos o conhecimento útil da nossa terra. Conheçamo-la, ganharemos com isso o dar-lhe o amor e a estima que ela merece<sup>95</sup>

O *Álbum* traz, também, um histórico da cidade desde os seus primórdios até 1915, com especial enfoque aos melhoramentos urbanos realizados nos últimos anos, dos quais havia brotado uma cidade 'civilizada' e moderna. Contém ainda informações textuais e fotográficas das principais fazendas da região com o potencial econômico de cada uma delas, refletindo dessa forma o *status* social de cada proprietário junto à sociedade local. Entre as fazendas do município, nota-se um enfoque especial para a Alpes, com seus 355.000 pés de café, cujas fotos revelam as perfeitas instalações, não deixando dúvidas quanto ao esmero com que era administrada pelo seu proprietário, o presidente da Câmara Municipal.

Quanto aos textos, percebe-se a intenção de prestar homenagem aos próceres estaduais, e aos heróis da República, além da intenção de evidenciar o trabalho de "engenharia política" realizada pela administração local. Uma idéia é central: somente a partir da união de todos é possível concretizar objetivos comuns e muito mais se pode conseguir caso permaneçam unidos.

Além do prefácio de Vicente de Carvalho, dois outros textos merecem destaque tanto pelo que dizem como pela autoria de ambos. Trata-se de dois pequenos textos, um de Rui Barbosa (1849-1923) e outro de Rodrigues Alves, ambos perfeitamente em sintonia com as idéias predominantes na época. Rodrigues Alves versa sobre o café e Rui escreve sobre a saga dos bandeirantes paulistas.

---

<sup>95</sup> FRANÇA, 1915, op. cit., s/p.

Muitos homens políticos murmuram contra nós, quando falamos no café. Recordo-me que certa vez, fui procurado em São Paulo por uma grande comissão de torradores americanos, que não pareciam acreditar nos clamores da lavoura e da importância dos capitais empregados nessa cultura. Falavam com arrogância e pretendiam tirar vantagens da situação dos lavradores em seu proveito. Pois bem; foram eles a um dos mais ricos municípios do Estado e quando lançaram as vistas para os cafezais enormes, estendidos em longa superfície, alinhados como jardins colossais, compreenderam o que valia o trabalho heróico do fazendeiro, qual a soma necessária para levar a termo essas plantações, custeá-las, fazer colheitas, beneficiá-las com custosos maquinismos, transportá-las para os portos de exportação pelas estradas de ferro, e voltaram orgulhosos da nossa raça, afirmando que não era possível deixar ao abandono tanta riqueza, sem auxiliar os produtores. Ah! pudéssemos levar ao nosso Estado a multidão dos homens políticos que murmuram contra o café e estou certo que voltariam eles dali como os americanos a que me referi<sup>96</sup>

Pode-se notar no texto de Rodrigues Alves, acima transcrito, uma dupla importância. Em primeiro lugar, seu conteúdo deixa transparecer que apesar da força política que detinham os cafeicultores paulistas em meados da terceira década republicana, não eram poucas as vozes que se levantavam contra eles, principalmente advindas de outras regiões do Brasil. Era preciso mostrar aos estrangeiros e antes aos próprios brasileiros a pujança dos cafezais, as dificuldades da produção e, principalmente, os frutos econômicos obtidos com a exportação do produto. Em segundo lugar, porque ao inserir um texto de Rodrigues Alves no *Álbum de Araraquara*, Bento de Abreu presta uma homenagem ao ex-conselheiro e ex-presidente da República, um dos homens mais influentes da República, de cujo governo fazia parte na ocasião seu irmão Rafael Sampaio Vidal.

Quanto ao texto de Rui Barbosa, vincula-se à linhagem daqueles textos que vieram, aos poucos, construindo o mito dos bandeirantes como uma gente arrojada e destemida, que sinalizava também a vocação que teriam os paulistas para a conquista e civilização de novos territórios. Esse mito, bastante comum na Primeira República seria evocado, uma vez

mais, pelos deputados paulistas na homenagem prestada ao próprio Bento de Abreu, quando de seu falecimento. Escrevia, então, o notável político baiano:

[...] Não fora o valor e o arrojo desses caçadores de homens, "gente mais ardida que os primeiros conquistadores," e a costa do Brasil, ao sul de Paranaguá seria hoje espanhola, espanhóis veríamos os sertões de Mato Grosso e Goiás, outro povo ocuparia as nossas melhores zonas, respiraria os nossos ares mais benignos, cultivaria as nossas mais desejadas terras.

Aqui retinem agora todas as forjas do progresso, e os rumores do porvir se orquestram na sinfonia heróica da esperança; dir-se-ia que das entranhas da terra se escuta o sentir da energia criadora em ondas sucessivas, sente-se o crescer da força, a exuberância da seiva, o amojó da vida, na intumescência dos seios misteriosos que se debruçam para o berço das raças predestinadas.<sup>96</sup>

Tanto o texto de Rodrigues Alves como o de Rui Barbosa, oferecem pistas do momento político dos Sampaio Vidal naquela ocasião. Por conta da Campanha Civilista de 1910, Rui Barbosa fez uma concorrida visita ao Estado de São Paulo, recebendo aqui apoio do grupo perrepista dissidente liderado por Júlio de Mesquita, para o qual o militarismo representado pelos governos Deodoro e Floriano havia causado males inoxidáveis à República, fato que os levavam a preconizar a manutenção da ordem civil no poder.

A cúpula do PRP, liderada pelo senador Rodolfo Miranda, entretanto, apoiou a candidatura Hermes da Fonseca (1855-1923), vencedor do pleito à Presidência da República para o quadriênio 1910-1914. Findo o processo eleitoral, os ânimos voltaram a se acalmar entre as facções adversárias, mas a postura adotada pela dissidência deixara mais uma cicatriz no PRP.

O *Álbum de Araraquara de 1915* tem servido de fonte para os historiadores que estudam a história de Araraquara e região. Embora tenha sido editado por João Silveira e

---

<sup>96</sup> Rodrigues Alves - Discurso no banquete no Hotel dos Estrangeiros no Rio de Janeiro em 27 de Dezembro de 1914. s/p.

<sup>97</sup> Rui Barbosa - Extraído da série de conferências feitas, por Rui em São Paulo, em 1909, por ocasião da campanha civilista.

organizado por Antônio M. França e a estes caibam os créditos bibliográficos, é necessário ressaltar que o texto principal e os perfis biográficos dos principais vultos da cidade foram escritos por Bento de Abreu.<sup>98</sup> Ele reunia como poucos, não apenas pela sua cultura, pelo seu pragmatismo e poder, condições de levar adiante uma publicação daquele talante. Provavelmente Bento de Abreu despendeu seus esforços para publicá-lo porque já deveria ter em mente a idéia de deixar a presidência da Câmara.

Bento de Abreu termina o texto introdutório ao *Álbum* revelando o esforço que fez para publicá-lo e informa que a Câmara municipal só o patrocinou porque não houve pessoas competentes que se dispusesse a fazê-lo. Entretanto, seja qual for o motivo alegado para que a Câmara patrocinasse sua publicação, o fato de se publicar 100 exemplares extras, em edição de luxo, para serem distribuídos às principais autoridades do país revela a intenção propagandista de seus editores.

Este estudo que representa algum esforço pelo que tivemos de procurar nos arquivos municipais, estaduais, federais, eclesiais e em escritores que tratam de nossa história há de ter as suas imperfeições.

Na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Araraquara e, sendo matéria estranha às nossas preocupações recorreremos aos competentes para o fazer; esses, porém, excusaram-se, alegando uns a falta de tempo e outros o receio da crítica.

Apesar disso tentamos a realização do trabalho ora estampado nas paginas deste *Álbum*, com os documentos e informações que conseguimos obter sobre a história e a geografia desta cidade e município.

Além do fim que tivemos em vista, o de vulgarizar certas noções relativas a esta próspera região do Estado de São Paulo, poderão estas notas servir eventualmente de contribuição para a obra de futuros historiadores, pois no trabalho de compô-las, recorreremos sempre às autoridades dignas de mais fé.<sup>99</sup>

A publicação do *Álbum de Araraquara* permite entender como Bento de Abreu agiu para abrir espaço político fora de São Carlos, principal base política de sua família e que

---

<sup>98</sup> O texto escrito por Bento de Abreu foi datado 17 de agosto de 1914, data de seu 42º aniversário.

continuou sendo a cidade da qual ele jamais se desligou afetivamente. É por isso que nesta biografia sua leitura deve ser entendida como mais uma das peças da obra política de Bento de Abreu.

Nos textos e fotos revelam-se os esforços de uma elite regional em ascensão econômica que procurava demonstrar suas realizações em termos políticos e culturais. Conforme Corrêa (1967), “a um momento de desenvolvimento econômico, entendido como “progresso”, deveria corresponder uma série de realizações que tivessem por objetivo promover o crescimento cultural da região”.<sup>100</sup>

Por suas realizações, pode-se dizer que aquele Bento de Abreu, cuja foto encontra-se estampada nas páginas do *Álbum*, ainda de bigodes à Olavo Bilac, revela a expressão de um homem formado sob a égide do positivismo ilustrado. Convém não esquecer, entretanto que, do outro lado da moeda, há uma outra face, a de um político liberal, porém conservador, que participou ativamente do viciado jogo político eleitoral, concretizado na prática pelo famoso “bico de pena”.

Por trás dos esforços de Bento de Abreu e do grupo político ao qual ele pertencia, estava a determinação de consolidar uma cultura burguesa, oriunda dos lucros obtidos com a cafeicultura. A cidade deveria refletir a pujança do campo e oferecer aos visitantes condições urbanas adequadas.

Pode-se dizer que, com a publicação do *Álbum de Araraquara de 1915*, encerra-se uma etapa da carreira política de Bento de Abreu. Oriundo de um clã conhecido e poderoso, homem pragmático e arrojado, colocando em prática sempre que possível as suas idéias, ele

---

<sup>99</sup> VIDAL apud FRANÇA, *Álbum de Araraquara 1915*. , p. LIV

<sup>100</sup>.CORREA. A. M. M., *História Social de Araraquara, 1817 - 1930*. São Paulo: USP, 1967p. 20.

se ajustava perfeitamente naquele momento, à figura do chefe político local conforme bem a caracterizou Victor Nunes Leal (1978):

A falta de espírito público, tantas vezes arrogada ao chefe político local, é desmentida com freqüência, por seu desvelo pelo progresso do município. É do seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o comércio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de foot-ball, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada – tudo exige seu esforço que chega ao heroísmo. É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só de seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança.<sup>101</sup>

Era o momento de elevar seu olhar para outros horizontes. As terras adquiridas fora do município, em 1911, e o crescimento de seus filhos o conduziriam para novos empreendimentos econômicos e políticos.

---

<sup>102</sup>LEAL, V.N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p.37.

## 2.3 A marcha para o oeste e a Sociedade Rural Brasileira.

*[...] elevar a experiência privada à consciência pública [na metaficção historiográfica pós-moderna não equivale a expandir o subjetivo] equivale, isso sim a entrecruzar o público e o histórico, o privado e o biográfico.*

*Linda Hutcheon*

Segundo o historiador Eric Hobsbawn, o século XIX terminou quando as principais nações do mundo ocidental viram-se tragadas por uma crise política até então sem precedentes, que culminou com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, fazendo ruir a crença de que o sistema capitalista caminhava inexoravelmente rumo a um progresso material ininterrupto e sem fronteiras.

No Brasil, entretanto, o conflito mundial foi sentido de maneira bastante peculiar, não apenas porque o país estava longe dos campos de batalha, mas, também, pelas características de sua economia, que se baseava na exportação de alguns poucos produtos primários, condição que o colocava na periferia do sistema capitalista.

Adolfo Botelho em artigo publicado, em 1915, na *Revista do Comércio e Indústria*, deixou um interessante quadro sobre o comportamento da economia brasileira, a qual, pelas suas peculiaridades, apresentava uma dinâmica própria. Segundo o autor, a crise aqui ocorrera antes de começar a guerra:



[...] Antes de estalar a guerra européia, estávamos em plena crise econômica e financeira, devido à baixa do café, da borracha e a outras causas muitas, entre as quais avultavam os negócios financeiros da União, a grande debacle em diversas casas comerciais e institutos bancários de São Paulo e do Rio e a terminação da safra de café do ano anterior. Declarada a guerra européia, sobreveio naturalmente o pânico comercial e com ele a cessação do intercambio mundial, a queda do câmbio, a moratória, comercial acompanhados de todas as suas funestas e desastrosas conseqüências, determinando a cessação quase absoluta de todos os negócios, por justificada falta de confiança no dia seguinte[...] Passado o pânico do mês de agosto, mês inicial da grande guerra, a vida comercial do país foi-se normalizando, pouco a pouco, com o restabelecimento, ainda que tímido do intercâmbio monetário e comercial, com a entrada da nova safra do café e ainda com a emissão do papel moeda. O nosso intercâmbio comercial [...] dos dois últimos anos, todavia, foi muito animador, melhor mesmo do que esperávamos, tendo em consideração o estado de guerra, na qual se acha envolvida metade do mundo civilizado.<sup>102</sup>

Como se percebe pelas palavras de Adolfo Botelho, a guerra contribuiu para desaquecer momentaneamente a economia brasileira, ancorada no comércio do café e da borracha, mas a crise interna ocorrera, em parte, pelo desequilíbrio das contas públicas da União e falta de crédito circulante que afetava o sistema bancário e o comércio.

Em São Paulo, apesar da falta de financiamento ao setor produtivo, e de crédito circulante no mercado, muitos cafeicultores continuavam apostando cegamente na cultura do café e dispunham a avançar cada vez mais rumo ao vasto e ainda pouco explorado oeste do Estado. A nova fronteira agrícola que se iniciava teve características peculiares se comparada à ocupação das antigas zonas produtoras de café do Vale do Paraíba, Campinas e Araraquara. Segundo Alfredo Ellis (1951), “as lavouras de café sempre estiveram à frente da ferrovia”. Mas no caso da ocupação da Noroeste, a principal característica foi a inversão do característico binômio café-ferrovias. Na Noroeste, os trilhos induziram a abertura das novas plantações de café.

---

<sup>102</sup> SAMPAIO, A.B. de A. A crise do numerário e o crédito bancário IN Revista do Comércio e Indústria. São Paulo: s.ed., 1915 volume I p. 28.

Em 27 de setembro de 1906, inaugurava-se o primeiro trecho da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste Oeste do Brasil, ligando Bauru à estação Lauro Müller, logo após a fazenda da Faca, propriedade de Joaquim de Toledo Piza (1842-1908), com a presença do presidente do Estado, Jorge Tybiriçá, e do ministro da Viação Lauro Müller (1863-1926). Dois anos depois, em 16 de fevereiro de 1908, inaugurava-se um segundo trecho, com 110 quilômetros, com a presença do presidente Afonso Penna (1847-1909), o primeiro presidente brasileiro a visitar vários estados da federação após sua eleição, e de seu ministro da Viação Miguel Calmon (1879-1935)<sup>103</sup>. A presença deles em pleno sertão simbolizava reconhecimento à pujança da cafeicultura paulista, e ratificava os planos do governo federal de trabalhar pela integração nacional.

A construção da Noroeste fora projetada para interligar São Paulo ao Mato Grosso, uma antiga reivindicação desde os tempos da guerra com o Paraguai. Ao longo da ferrovia foram construídas novas estações e ao lado delas abriram-se fazendas de café que, em meados do segundo decênio do século passado, começaram a dar seus primeiros frutos. Foi lá que, em 1911, Bento de Abreu comprou terras onde abriria novas fazendas.

Em Araraquara, após dois mandatos presidindo a Câmara Municipal, Bento de Abreu deixava seu cargo, ao que tudo indica, para se dedicar às suas novas propriedades agrícolas, naquela que se apresentava como uma próspera produtora de café. Esta é a hipótese mais plausível para explicar sua decisão de não continuar presidindo a Câmara Municipal, pois, não houve quaisquer fatos relevantes no campo político araraquarense para induzi-lo a tomá-la. O pequeno grupo de vereadores, ao qual ele pertencia, e que vinha conduzindo os destinos da cidade, desde 1908, continuava coeso e assim continuou até o 03

---

<sup>103</sup>GHIRARDELLO, N.. *À beira da linha, formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo, UNESP, 2002, p. 85.

de outubro de 1930<sup>104</sup>. Durante 22 anos, apenas onze homens revezaram-se ocupando os assentos da Câmara Municipal de Araraquara, revelando assim a superação de antigas divergências políticas e a instauração de uma dinâmica de alianças que os sustentou no poder durante tanto tempo.

Diante desse quadro pode-se afirmar que Bento de Abreu deixou formalmente o cargo, mas não o poder. João Rodrigues Machado Pedrosa<sup>105</sup>, que o substituiu, era o mesmo que havia passado a ele o cargo de presidente da Câmara em 1911. Além disso, ambos faziam parte da diretoria do Banco de Araraquara, pertencendo, portanto, ao mesmo grupo político. Mais tarde, num lapso de memória, Bento de Abreu disse ter presidido a Câmara Araraquara durante 30 anos, referindo-se, certamente ao fato de seu grupo não ter se afastado do poder nesse período.

Em 1915, no entanto, Bento de Abreu não era, individualmente, um grande fazendeiro, se levarmos em conta que o maior plantador de café do estado era o cel Francisco Schmidt<sup>106</sup> (1850-1924) com 4.061.305 cafeeiros. Mas considerando-se não apenas suas propriedades, mas também as propriedades agrícolas do clã Abreu Sampaio Vidal, conclui-se que juntos possuíam um considerável patrimônio. Essas propriedades espalhavam-se pelos municípios próximos a São Carlos. Além de Joaquim Botelho que herdara os 430.000 cafeeiros na fazenda São Joaquim, em São Carlos, Sebastião Ferraz Sampaio, filho do falecido Afonso Botelho possuía 165.000 cafeeiros em Rio Claro,

---

<sup>104</sup> Foram eles: Américo Danielli, Dario Alves de Carvalho, Epaminondas França, Firmino Ferreira Franco, João Rodrigues Machado Pedrosa, José de Campos Almeida, José Inácio do Amaral Gurgel, José Pio Correia da Silva, Plínio de Carvalho, Sebastião Lacerda Correa, além do próprio Bento de Abreu. Cf. MARTINEZ CORREA, op. cit. 1967, p. 362.363.

<sup>105</sup> Deputado estadual pelo 9º distrito entre 1910 e 1924.

<sup>106</sup> **Francisco Schmidt.** Com financiamento da Theodor Wille Co. (Hamburgo-Alemanha), comprou inúmeras fazendas em Ribeirão Preto, Franca, Brodosqui, Orlândia, Araraquara, Sertãozinho e Serrana, entre outras. Chegou a possuir 62 fazendas, sendo em 1913, o maior produtor de café do Estado, o que o tornou conhecido como o “Rei do Café”.

Adolpho Botelho possuía 130.000 em Boa Esperança e Rafael Sampaio Vidal possuía 250.000 pés de café em Ribeirão Bonito, totalizando a expressiva quantia de 975.000 pés de café<sup>107</sup>.

O aumento significativo das propriedades que Bento de Abreu foi adquirindo ao longo das décadas de 1910 e 1920 comprovam sua opção de reinvestir parte de seus lucros na própria cafeicultura. Em 1924, os Abreu Sampaio Vidal possuíam ao todo 1.448.000 pés de café e no início da década de 1930 atingiriam o ápice com 2.118.000 pés de café<sup>108</sup>. Em 1930 Bento de Abreu já era o maior cafeicultor da família, superando todos os demais parentes. O próprio Bento de Abreu (1943) deixou testemunho de sua opção em continuar plantando cada vez mais novos cafezais em suas fazendas:

Com a autoridade de velho lavrador, desejo afirmar bem um ponto que é desconhecido desde o Sr. Nortz, em Nova York, e em grande parte da nossa gente. - Só um fazendeiro calouro irá plantar café em terras velhas. Cafezais se plantam nos sertões, onde existe a umidade da mata virgem e até as roças não secam e queimam mal, quando existe a geada e se ouve o canto do jacu, o belo pássaro predileto da onça. Nas zonas velhas é uma utopia e um erro crasso plantar café. Pode acontecer que se descubra para isso alguma qualidade de café ou algum método novo. Para um lavrador como eu, de 50 anos de vida de cultivar café, posso afirmar que é uma "calourada" plantar café em terras velhas. Insisto neste ponto porque é um dos terrores dos que têm medo da defesa do mercado - que se plante café de novo nas terras abandonadas.<sup>109</sup>

Quando começou a se transformar individualmente num grande proprietário de terras, Bento de Abreu tinha 43 anos e era um político conhecido e respeitado em Araraquara e região. Ao mesmo tempo, Bento e Joaquim, os filhos mais velhos do casal Sampaio Vidal chegavam à idade adulta e se preparavam para ingressar na faculdade.

---

<sup>107</sup> É provável que possuíssem outras propriedades agrícolas, uma vez que as Secretaria da Agricultura só publicou o nome dos vinte maiores cafeicultores de cada município.

<sup>108</sup> Cálculos efetuados a partir da publicação *Café – Produção e Estatística: anos 1924 1930* da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas de São Paulo, que listava apenas os 20 maiores plantadores de café de cada município.

Fazendas e filhos solicitavam sua atenção. Foi pouco depois desse período que ele, ao mesmo tempo em que viajava constantemente ao interior para comandar a administração de seus negócios, passou a residir em São Paulo, ocupando, aos poucos o espaço político deixado por Rafael Sampaio Vidal que havia sido eleito deputado federal em 1918.

O final da guerra que matou milhões de pessoas ao longo de quatro sangrentos anos e a chegada da tão esperada paz, paradoxalmente, não trouxe conseqüências de todo positivas para o cenário econômico brasileiro. O Brasil, mesmo parcialmente abalado pelo fechamento dos mercados internacionais, havia conseguido superávits comerciais contínuos durante os anos em que o mercado europeu deixou de produzir plenamente, menos pela diminuição dos produtos que deixou de exportar, do que pela diminuição do volume de importações, e quando a guerra terminou, o país sentiu o impacto da reestruturação do sistema capitalista.

Dessa forma, o pós-guerra trouxe um novo contexto sócio-econômico para o Estado de São Paulo. E diante de mais um momento de incerteza para a cafeicultura, muitos fazendeiros, àquela altura, mais capitalistas que agricultores, passaram a destinar parte de seus dividendos a atividades ligadas ao setor industrial, com reflexos diretos junto às instancias políticas governamentais.

O expressivo aumento de investimento no setor industrial pode ser confirmado pela quantidade de indústrias que se instalavam na capital paulista. A memorável greve operária de 1917 indica a mudança pela qual passara a economia paulista nos anos precedentes, pois os trabalhadores já se apercebiam do crescimento dos lucros do setor industrial, razão pela qual passaram a exigir de seus patrões melhores condições de salário e de trabalho.

---

<sup>109</sup> VIDAL. B.A.S. *O café na economia brasileira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, p.35.

Parte desse grupo de novos industriais era composto por imigrantes que haviam trazido capitais externos para serem investidos no Brasil, ou por outros capitalistas oriundos do setor comercial. Os embates entre esse grupo e os cafeicultores mais abastados determinaram a disputa pelo controle do rentável setor de exportações, antes monopólio dos cafeicultores, os quais detinham o ciclo completo da produção cafeeira, do campo ao embarque nos portos.

O novo quadro econômico foi fruto da mudança da economia brasileira como um todo, requisitada a abrir-se ao exterior<sup>110</sup> para continuar participando da expansão capitalista, que necessitava investir o excedente de capital em novas praças. Tais empreendimentos poderiam ser feitos em países periféricos tais como Brasil e Argentina, os quais já apresentavam razoáveis sistemas de transportes e possibilidade de ampliação do parque industrial que havia se estruturado nesses países durante a guerra.

O ano de 1919, apesar de não ser marco indicativo de qualquer episódio político memorável, pode ser entendido como um ano emblemático para a Primeira República, pois com a morte do ex-presidente Rodrigues Alves desaparecia, simbolicamente, o último dos presidentes fortes e autoritários da República.

Prudente de Moraes (1841-1902), Campos Sales (1841-1913), Bernardino de Campos (1841-1915), Francisco Glicério (1846-1916) já não passavam de vultos do passado. Os políticos da geração de 1870, tais como Carlos de Campos (1866-1927), Washington Luís (1870-1957) e Altino Arantes (1876-1965), entre outros, indicavam uma mentalidade mais pragmática na condução do Estado. Embora, tão ou mais autoritários quanto os antigos líderes republicanos, eles não possuíam a força de coesão de seus

---

<sup>110</sup> RANGEL, apud MORAES, P.G. *Condições de funcionamento do “bloco regional cafeeiro paulista”*: 1889-1919. Campinas: UNICAMP, 1987. p. 13 .

antecessores, em parte, devido à nova configuração política em que estavam inseridos. Esta se caracterizava, sobretudo, pela chegada dos imigrantes, principalmente italianos e espanhóis, que em muito contribuíram para o surgimento de uma classe média, grande responsável pelos clamores iniciais com vistas a uma política voltada para a cidadania <sup>111</sup>.

Durante o governo Epitácio Pessoa, iniciado em 1919, o nascente setor industrial já contava com um grupo de empresários cientes da possibilidade de colocar o país nos trilhos da industrialização. Longe ia o tempo em que Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá (1813-1889), era minoria entre aqueles que acreditavam na industrialização brasileira.

O café continuava sendo o principal produto na pauta de exportações paulista e brasileira, que dele continuavam dependendo para equilibrar suas balanças comerciais, mas eram cada vez mais fortes as vozes que se levantavam contra uma política permanente de valorização dos preços do produto à custa do erário público.

Foi quando se deu, em 20 de maio de 1919, a fundação da Sociedade Rural Brasileira, fruto da reunião de um grupo de cafeicultores paulistas cuja primeira diretoria contou com a presença de Eduardo da Silva Prates (1860-1928), o conde de Prates, dono de uma das maiores fortunas do Estado de São Paulo, ao qual coube a presidência. Rafael Sampaio Vidal, ficou com a vice-presidência; Eduardo da Fonseca Cotching, como tesoureiro e no conselho fiscal estavam Carlos Botelho, filho do conde do Pinhal, Arnaldo Cintra e H. Beirssau.

A fundação da SRB pode ser analisada tanto pelo aspecto econômico quanto político. Sob o ponto de vista econômico, trata-se da demonstração de organização e força

---

<sup>111</sup> Love dividiu em três as gerações da elite paulista. A 2ª geração era composta pelos nascidos entre 1869 e 1888, que chegou à maioria em meados da Primeira República, e que apresentava como uma de suas principais características vínculos mais fortes com o exterior. Muitos eram filhos da elite imperial que foram

de parcela dos agricultores paulistas face à indecisão dos governos estadual e federal em ceder às pressões do setor cafeeiro por uma política de defesa permanente dos preços do café. Por outro lado, pode-se argumentar que o surgimento de mais uma associação patronal indica uma falta de coesão dos agricultores paulistas, uma vez que já existia entidade semelhante no cenário estadual, a SPA (Sociedade Paulista de Agricultura) fundada em 1902, e a estas deveria somar-se ainda a LAB (Liga Agrícola Brasileira), em 1921, todas congregando agricultores em busca de objetivos semelhantes.

Sob o aspecto político, segundo Plínio Guimarães Morais (1987), o PRP, como partido predominante ou hegemônico, havia ocupado o espaço que ora estava sendo reclamado, pois incorporava as demandas, a seu ver, razoáveis, e eliminava as demais. Em outras palavras, o PRP só via, ouvia e atendia as reivindicações que lhe eram convenientes e, portanto fazia ouvidos moucos no encaminhamento das demandas que não eram vistas com bons olhos por aqueles que dominavam a máquina partidária. Deixara, portanto, de ser o melhor veículo para o encaminhamento de reivindicações de parcela dos cafeicultores paulistas.<sup>112</sup>

Joseph Love (1982) apresenta outra interpretação para explicar a fundação da Rural. Para ele, o aparecimento da SRB no cenário nacional está diretamente ligado à crise do comércio internacional, causado pela Primeira Guerra Mundial e que provocou mudança na pauta de importações dos aliados, pois além dos cafeicultores havia a presença de Arthur Diederichsen da firma Teodor Wille, presença que não deve ser minimizada:

---

estudar na Europa. Cf. LOVE, *São Paulo na federação brasileira (1899-1937) – A locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 224 a 226.

<sup>112</sup> MORAES, 1987, op.cit. p.91



Entre os primeiros dirigentes da SRB contavam-se dois representantes de frigoríficos estrangeiros, mas a maioria era composta, sem dúvida de membros da aristocracia cafeeira. Durante os primeiros anos enfatizava-se a criação de gado e a industrialização da carne. A SRB procurava explicitamente seguir os modelos de predecessoras de origem inglesa, francesa e argentina. É provável que a ênfase à pecuária não resultasse só do sucesso do negócio frigorífico (florescendo devido à demanda criada pela guerra e pelas condições do pós-guerra), mas também da possibilidade de oferecer alternativa viável aos proprietários de cafezais decadentes que estivessem em busca de novos rumos.<sup>113</sup>

Entre os agricultores que se reuniram para fundar a SRB, além dos que fizeram parte de sua primeira diretoria, encontravam-se nomes de expressão nacional tais como: Antônio Prado (1840-1929), ex-conselheiro e ex-ministro da agricultura do Império, político que apesar de ter ocupado o cargo de prefeito de São Paulo entre 1899 e 1910 parece nunca ter se sentido cômodo no novo regime, em especial junto à cúpula do PRP; Olavo Egydio de Souza Aranha (1862-1928); Martiniano Rodrigues Alves (1872-1940); Elói Chaves (1875-1964); J. J. Cardoso de Melo Neto; Guilherme da Fonseca Cotching; além de Bento de Abreu.

A força política da SRB, que na medida do possível passou a agir amparada pelas suas congêneres, logo se fazia sentir, transformando-se em um dos mais eficientes canais de reivindicação dos cafeicultores paulistas junto aos poderes públicos, estadual e federal. Através dela, os Sampaio Vidal passaram a atores principais dos eventos realizados em prol da mudança da política governamental concernente principalmente à política do café. Seus nomes passaram a aparecer com frequência na imprensa paulista e nacional, dialogando diretamente com as principais lideranças políticas e econômicas dentro do “complexo cafeeiro<sup>114</sup>” paulista e brasileiro.

---

<sup>113</sup> LOVE, op. cit. p. 310.

<sup>114</sup> CANO define “complexo cafeeiro” como conjunto de atividades sobre o qual atua certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto. Apud MORAES, op. cit. p. 4.

Bento de Abreu passou a participar ativamente de comissões que estudavam o complexo problema da economia cafeeira, cujas propostas e reivindicações eram encaminhadas ao grupo de deputados federais que no Rio de Janeiro ‘trabalhavam’ em defesa dos interesses de São Paulo. Entre eles, destacavam-se Cincinato Braga e Rafael Sampaio Vidal.

Apesar da oposição enfrentada, os cafeicultores conseguiram algumas de suas antigas reivindicações, tais como a da criação da carteira de Redesconto do Banco do Brasil, que por sua vez foi transformado em banco de emissão e a abertura de um departamento de câmbio para a estabilização dos mil-réis. Não conseguiram, entretanto, a criação de um órgão público específico que gerenciasse a política agrícola do governo para o setor.

Em janeiro de 1921 a SRB organizou uma comissão para formular o projeto de defesa permanente do café do qual participaram Cincinato Braga, Rafael Sampaio Vidal, Augusto Ramos, Jorge Tibiriçá, conde Alexandre Siciliano, Francisco Ferreira Ramos, Erasmo Teixeira de Assumpção, Paulo Moraes Barros, Adolfo Pinto e Alfredo Pujol. O projeto, uma vez finalizado, deveria ser submetido à aprovação de um congresso agrícola especialmente convocado e enviado aos poderes públicos para a sua execução.<sup>115</sup>

Dois meses depois, em 15 de março de 1921, Artur Diederichsen e Bento de Abreu entregaram ao presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís, uma representação assinada pela SRB e pela SPA solicitando-lhe a criação de um órgão permanente de defesa do café<sup>116</sup>. Em reunião realizada em 14 de julho de 1921, LAB (Liga Agrícola Brasileira) aprovou um voto de louvor aos deputados Cincinato Braga e Rafael Sampaio Vidal “pelos

---

<sup>115</sup> FONT, M & BARZOLATTO, E.. *Café e política. A ação cafeeira na elite paulista 1920-1930*. São Paulo: FFLCH- USP, 1988. P. 68

serviços prestados à causa da economia nacional e ao conde Alexandre Siciliano pela sua ação em defesa do café”<sup>117</sup>, indicando que a LAB SRB e a SPA procuravam deixar de lado suas diferenças em prol dos objetivos maiores dos cafeicultores.

Nesse cenário, a fundação da SRB, assim como a de suas congêneres, pode ser entendida como uma reação da classe agro-exportadora paulista diante da oposição de determinados setores do governo, mais e mais reticentes à prática dos subsídios ao preço do café, especialmente por parte dos industriais brasileiros. A insistência na defesa dos preços do café era fundamental para os cafeicultores paulistas, que desde o início do século XX lucravam concomitantemente com a exportação do café e com o mercado de terras disponíveis nas zonas ditas desconhecidas a oeste do Estado.

Contudo, com terras cada vez mais distantes dos portos exportadores, muitos fazendeiros viram-se privados de tais lucros, passando, a partir da década de 1920, a depender cada vez mais dos lucros das produções agrícolas de suas propriedades.

As mais eminentes famílias como os Rodrigues Alves que haviam transferido parte de suas plantações do decadente Vale do Paraíba, para a região de São Manuel, e os Prado que saíram das regiões de Limeira e Araras para ocupar as terras roxas de Ribeirão Preto, já não se mostravam dispostos a continuar adentrando o território paulista. Interessava-lhes, a partir de então, o lucro de suas atuais propriedades e para tanto exigiam auxílio cada vez mais constante dos governos estabelecidos.

Renato Perissinoto (1994) entende que, ao contrário dos burgueses imigrantes importadores que investiam seus recursos primordialmente na nascente indústria brasileira, para os agroexportadores paulistas a base de tudo ainda estava na terra que possuíam. Para

---

<sup>116</sup> FONT & BARZOLATTO, op. cit. P. 71.

<sup>117</sup> FONT & BARZOLATTO, op. cit. P.68

eles “a terra surgia como a gênese de sua riqueza e da sua condição de classe”<sup>118</sup> e ao governo federal cabia, portanto, fazer os investimentos necessários para ampará-los nos momentos das crises oriundas da queda dos preços do café.

É compreensível que nas décadas de 1930 e 1940, Bento de Abreu, continuasse a insistir na defesa dos preços do café, pois durante sua existência assistiu à vertiginosa marcha do “ouro verde” rumo aos sertões de São Paulo. Esteve entre os que conseguiram fazer fortuna com o café e lamentava, portanto, a decadência da cafeicultura paulista e a conseqüente decadência de algumas cidades que tiveram no café a sua principal riqueza.

Já idoso Bento de Abreu (1943), ao fazer algumas considerações sobre a cafeicultura, elaborou um interessante histórico de todas as ocasiões nas quais o governo defendeu o preço do café o que, em sua opinião, fora absolutamente positivo:

Todas as vezes que os estadistas do Império se viram em dificuldades financeiras e com o câmbio em baixa, a defesa do café foi a salvação do País. Grande banqueiro do Império – o Conde de Figueiredo defendeu as cotações do café por ordem dos Ministros da Fazenda - Francisco Belisário, Barão de Cotegipe, Visconde de Ouro Preto e outros. Todos com esplêndido resultado. Na República, tem se dado o mesmo fato. O Conselheiro Rodrigues Alves contava a intervenção feliz que fez no mercado quando era Diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil o Sr. Custódio Coelho. O presidente Epitácio Pessoa fez memorável defesa, em grande estilo, por intermédio do Conde Siciliano, no dia em que no Palácio do Rio Negro, em Petrópolis, verificou que não era possível sustentar o câmbio, que baixava diariamente. Esta defesa do mercado, que foi continuada, fez entrar no país tanto ouro e criou tanta prosperidade, que ainda hoje se nota. No Governo Arthur Bernardes, quando ministro da Fazenda o Dr. Sampaio Vidal, a defesa do mercado firmou o câmbio, que chegou a 8 d., fazendo entrar para o país setenta e quatro milhões de Libras esterlinas por ano.<sup>119</sup>

Suas palavras demonstram, de forma sucinta, que os governos de plantão sempre que pressionados acabavam ajudando os cafeicultores em momentos de crise, mas fica claro também que tal ajuda não era contínua e que sem o subsídio público os cafeicultores

---

<sup>118</sup> VIDAL, B.A.S. *O café na economia brasileira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1943, p. 159.

tinham dificuldades em manter seus negócios. Uma questão fica em aberto, entretanto, quando lemos o texto de Bento de Abreu: se a defesa ao preço do café era tão benéfica ao país, porque então os governos não a mantinham continuamente?

Segundo Steven Topik (1987), os governos não mantinham essa política porque parcela dos políticos, muitos deles com interesses pessoais no café, desejavam proteger a integridade do Tesouro e a saúde da moeda. A defesa permanente dos preços do café, tal como pediam os principais agroexportadores, era inviável visto que o Tesouro não possuía lastro suficiente para tal empreitada e São Paulo, por mais força política que tivesse junto ao governo federal, deparou-se com as vozes discordantes dos políticos dos demais Estados da Federação. Esse foi um dos principais nós que estrangulou a economia brasileira durante a Primeira República. Como seria possível, enfim, amparar permanentemente a classe dos cafeicultores sem, entretanto, exaurir os cofres federais?

Já no início do século, o deputado Eugênio Egas (1863-1956), em discurso na Câmara de São Paulo afirmava, com propriedade, que a lavoura era o Estado<sup>120</sup>, pois, sem o subsídio do Estado, os cafeicultores certamente não teriam conseguido subsistir às diversas crises pelas quais passou o setor. Por outro lado, um dos maiores cronistas daquele período, o escritor Lima Barreto ironizava as freqüentes demandas dos cafeicultores ao governo pela defesa permanente do café:

Tenho ouvido dizer que o café é a maior fortuna do Brasil; que ele, quase unicamente, contribui para a riqueza orçamentária da nossa pátria. São coisas que andam por aí afirmadas pelos jornais, sobretudo pelos de São Paulo (...). Sempre tenho ouvido dizer que quem tem dinheiro, dá dinheiro e não pede dinheiro. O tal café, porém, só leva a pedir dinheiro. Como é que ele é a riqueza do Brasil?<sup>121</sup>

---

<sup>119</sup> VIDAL, p. 14 e 15.

<sup>120</sup> A.L.E.S.P. – 69ª sessão ordinária em 24 de julho de 1899.

<sup>121</sup> “O Café”, crônica publicada originalmente em *Careta*, em 26.06.1915. *Folha de São Paulo*, 04.12.2004. p. E 5.

Enquanto se envolvia cada vez mais nos negócios do café e na política estadual, Bento de Abreu viu seus filhos crescerem. De seu casamento com Maria Izabel teve treze filhos, dos quais, Marina (1900-?) e Clotilde (1908-1908), gêmea de Clóvis, faleceram ainda na infância. Quanto aos demais, receberam educação condizente com os padrões e a classe social à qual pertenciam. As mulheres receberam noções elementares e foram preparadas para o casamento e os varões, quase todos se tornaram bacharéis em Direito e auxiliaram o pai nos negócios familiares. Bento Filho (1896-1975), o primogênito, foi o único dos varões a não se bacharelar em Direito. Ele frequentou engenharia na Escola Politécnica de São Paulo, mas não chegou a concluir o curso. Durante algum tempo trabalhou em casas comissárias de café em Santos. Regressou a São Paulo e passou a ajudar o pai na administração das propriedades da família.

A importância que ele dava à família pode ser percebida quando se verifica que a cada nova propriedade adquirida, um de seus filhos era contemplado com o título de posse. Percebe-se também que as regiões onde optou investir não eram escolhidas ao acaso.

No último decênio do século XIX, seu pai adentrara novamente os sertões, a cavalo, para adquirir novas terras e lá plantar café<sup>122</sup>. Em Guariba, próximo à cidade de Jaboticabal, o velho Joaquim José fez o que sempre gostou de fazer: comprou uma fazenda, a Barreiro, que após sua morte passou a pertencer à viúva Amélia. Além disso, acostumado às benfeitorias e consciente do lucro simbólico que traziam, doou terras para a instalação do cemitério local. A data dessa viagem coincide com a expansão do ramal ferroviário que saindo de Rincão, chegou a Guariba em 06 de junho de 1892. Essa coincidência faz supor que ele estivesse a par dos planos para a extensão da ferrovia, quando decidiu comprar

terras naquela zona. Joaquim José pode ter ido a cavalo comprá-las, mas certamente voltou de trem.

Observar a localização geográfica das propriedades de alguns de seus cunhados ajuda a ter uma idéia quanto às companhias e aos caminhos percorridos por Bento de Abreu quando decidiu investir em terras fora do município de Araraquara. Cândida Botelho do Amaral era proprietária de terras em Guariba; Bento Carlos Filho, agricultor e político em Matão; Leonardo Carlos de Arruda Botelho, proprietário de terras em Boa Esperança e Eliza Botelho de Araújo Procópio, proprietária de terras em Taquaritinga. Foi em Guariba que Bento de Abreu comprou sua segunda fazenda, a Santa Izabel, com 400 mil cafeeiros. Destinou-a aos filhos mais velhos Bento, Joaquim e Maria Antonieta.

Quando Bento de Abreu comprou a fazenda Bela Vista, em Santa Adélia, destinou-a ao segundo filho, Joaquim Sampaio Vidal (1897-1952). Recém egresso da faculdade do Largo de São Francisco, foi o único a demonstrar a mesma aptidão política que o pai, tanto que, após o declínio político de Rafael Sampaio Vidal, ocupou o espaço anteriormente ocupado pelo tio, atuando ao lado de Bento de Abreu nas campanhas políticas pelo interior.

Elza (1903-1992) foi a primeira das filhas de Bento de Abreu a se casar, no ano de 1922. Seu marido, Leonel Benevides de Rezende era bisneto do Conselheiro Brotero; neto do Conselheiro Benevides e filho do senador Gabriel de Rezende. A ela Bento de Abreu destinou a fazenda Cruzeiro.

Evangelina (1901-1973) casou-se no ano seguinte com Francisco Malta Cardoso, também bacharel em Direito pela São Francisco e membro de uma tradicional família de Santos. Malta Cardoso também acompanhou o sogro na política e na administração dos

---

<sup>122</sup> Cf. FRANÇA, op. cit. p. 77.

bens familiares. A Evangelina coube a fazenda Boa Esperança, em Santa Adélia, próxima à fazenda do irmão Joaquim.

Em 1924, Zuleika Sampaio Vidal (1905-1994) casou-se com Olympio Cerquinho Malta. Olympio faleceu precocemente em 1935, em Marília, quando acompanhava a comitiva do governador Armando de Salles Oliveira em visita à cidade. A ela, Bento de Abreu destinou a fazenda São Joaquim, localizada no município de Pirajuí.

Maria Antonieta casou-se, em 1926, com Cristiano Altenfelder Silva. A ela coube a propriedade situada no distrito de Bueno de Andrada, município de Araraquara, denominada fazenda Baguaçu.

Às mulheres, como era quase regra na sociedade da época, não cabia participação política de forma direta, ao menos até meados da década de 1930 quando passaram a ter direito de voto e a médica Carlota Pereira de Queiróz (1892-1982) foi eleita deputada federal constituinte em 1934. Mas, ao se casarem com homens oriundos da mesma condição social, traziam para seus clãs maridos que não raras vezes passavam a auxiliar seus sogros. Foi justamente o que ocorreu com as irmãs Sampaio Vidal.

Francisco Malta Cardoso (1899-1973) foi secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, presidente da SRB e participou da delegação brasileira na Conferência de Paz em Paris, em 1946, entre diversas outras atividades. Por sua biografia percebe-se que tinha pendores para os negócios agrícolas, ao contrário do concunhado Cristiano.

Cristiano Altenfelder Silva (1899-1985) também se dedicou à vida política. Entre os muitos cargos que exerceu destacam-se o de deputado estadual; secretário da Educação do Estado de São Paulo no governo Armando de Salles Oliveira quando foi criada a Universidade de São Paulo, pela qual recebeu o título de Doutor *Honris causa*; secretário da Segurança Pública; secretário da Agricultura e um dos criadores do IPT.



Em meados da década de 1920, Bento de Abreu começava a tornar-se patriarca de uma grande família. Tanto seus varões, quanto seus genros, Malta Cardoso, Altenfelder Silva, Benevides de Rezende e Cerquinho Malta passaram a auxiliá-lo em seus projetos políticos e na condução dos negócios familiares, assim como ocorrera no século anterior quando Bento de Abreu e seus irmãos ajudaram Joaquim José a administrar o banco de São Carlos e suas fazendas.

## Capítulo 3

### O nascimento de um benemérito.

#### 3.1. Os projetos políticos.

Como se viu anteriormente, durante os anos em que esteve afastado dos cargos públicos, Bento de Abreu, abriu novas fazendas no interior do Estado, ajudou a fundar a SRB e assistiu ao crescimento e formação de seus filhos. 1922 foi um ano especial para ele, pois além do casamento de sua filha Elza, Rafael Sampaio Vidal tornou-se ministro da Fazenda.

Em 15 de janeiro de 1923, após oito anos distante dos cargos públicos, Bento de Abreu voltou a presidir a Câmara Municipal de Araraquara. Na abertura dos trabalhos legislativos fez um discurso mencionando os principais projetos políticos a serem colocados em prática, entre os quais, um ambicioso plano de ações no sentido de dotar cidade de uma rede de escolas que incluísse todos os níveis de ensino. Muitos desses planos não saíram do papel, mas revelavam um pouco de suas idéias.

Devemos inaugurar, dentro de alguns meses, a nossa Escola Normal de Artes e Ofícios que, na opinião de Cincinato Braga, representa a maior garantia da grandeza da cidade, porque dela sairão os técnicos e operários para a nossa indústria e poderá ocasionar formidável expansão. A instalação da Escola Profissional para Moças, Escola de Farmácia e Odontologia, Conservatório de Música, Escola de Agricultura, tudo isso virá preparar a nossa mocidade para ter eficiência e vencer a concorrência. Como temos dito; a lavoura de Araraquara se hoje é rica tem elementos para servir de modelo a outros municípios do Estado. Com o aperfeiçoamento de seus métodos de cultura do algodão, cultura de frutas, ração de vacas leiteiras, cada coisa destas constituirá uma riqueza extraordinária. Vamos atacar já o saneamento da cidade e do município, aumentando a potência de nosso trabalho agrícola e industrial. O amarelo, o tracoma, o impaludismo, a

sífilis e todas as moléstias que concorrem para depauperar nosso povo serão removidas de nosso município. Para isso contamos com os esforços do governo estadual, da missão Rockefeller e com o apoio decidido de nosso povo. Sem o apoio decidido de nosso povo, nada podemos fazer. É preciso que cada um saiba cumprir seu dever. Nem um momento duvidemos do patriotismo de nossa gente. Precisamos de confiança e do apoio do povo de Araraquara para as nossas realizações e cada dia a nossa cidade e município serão mais civilizados, mais ricos, gozando de todos os aperfeiçoamentos humanos do conforto, do bem estar, da riqueza, da saúde e será o canto abençoado que servirá de modelo e estímulo a todo o nosso grande país. Depende tudo de nosso trabalho e vontade.<sup>123</sup>

O discurso acima revela duas faces distintas de uma mesma Araraquara. Por um lado, destaca uma versátil e rica lavoura local, que deveria servir de referência a outros municípios brasileiros, mas, por outro lado, denuncia uma cidade com precárias condições de saneamento básico e de saúde pública, cuja principal conseqüência era a existência de uma série de moléstias que atingia duramente a população local.

Bento de Abreu entendia que a educação, o saneamento básico e a agricultura eram áreas que careciam de mais atenção por parte do poder público, já que pertenciam a um mesmo elo. Era preciso cuidar da lavoura, mas não menos importante era cuidar da saúde e educação dos trabalhadores para que pudessem nela trabalhar com eficácia. Para tanto, insistia na necessidade de se implementar um plano de saneamento básico nas fazendas e cidades, livrando cidadãos e trabalhadores das principais moléstias que os afetavam e os afastavam da lida diária, com resultado catastrófico para suas vidas, mas, sobretudo pelos prejuízos que a falta de mão-de-obra causava à produção agrícola.

Todos os que, como eu tiveram ocasião de examinar de perto o problema do saneamento rural, os que vivem a vida de fazenda, e têm amor pela sua terra, ficarão fatalmente convencidos pela urgência de se atacar o problema com mais eficiência e em moldes mais amplos[...]

O problema do saneamento rural depende de dinheiro, muito dinheiro, de que o Estado não dispõe, e principalmente depende do concurso dos governos

---

<sup>123</sup> Arquivo Municipal de Araraquara, Atas da Câmara, Araraquara, 15.01.1923, Livro 508 fl 59 apud CORRÊA, A. M. M. *Para preparar a mocidade – Fragmentos de memórias na História da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara: 1923/1976*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998p. 19 e 20.

municipais e dos lavradores e outros particulares. Sem dinheiro e sem a convicção dos serviços que prestamos à nossa Pátria e à nossa raça, é inútil pensarmos no saneamento. Para esse fim, o plano aplicado em Araraquara segundo o qual concorrem o fazendeiro, a Câmara municipal e o governo do Estado, cada um com sua cota começa realizando a união de diversos elementos essenciais para o combate. [...]

Pelo projeto instituído o serviço de higiene municipal, a cargo do Estado, o fazendeiro terá a sua fazenda saneada mediante quantia ridícula, diante do lucro de ter pessoal melhor e da valorização de sua propriedade.<sup>124</sup>

Essas preocupações estiveram na pauta de vários políticos da Primeira República, mas, se havia consenso quanto aos fins, uma vez que se entendia ser dever da elite política dirigente a condução e realização de tais melhoramentos, não entrevam em acordo quanto ao método mais adequado de se alcançar tais objetivos.

O mesmo ocorria em relação à educação. O Brasil colonial fora privado até 1808 de instituições de ensino superior e durante o Segundo Reinado, poucas escolas de ensino elementar ganhara. Havia, portanto, necessidade de dotar o país de escolas elementares e técnicas que auxiliassem na formação do homem brasileiro, entendido por Bento de Abreu como elemento decisivo na cadeia produtiva nacional. Nesse sentido seu pensamento integra-se a uma parte da elite política paulista da Primeira República conforme sintetiza Antônio Celso Ferreira (2002) de forma bastante clara:

Os grupos letrados que se preocupavam com o progresso social inspirados nas filosofias correntes – amalgamando liberalismo, darwinismo social e positivismo -, depositavam fé na educação para todos os males. Ela era vista como o instrumento capaz não só de difundir novas idéias, como também de proporcionar o desenvolvimento científico e profissional, corrigindo, desse modo, as desarmonias sociais. As iniciativas do governo de São Paulo nesse campo, tomadas antes mesmo do governo republicano, eram, assim, saudadas com muitos elogios.<sup>125</sup>

<sup>124</sup> VIDAL, B.A.S. Discurso pronunciado em 13.12.1924 na ALESP.

<sup>125</sup> FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed.UNESP, 2002 pág. 95-96.

O próprio Bento de Abreu orgulhosamente historiou sua batalha para que Araraquara sediasse um colégio para meninas. Ele já havia anteriormente participado da fundação do Ginásio de Araraquara, equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, o que não era pouco para os padrões da época, mas agora percebia a necessidade de um colégio para moças, num momento em que se começava a difundir a idéia de que às mulheres também cabia uma educação formal mais apurada.

A ocasião para relatar seu périplo, no intuito de efetivar seu objetivo, deu-se por ocasião do tributo que prestou à professora. Emília de Paiva Meira, em 29 de março de 1937, parceira de fundamental importância naquela empreitada, em discurso que fez na Assembléia Legislativa por ocasião do falecimento da professora, no qual relata:

Depois de haver fundado em Araraquara um Ginásio equiparado ao Colégio Pedro II, eu sentia com os meus amigos a necessidade de um colégio para meninas com internato, além do externato. Procurei em vão uma ordem religiosa que quisesse instalar o nosso colégio em Araraquara. Para mostrar as dificuldades que encontrei, devo contar que pedi à princesa Isabel a sua intervenção perante o Arcebispo de Paris para conseguir o nosso colégio. Depois, por intermédio de um diplomata sobrinho meu, com excelentes relações na corte espanhola, fiz o mesmo pedido à rainha da Espanha. Responderam sempre que não havia pessoal para novos colégios. A rainha Vitória, da Espanha disse que ela também tentara obter a fundação de um colégio em Madrid, por uma ordem belga e nada conseguiu.

Por uma inspiração feliz lembrei-me do que muitas vezes me contava Orozimbo Maia do Colégio Progresso Campineiro dirigido por D. Emília.

O bispo de São Carlos, D. José, achou excelente a idéia e eu, sem nenhuma apresentação, toquei a campainha do Colégio Progresso Campineiro, na bela cidade das andorinhas e das palmeiras e fui recebido por D. Emília. Talvez pela eloquência com que costumo vibrar pelas coisas justas que defendo (...) ela concordou ir a Araraquara tratar da fundação de um colégio para meninas. A 1º de fevereiro de 1924 foi instalado o Colégio Progresso de Araraquara.

Aconselho sempre o respeito e a veneração pelos professores. Passam eles uma longa vida de trabalho e vibração do sistema nervoso, porque eu julgo que o professor de verdade, que realmente tem o Dom e a vocação para o ensino é um dos que mais sofrem no seu trabalho de ensinar a mocidade. Lembro-me sempre dos grandes nomes do professorado paulista que ensinaram várias gerações. Como são dignos da nossa respeitosa recordação e das nossas saudades: Moretson, Morton, Vieira de Almeida, João Kopke, Júlio Ribeiro, Peters, D. Pedro, Lamartine, D. Carolina Florence, Augusto Freire, Miguel Alves Feitosa, Lane.<sup>126</sup>

<sup>126</sup> VIDAL, B.A.S. *D. Emília de Paiva Meira, Antônio Manoel Bueno de Andrada, Dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho, Marquês de São Vicente: discursos*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1937. p. 7 – 8.

Como já adiantei os discursos de Bento de Abreu muito freqüentemente deixam transparecer redes de sociabilidade que possibilitam vislumbrar algo de sua vida social. Nesse caso, apresenta os nomes dos políticos de Campinas, sua terra natal, com os quais manteve ligações político-afetivas ao longo de sua vida, assim como suas relações com os clérigos católicos pelo quais deixa transparecer grande confiança, apesar de ser um homem formado segundo ideais positivistas.

Além disso, seu discurso explicita a inexistência de uma política pública eficiente para a área da educação e a falta de respaldo por parte do governo brasileiro às solicitações para a expansão da rede de ensino. Interessante notar que Bento de Abreu não demonstra haver feito solicitações ao governo estadual, não deixando, porém, de solicitar auxílio até mesmo à rainha Vitória da Espanha<sup>127</sup>, na tentativa de conseguir a implantação de um colégio religioso em Araraquara.

No mesmo ano, em 01 de junho de 1923, Bento de Abreu voltou a discursar na Câmara de Araraquara, quando então propôs a criação de um horto florestal, tema surpreendente para a época e que somente décadas mais tarde ganharia destaque na mídia e nos meios políticos brasileiros. O discurso revela não apenas a originalidade do tema, mas principalmente o encaminhamento eminentemente econômico da questão, razão pela qual vale a pena sua transcrição integral:

Srs vereadores:

Como é notório e tem sido objeto de largas discussões no Congresso Nacional e nas Assembléias Estaduais com repercussão na imprensa, o problema do reflorestamento das nossas terras impõe-se aos poderes públicos e particulares.

---

<sup>127</sup> Victoria Eugenia de Battenberg (1887-1969). Esposa do rei Alfonso XIII da Espanha que reinou entre 1902 e 1931.

Há intensa propaganda pela imprensa e por notáveis exemplos de particulares – dos quais sobressai o da Companhia Paulista com seus imensos hortos florestais, à beira de suas linhas férreas – para reflorestamento.

Entretanto, o estabelecimento desses hortos tem visado interesses imediatos, e daí serem cultivadas as essências de rápido desenvolvimento, principalmente o exótico eucaliptus.

Lembrei-me de propor à Câmara a fundação de um horto florestal nos terrenos que a municipalidade possui nas cabeceiras dos córregos *Pinheirinhos* e *Maria Mendes*, com a área calculada de 60 alqueires terrenos esses onde estão situadas as caixas de água que abastecem esta cidade.

Como o nosso fim não seja industrial, mas sim, criar uma floresta regularizadora do suprimento de água de mananciais, devemos plantar essências nacionais, preferencialmente as do município as quais podemos enumerar: alecrim, angico, araubá ou araruva, canela, canelão, cabreúva, carvalho, cedro, dedal, guaiuvira, guajissara, ipê, jacarandá, inclusive jacarandá cabeúna ou caviúna, janta, jatobá, ou jataí, jequitibá, orindiúva ou aroeria, pau-marfim ou pequiá-marfim, pau pereira, peroba, saguaragi, taiúva, tamboril ou ximbó, ubatinga ou açoita-cavalo.

As despesas com a plantação e cultivo dessas essências serão mínimas, pois que os mesmo encarregados das caixas de água poderão zelar por elas, com acréscimos de um ou dois jardineiros nos 10 primeiros anos: depois não mais demandarão de cuidados especiais.

Com esse pequeno acréscimo de despesas realizaremos dois fins utilíssimos: primeiro cobrir de florestas esses terrenos, hoje entregues ao sapé e demais plantas daninhas, das tigüeras e transformados em mata, muitos mananciais se beneficiarão.

Segundo, não deixar desaparecerem as nossas ricas essências florestais notáveis em obras de marcenaria e em construção em geral, quais as enumeradas que já escasseiam no município.

Nos 60 alqueires poderão ser plantadas 72.600 árvores na distância de 4 metros x 5 metros cada um, em retângulo, ou seja, cerca de 3.000 árvores de cada espécie. É pouco, mas é alguma coisa.

A Câmara não deve ter fim industrial, mas mesmo pelo lado econômico, tomando por base, o cálculo dos técnicos, se ao cabo de 50 ou 100 anos, houver de cortar essas árvores e as vender considerando que cada uma delas renda 1m<sup>2</sup> de madeira, ao preço mínimo atual (no futuro qual será de elevado?) de 100\$000 o metro cúbico, teríamos 7.260:000\$000 para valor integral ao horto. As despesas anuais podem ultrapassar de 3.000\$000 nos primeiros anos, sendo nenhuma nos outros. As gerações futuras bendirão nossa providência e patriotismo.

Nos intuitos dessa exposição tive a honra de formular um projeto de resolução que submeto ao esclarecido exame dos colegas de vereança.<sup>128</sup>

O horto florestal municipal não chegou a ser implantado, não sendo portanto possível saber se o resultado prático proposto seria alcançado, mas não se pode negar o vanguardismo que aquela proposta de reflorestamento comporta. Tratava-se, não apenas da substituição de bosques nativos por espécies exóticas, como durante muitos anos se entendeu essa atividade, mas da reposição dos bosques já destruídos por outros também

formados por espécies nativas. E os objetivos desse reflorestamento, além da preservação das espécies, aparecem associados à proteção dos mananciais, assunto ainda hoje considerado inovador. A visão do ecologista *avant la lettre*, que, diga-se de passagem, mostra que ele conhecia plenamente a flora de sua terra, ainda aparece associada à do empresário, fazendo inveja a qualquer defensor contemporâneo do famoso “desenvolvimento sustentado”. Além de proteger os mananciais, o reflorestamento com espécies nativas, principalmente aquelas que produzem madeiras nobres, também poderia com o passar do tempo trazer benefícios econômicos para a administração pública municipal, ainda que esse não devesse ser seu objetivo maior.

Ao final de 1924, Bento de Abreu foi eleito deputado estadual e passou a acumular os dois cargos públicos, conforme permitia a legislação vigente àquela época. Ele foi o quarto membro da família Abreu Sampaio Vidal a exercer mandato de deputado no legislativo paulista. Mas, ao contrário do pai e dos irmãos, permaneceria muito mais tempo ligado àquela casa legislativa, elegendo-se em três períodos distintos da história de São Paulo.

Ele tomou posse nos últimos dias de outubro de 1924, quase no final da 12<sup>a</sup> legislatura (1922-24), ao lado de Eugênio de Lima, Flamínio Ferreira Pinheiro Machado e Luiz Augusto Pereira de Queiróz, eleitos em virtude das renúncias apresentadas pelos deputados José de Alcântara Machado de Oliveira (1875-1941), Ataliba Leonel (1875-1934), Abelardo de Cerqueira César (1870-?) e João Procópio de Araújo Carvalho Sobrinho, que tinham sido eleitos senadores estaduais.

---

<sup>128</sup> Discurso na Câmara de Araraquara em 01.06.1923. Arquivo Rodolpho Telarolli, pasta 331.



Na Câmara Estadual, encontrou muitos ex-colegas que haviam estudado com ele no Colégio Culto à Ciência e companheiros, com os quais havia ajudado a fundar a SRB, quase todos fazendeiros produtores de café e velhos conhecidos do interior do Estado. Estava, portanto, entre iguais. A única diferença era que Bento de Abreu e Procópio de Araújo Carvalho Sobrinho não possuíam diplomas universitários.

Recém empossado, procurou evidentemente colocar em pauta os projetos que lhe eram mais caros, pois teria menos de dois meses para encaminhá-los, e vê-los aprovados, o que certamente ajudaria na eleição para o triênio 1925-1927, fato que realmente ocorreu. Fez seu *début* na tribuna da Câmara com breve discurso propondo a criação dos distritos de paz de Motuca e Itaquerê, na comarca de Araraquara, e de Guarantã e Cincinato na comarca de Pirajuí, cidades nas quais possuía propriedades agrícolas.<sup>129</sup>

No curto período de tempo de que dispunha nessa legislatura, também defendeu a criação de Escolas de Farmácia e Odontologia no interior do Estado, pois entedia que essas escolas eram fundamentais na formação de profissionais, visto que a área da saúde era uma das mais carentes. A maior dificuldade era convencer seus colegas deputados de que cidades, como Araraquara, com recente passado de “boca do sertão” poderiam sediar tais escolas.

No apagar das luzes daquela legislatura, o novo deputado envolveu-se em uma interessante polêmica que esquentou os ânimos em plenário. Tratava-se da negativa do governo estadual em efetuar o pagamento ao escultor italiano Ettore Ximenez (1855-1926), responsável pelas esculturas que ornamentam a frente do Museu Paulista, mais conhecido como Museu do Ipiranga, construído na Capital paulista em homenagem aos 100 anos da

---

<sup>129</sup> Motuca transformou-se em Município em 1990. Itaquerê, atual Bueno de Andrada é distrito do município de Araraquara. Guarantã transformou-se em município em 1944. Cincinato foi extinto.

Independência do Brasil. O governo estadual argumentava que o escultor não havia terminado o trabalho no prazo contratual estipulado e em debate, realizado no dia 29 de dezembro de 1924, Bento de Abreu discursou em defesa do escultor Ximenes.

O discurso proferido por Bento de Abreu chama a atenção menos pelo que possa revelar sobre suas opiniões estéticas de arte do que pelo espaço de sociabilidade que incidentalmente suas palavras revelam. Ao referir-se à visita que fez ao escritório do arquiteto Ramos de Azevedo (1851-1928), que sem dúvida foi um dos mais atuantes e prestigiosos da Primeira República, deixa pistas sobre algo de seus contatos sociais. Da mesma forma o faz ao citar uma conversa com o jurista João Mendes Júnior (1856-1923). Além disso, dá provas da sua disposição de homem pronto ao diálogo e ao entendimento, ainda que nesse caso fosse à custa do Estado.

Sr. presidente, por um acaso, fiquei conhecendo há muitos meses esta questão do prejuízo do escultor Ettore Ximenes na elevação do monumento comemorativo da nossa Independência nas colinas do Ipiranga.

Não sei se sou indiscreto contando que, há muitos meses, talvez um ano, tenho opinião formada sobre o assunto devido à narração dos fatos que ouvi do notável paulista, da mais absoluta integridade moral, o **Dr. Ramos de Azevedo**. Ouvi na intimidade de seu gabinete e, jurando eu pela sua palavra declaro que dou o meu voto pelo projeto, não só com toda a serenidade e consciência, como também com a satisfação que nos causa concorrer para um ato de justiça.

Não se trata, sr. presidente, de dar dinheiro de presente ao escultor: trata-se de pagar as quantias que ele desprendeu no trabalho de elevar o mais belo e suntuoso monumento da América do Sul, para comemorar a data de 7 de setembro de 1822, da proclamação da nossa Independência. É uma dívida que o Estado de São Paulo tem com o maior artista vivo da Itália que, há dezenas de anos estuda os detalhes da famosa cena da proclamação do qual foi protagonista o príncipe D. Pedro.

Ao fixar Pedro Américo, na tela estupenda que existe em uma das salas do monumento do Ipiranga a cena da proclamação, teve ele no escultor Ximenes o seu mais precioso colaborador. Os cavalos e outras figuras são obras do escultor, que o pintor transportou para a tela. O gênio da escultura auxiliava o gênio da pintura.

Quando foi do concurso para o monumento, já o assunto era velho e da predileção de Ximenes que aplicou no seu trabalho tudo que a centelha divina, de que foi dotado, podia dar.

Os preços mudaram e ele perdeu tudo que possuía. Poderia talvez ter abandonado a obra em meio, mas prosseguiu com a coragem de um obstinado

e concluiu a obra prima, ficando arruinado. Foi além a sua bizzarria. Ao ver que o braço de uma das figuras do monumento estava menos perfeita, mandou incontinentemente quebrar a figura toda e fazê-la de novo, gastando mais quarenta contos. A sua alma de artista não permitia uma imperfeição, o dinheiro era questão de segunda ordem.

O nobre deputado Marrey Junior, cujo nome declino com admiração, combate o projeto encarando-o sob o ponto de vista contratual e do direito. Compreendo perfeitamente o embaraço do jurista diante da realidade dos fatos. Lembro-me bem que um dia me dizia **João Mendes Júnior** que os fatos devem ser julgados pelos leigos e não pelos juristas. Eu conheço as leis dizia-me o grande jurisconsulto, porém, quem conhece os fatos são esses que são chamados de ignorantes e podem julgar as coisas com mais exatidão.

Ao contrário dos que combatem o projeto que manda pagar ao escultor Ximenes as quantias que ele despendeu no monumento da nossa Independência, eu entendo que o povo de São Paulo, pelos seus representantes na Câmara dos Deputados, não pode querer que, baseado embora em contrato, se cometa uma iniquidade, um ato pouco digno de comemorarmos a Independência do Brasil, elevando um monumento estupendo, e depois não pagarmos a quantia despendida, pelo gênio extraordinário que o concebeu e executou. O povo de São Paulo, ao contemplar e mostrar com orgulho aos visitantes a obra prima que se eleva nas colinas do Ipiranga, não sentirá em sua consciência a vergonha de não ter pagado o trabalho porque o contrato não permitiu e desse modo arruinou e amargurou os últimos dias da velhice do grande artista que empregou o melhor de seu esforço e do seu gênio para fixar no bronze a cena da data mais cara ao nosso coração e ao nosso patriotismo.”<sup>130</sup>

Ao que tudo indica seus esforços foram plenamente recompensados naquele final de ano legislativo, pois voltou à Câmara na legislatura seguinte e, embora tenha participado de praticamente todas as sessões parlamentares daquele ano, pouco se dirigiu à tribuna. Ainda que não tenha sido possível determinar com clareza o porquê de seu silêncio, é interessante lembrar que no início de 1925, Rafael Sampaio Vidal deixara o cargo de Ministro da Fazenda e a partir de junho os irmãos Sampaio Vidal viram-se obrigados a entrar em uma difícil polêmica com o ex-presidente Epitácio Pessoa.

Talvez, para evitar o centro do furacão, apenas uma vez usou a tribuna, para tratar de assuntos locais. Ele pediu a transferência dos serviços de captação de água e encanamentos que existia nos antigos núcleos coloniais de Nova Paulicéia e Gavião

---

<sup>130</sup>.. Anais da A.L.E.S.P. 3º ano da 12ª Legislatura, 82ª ordinária em 29.12.1924. Na ocasião falaram também os deputados Marrey Júnior (contra o projeto) Azevedo Junior e Fernando Costa a favor.

Peixoto, para a Câmara Municipal de Araraquara. O projeto conjunto com o deputado Plínio de Carvalho, prefeito de Araraquara, trazia benefícios diretos à administração municipal da qual ambos eram os principais condutores.

Nas últimas sessões legislativas de 1925 enviou o Projeto nº 51 criando o distrito de paz de Lácio, com sede na povoação do Alto Cafezal, pertencente ao município e comarca de Pirajuí. Este projeto marca o início de seu envolvimento no mapeamento da região da atual cidade de Marília, onde havia pouco tempo adquirira terras iniciando mais uma etapa de sua marcha rumo ao oeste do Estado.

Também enviou ao plenário o projeto 111, em conjunto com os deputados Rafael Sampaio, Soares Hungria e Plínio de Carvalho, elevando à 4ª classe as delegacias de, Capivari, Novo Horizonte, Capão Bonito e Catanduva, cidade onde possuíam a fazenda Bela Vista. Bento de Abreu estava atento às necessidades dos distritos nos quais possuía alguma fazenda e foram essas pequenas atenções que, em parte, ajudaram-no a permanecer na cena política paulista após 1930, pois conforme disse em janeiro de 1914, “as coisas modestas muitas vezes produzem resultados inesperados.”<sup>131</sup>

No primeiro semestre de 1926, Bento de Abreu viajou para o exterior, como fez algumas vezes durante sua vida. Como os trabalhos legislativos só começavam no início de julho, deixou aviso datado de abril daquele ano comunicando que deixaria de comparecer às primeiras sessões da Câmara, “por ter seguido para o estrangeiro”.

Talvez, pelo fato de não haver estudado na Europa ou Estados Unidos como muitos de seus pares, é que Bento de Abreu fazia em seus discursos referências constantes aos países visitados, entre os quais, a Itália, a França, a Bélgica, os Estados Unidos, a Argentina e a Tchecoslováquia. Da mesma forma, ao retornar dessas viagens não deixava de trazer

informações comerciais úteis aos seus empreendimentos e comparar aqueles povos ditos "civilizados" aos brasileiros.

Viajava menos como turista que empreendedor, pois estando em visita ao estrangeiro voltava sempre seus olhos para o Brasil. Em sua volta aos trabalhos legislativos, mencionou, em plenário, a viagem à cidade de Praga, na então Tchecoslováquia, onde estivera especialmente para visitar uma exposição sobre o café, na qual um dos *stands* era patrocinado pelo Instituto de Café de São Paulo.

O evento, parte integrante dos esforços dos países produtores de café para estimular o consumo do produto na Europa, revelou as graves divergências entre o governo federal e o Estado de São Paulo quanto à orientação que se deveria dar ao assunto, pois ambos fizeram-se representar separadamente com *stands* próprios. É importante ressaltar que o consumo do café na Europa e Estados Unidos era hábito relativamente recente e se fazia necessário intensa divulgação do produto junto ao público consumidor daqueles mercados.

No mesmo ano, em seus pronunciamentos, fez considerações sobre o exercício da arte farmacêutica e dentária e a equiparação federal das escolas de Farmácia, assunto sobre os quais se pronunciou em 15 de dezembro de 1926:

Sr. Presidente, nos primitivos tempos em São Paulo, quem desejasse estudar farmácia e odontologia era obrigado a ir a Ouro Preto ou ao Rio de Janeiro, de preferência, aliás, a Ouro Preto, porque a febre amarela grassava na capital do país. Mais tarde fundou-se a escola de farmácia de São Paulo sob o regime das leis federais. Algum tempo depois, fundaram-se mais as escolas de Pindamonhangaba e de Itapetininga, cujos diplomas foram reconhecidos pelo Estado. Anos depois ainda fundaram-se as escolas de Araraquara, Jaboticabal e Ribeirão Preto, bem como outra de odontologia em Piracicaba.

O nobre deputado Sr. Castro Neves apresentou um projeto em 1922, mandando adotar em todas as escolas de farmácia o mesmo regime das escolas federais. Este projeto esteve nas comissões durante anos, e quando em 1924 as escolas de Araraquara, Jaboticabal e Ribeirão Preto pediram o reconhecimento de seus diplomas, as comissões reunidas de instrução pública e de higiene resolveram

---

<sup>131</sup> VIDAL B.A.S. Anais da Assembléia de São Paulo. p. 89.

organizar outro projeto, solucionando definitivamente a questão do ensino de farmácia e odontologia...

Há um fato, Sr. Presidente, que convém repetir algumas vezes, para que mudemos de idéia. Nós tiramos os princípios básicos da nossa Constituição dos Estados Unidos da América do Norte como é sabido. Até hoje, porém, quando aplicamos a lei do nosso regime nós a aplicamos à portuguesa e à francesa... Não compreendemos descentralização. Temos receio da Federação. Até hoje persiste nos nossos costumes esse receio da Federação.

Muita gente tem receio mesmo da autonomia conferida às Câmaras municipais e entende que ela deve ser cerceada...

Devo chamar a atenção da Câmara para a utilidade e a importância que têm todas as escolas de farmácia e odontologia na difusão do ensino no Estado de São Paulo. Entretanto, achou-se que essas escolas não deviam ser particulares, mas sim oficiais porque, dizem, o particular abusa. Nada mais injusto. Entendo que essas escolas disseminam o ensino pelas diversas regiões do Estado. O estudo de farmácia e odontologia é procurado por pessoas que não são ricas, pois, quem tem fortuna não vai estudar farmácia; esses estudam direito, medicina ou não estudam coisa alguma. Portanto, os que procuram as escolas de farmácia são aqueles que não dispõem de recursos para a permanência nesta capital.<sup>132</sup>

Como sempre procurava fazer, seus discursos começavam por apresentar breves dados históricos sobre o assunto a ser abordado. Depois, embora o tema central fossem as escolas de Farmácia, referiu-se à educação de maneira genérica, deixando transparecer as desconfianças que pairavam sobre a credibilidade das instituições de ensino particulares, acusadas de facilitarem os exames para os alunos. E como fazia em todas as ocasiões que se lhe apresentassem, aproveitou para se referir aos entraves à plena autonomia das Câmaras Municipais.

É bastante compreensível sua intransigência quanto à descentralização administrativa dos municípios, já que por longo período, como presidente da Câmara de Araraquara sentira de perto as amarras da legislação estadual e federal que impediam seu pleno funcionamento. Bento de Abreu entendia que as Câmaras municipais deveriam ter autonomia financeira para efetivarem as políticas locais e quando se tornou deputado estadual constituinte, trabalhou a favor dessa idéia.

---

<sup>132</sup> Anais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – 95ª sessão em 15.12.1926, p. 907.

Concomitantemente ao seu mandato de deputado e bastante relevante no mesmo ano de 1926 foi seu provável aval ainda que indireto à fundação do Partido Democrático. Embora as fontes não façam menção direta ao seu nome, entre os fundadores do PD encontrava-se os nomes de grandes cafeicultores, muitos deles oriundos do grupo que fundou a SRB, além de Joaquim Sampaio Vidal, um dos maiores entusiastas da nova agremiação.

A fundação do Partido Democrático pode ser considerada um dos fatos políticos mais significativos da política paulista na década de 20, já que significou o fim da coesão oligárquica em torno do PRP. O PD era a concretização de uma antiga aspiração de parcela dos perrepistas paulistas que desde os primórdios da República discordavam de determinadas atitudes consideradas autoritárias por parte de alguns próceres da cúpula partidária, sobretudo quanto à ingerência do Poder Executivo em assuntos do Legislativo.

A atitude extrema dos fundadores do PD evidenciou, entre outras, a dificuldade interna do PRP em absorver em suas fileiras as novas gerações de afiliados que reivindicavam mais espaço junto à cúpula do partido. Após algumas escaramuças, ao longo de três décadas, os descontentes finalmente romperam com o partido governista. A partir de 1926, o PRP<sup>133</sup> não abrigaria mais em suas fileiras a totalidade da oligarquia paulista passando a enfrentar, a partir de então, uma oposição formal. Historiadores como Prado (1982) e Casalecchi (1987) entendem que a fundação do novo partido marcou formalmente o início do fim da Primeira República, formalmente derrubada que quatro anos mais tarde,

---

<sup>133</sup> Antes da organização do Partido Democrático, formalmente na oposição a partir de 1926, apenas disputas menores abalaram o PRP, a maioria de vida bem efêmera. Dissidências surgiram em 1901, 1915, 1923-24 e 1927. Tensões menos importantes ocorreram em 1897, 1907 e 1910. Em 1901, 1907, 1915, 1923-24, o problema se referiu à escolha do governador; as demais se relacionaram com a política nacional. LOVE, 1982, p. 160.

com o golpe de estado de 03 de outubro de 1930, que contou com destacada participação dos democráticos paulistas.

Maria Lígia Coelho Prado (1982), no único estudo sistemático realizado sobre o PD até a presente data, fez um breve perfil biográfico dos principais organizadores do partido destacando os componentes de seu Diretório Provisório, basicamente os mesmos que permaneceram na direção do partido até sua extinção em 1933.

Entre eles, destacam-se os nomes do velho conselheiro Antônio da Silva Prado (1840-1829), Luís Barbosa da Gama Cerqueira (1865-1936), Luiz Augusto de Queiróz Aranha (1867-1928), Francisco Morato (1868-1948), Paulo de Moraes Barros (1867-1940), José Joaquim Cardoso de Melo Neto (1883-1965), Henrique de Souza Queiróz (1884-1961), Waldemar Martins Ferreira (1885-1964), José Adriano Marrey Júnior (1889-1965), Henrique Bayma (1891-1974), Prudente de Moraes Neto (1895-1961), Paulo Nogueira Filho (1898-1969), e Joaquim Sampaio Vidal (1897-1952)<sup>134</sup>, o qual, a partir da fundação do PD, passou a ser um dos protagonistas, da política paulista entre 1930 e 1932.

A maior evidência do comprometimento dos Sampaio Vidal com o PD encontra-se expressa nas listas de contribuições para angariar fundos para o partido. Segundo Maria Lígia Prado,

O Conselheiro [Antônio Prado] distinguia-se pelas altas contribuições, abrindo sempre as listas para angariar fundos. Seguiam-se, em importância as quantias doadas por **Joaquim Sampaio Vidal**, Henrique de Souza Queiróz, Cardoso de Melo Neto, Francisco Morato e Paulo de Moraes Barros <sup>135</sup>.

Na ocasião, Joaquim Sampaio Vidal era sócio de seu cunhado Cristiano Altenfelder Silva em escritório de advocacia, além de ser fazendeiro. Mas, aos 29 anos de idade, no

<sup>134</sup> *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* p. 3548-3550.

<sup>135</sup> PRADO, M.L.C. *A Democracia ilustrada*. São Paulo: FFLCH-USP, 1982., p.19 e 20.



entanto, dificilmente teria participado tão intensamente daquela grande empreitada política sem ao menos ter o beneplácito de seu pai.

Em 1927, Bento de Abreu discursou favoravelmente ao desdobramento da Secretaria de Agricultura do Estado que, até então, encontrava-se vinculada à de Comércio e Obras Públicas:

Sr. Presidente – Não posso calar o entusiasmo que tenho pelo projeto ora em debate, que desdobra a Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria da de Viação e Obras Públicas. Sem exagero, entendo que nenhum outro serviço tão importante como este prestará o atual governo ao Estado de São Paulo. É uma velha aspiração dos paulistas, sempre adiada por motivo de ocasião. Há vinte anos, o presidente Tibiriçá já pensava em realizá-la. Eu mesmo fui às vezes insistente sobre esse assunto. O saudoso presidente Carlos de Campos disse-me um dia no Parque Balneário, em Santos, que estava resolvido a fazer o desdobramento. Na última vez em que conversamos nos Campos Elíseos ainda eu insisti sobre o assunto e disse-me então Sua. Exma. que estava já com tantos serviços novos e prementes iniciados que era obrigado a não cuidar de outros. Uma longa experiência mostrou que era materialmente impossível um só secretário dirigir serviços tão grandes, importantes e variados que absorvem toda a atenção. A agricultura era quem perdia porque as outras matérias eram mais prementes

Sr. presidente – **A agricultura é a chave milagrosa que abre todas as portas.** Dela é que nos vem o dinheiro para criarmos a nossa civilização, para sanear o país, construir as nossas cidades com seus palácios e avenidas, para o ensino, para manter o nosso exército, a nossa polícia, a nossa justiça. **A agricultura é que mantém as indústrias manufatureiras, que nos custam tantos sacrifícios. O campo paga tudo,** dizia o rei Alfonso XIII, ao seu ministro da Guerra, vendo desfilar o exército de seu país.. Do campo sai o ouro para honrarmos os nossos compromissos no estrangeiro para mantermos a nossa soberania. O comércio, as indústrias prosperam se prospera a agricultura. É curioso observar nos velhos países como a França e a Itália volverem seus olhos para a cultura do campo nos momentos de crise. Ali é que existe a salvação fazendo a terra produzir mais e melhor.

São Paulo, graças ao gênio dos seus filhos e de seus governos, e principalmente ao nosso pólo de produção do café, tem visto prosperar a sua agricultura, porém, temos muito ainda o que fazer para o seu aperfeiçoamento.<sup>136</sup>

Talvez em nenhum outro pronunciamento Bento de Abreu tenha sido tão enfático em relação às suas idéias sobre a agricultura como neste. Para ele, a agricultura era “a chave milagrosa que abria todas as portas” e mantenedora “das indústrias manufatureiras que nos custam tantos sacrifícios”. Deixa transparecer a elaboração do pensamento de um

<sup>136</sup> Anais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo - 21ª sessão ordinária em 18.08.1927.

homem cujo ponto de vista baseia-se na dependência da cidade ao campo. As cidades, as indústrias e todas as suas riquezas, como bem demonstra, seriam tributárias diretas da agricultura.

Embora houvesse dividido seu domicílio, como a quase totalidade dos fazendeiros de então, entre campo e cidade, desde os tempos em que a família possuía casa e fazenda em São Carlos, não deixou de pensar como um empresário rural, pois, dizia ter “mentalidade para a agricultura”, seara da qual pouco de distanciou ao longo da vida.

Se no início do século seu pensamento estava em plena conjunção com um Brasil eminentemente agrário, na década de 1940, com o avanço do processo de urbanização, poderia até ter ficado anacrônico. Mas, pragmático, Bento soube redirecionar seus investimentos para o setor urbano, num período em que as cidades deixaram de ser tributárias do campo, social, cultural e economicamente, em processo que terminou transformando por completo a fisionomia do País.

O processo urbano em si, não teria causado tantas mazelas se tivesse sido menos veloz e concentrado em algumas poucas cidades, mas da maneira como ocorreu deu origem aos principais problemas que as principais cidades brasileiras e seus habitantes hoje em dia vivenciam. Em parte parece não ter havido sensibilidade por determinados grupos da elite dirigente no sentido de realizar uma descentralização administrativa calcada na criação de mais distritos de paz onde a população pudesse contar com os serviços básicos necessários, evitando assim o crescimento desordenado de muitas cidades. Por outro lado, as condições impróprias de trabalho nas fazendas, agravadas ainda mais pela falta de saneamento básico na maioria delas, ajudaram no êxodo rural rumo aos centros urbanos. Bento de Abreu, sempre que possível, externava sua visão acerca desses problemas, como no seguinte fragmento de discurso:

Apesar de, por mais de uma vez, ter falado nesta Assembléia, do meu entusiasmo pelas cidades do interior e pelos distritos de paz, porque servem de núcleo às populações rurais, peço que me relevem insistir nesse ponto, dirigindo-me não só a esta Casa, como a todos que se interessam pelo bem público. [...] Cuidando do conforto do interior, temos sempre presente a idéia da agricultura, que representa a fonte de nossa riqueza. Encontrando ao seu alcance tudo o que nos oferece a civilização, as populações rurais perderão a ansiedade de abandonarem os campos e virem residir nas cidades, com grande prejuízo para a agricultura. Não devemos perder de vista que a agricultura requer um cuidado constante que não se conseguiria com a ausência daqueles que a ela se dedicam.<sup>137</sup>

Posteriormente, em 1943, quando publicou o ensaio *O Café na economia brasileira*, seria bem mais enfático sobre o principal problema da agricultura em todos os tempos: “Não nos faltam terra, ainda é o homem, que nos falta, e seu trabalho”<sup>138</sup>.

Bento de Abreu não voltou a ser reeleito para o triênio 1928-1930. Não foi possível verificar quais teriam sido as causas de seu afastamento do legislativo Estadual, mas é provável que esteja ligada ao apoio que ele deu à fundação do PD. Nesse período seguiu presidindo a Câmara de Araraquara. Todavia, é provável que ele estivesse se preparando novamente para voltar a cuidar de seus negócios particulares, uma vez que, em 1925, havia adquirido glebas, com potencial valorização, na região que futuramente viria a ser conhecida como Alta Paulista. A expectativa da chegada dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, aliada ao clima e qualidade das terras começava a atrair grande número de trabalhadores para aquela região.

Tanto no legislativo araraquarense quanto na Assembléia Legislativa Bento de Abreu reportou-se a temas diversos, mas que evidenciam sua maneira de pensar as cidades, o Estado e o Brasil. A matriz desse pensamento parece vir da sociedade americana, pois

---

<sup>137</sup> VIDAL, B.A.S. *Marília – Distritos de Paz de Amadeu Amaral e Primavera*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

<sup>138</sup> VIDAL, B.A.S. *O café na economia brasileira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1943, p. 19.

Bento de Abreu entendia ser de fundamental importância conjugar forças entre sociedade e governo para a resolução de problemas tais como educação, saúde e agricultura.

### 3.2. Tempos revolucionários.

Em 1927, ano seguinte à inauguração do PD, os democráticos demonstraram força econômica ao inaugurar o *Diário Nacional*, diário que passou a se contrapor ao *Correio Paulistano*, porta-voz informal do PRP. O manifesto de lançamento da *Sociedade Anônima Diário Nacional* deu-se a 1º de junho de 1927, assinado por José Adriano Marrey Júnior, Amadeu Amaral (1875-1929), Antonio Carlos Couto de Barros (1880-1966), Vicente Rao (1892- 1978), Paulo Nogueira Filho, (1898-1969), Paulo Duarte (1899-1984) e Joaquim Sampaio Vidal. A data escolhida para o lançamento do novo periódico não poderia ser mais acertada. O jornal começou a circular em 14 de julho de 1927<sup>139</sup>, dia da instalação do ano legislativo paulista, e data comemorativa da Revolução Francesa.

Joaquim Sampaio Vidal era o superintendente e o principal acionista da empresa, cuja equipe era composta por Paulo Nogueira Filho e José Adriano Marrey Jr. como diretores; Amadeu Amaral<sup>140</sup> como redator chefe. Pedro Ferraz do Amaral (1901-1991) como secretário e Sérgio Milliet (1898-1966) o gerente. À exceção de Marrey Jr., que era deputado, os demais eram homens ligados à literatura e ao jornalismo, com destaque para Sérgio Milliet, escritor e crítico de arte.

---

<sup>139</sup> Após reuniões preparatórias no início do mês de julho, no dia 14 de julho dava-se a instalação do Congresso de São Paulo com as duas casas, Câmara e Senado estaduais reunidos. Os trabalhos legislativos estendiam-se até o final do mês de dezembro.

Em linhas gerais, os democráticos tinham como objetivo a luta contra o governo perrepeista criticando-o principalmente pelas fraudes eleitorais e pela truculência policial contra a oposição. Propunham a reforma da lei eleitoral embora não apresentassem um plano detalhado de governo.

Nelson Werneck Sodré (1999) identificou em matéria publicada no *Diário Nacional*, as boas relações entre PD e o movimento tenentista, que juntos contribuíram para dar o golpe de misericórdia no antigo regime:

A 30 de março de 1928 o Diário Nacional publicava o quadro completo dos feitos da Coluna Prestes, e, a 19 de abril, o trabalho “O pensamento político de Luís Carlos Prestes” – entrando na linha tenentista e concretizando a aproximação entre os militares rebelados contra a ordem de coisas vigentes e forças políticas civis organizadas, o que constituiria a última etapa das ações preparatórias contra a situação dominante.

O alinhamento dessas forças e a tendência oposicionista da maioria da imprensa iam reduzindo a área de influência do Governo, que continuava a repetir os velhos processos da política oligárquica, cego para as novas condições que o Brasil flagrantemente apresentava.<sup>141</sup>

Assim, ao final da década de 1920, percebe-se que a fronteira ideológica dos partidos e grupos que viriam a compor a Aliança Liberal não era empecilho para a convivência entre pensamentos tão heterogêneos face ao objetivo maior de derrubar o regime então vigente. Não muito mais tarde, tais grupos disputariam em pólos opostos o espaço político aberto com a queda do PRP. No entanto, até 1930 os democráticos, quase todos oriundos da velha oligarquia paulista percebiam nos tenentes, e até mesmo na liderança de Luís Carlos Prestes (1898-1990), pontos positivos pela comum oposição ao governo Washington Luiz.

---

<sup>140</sup>Amadeu Amaral (1875-1929). Escritor e jornalista ligado ao grupo *d'O Estado*. Faleceu de febre tifóide e para homenageá-lo Bento de Abreu propôs seu nome para um distrito de paz na região de Marília.

<sup>141</sup>SODRÉ, N. V. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 366.

Prestes não era ainda o tão temido comunista que tanto assustaria parcela da oligarquia e da classe média brasileiras, pois somente após 1930 romperia com os tenentes ao lançar manifesto declarando-se comunista. Também contribuíram para o fim da Aliança Liberal as atuações decisivas do interventor João Alberto Lins e Barros e de Miguel Costa, então chefe da Força Pública e da Legião Revolucionária. Ambos patrocinaram a estruturação do Partido da Lavoura no Estado de São Paulo, em bases nitidamente socialistas, ajudando dessa forma a acirrar os ânimos políticos no Estado.

Enquanto Joaquim Sampaio Vidal estava às voltas com a estruturação do PD e o lançamento do *Diário Nacional*, seu pai envolvia-se em articulações políticas na cidade de São Carlos, onde possuía inúmeros parentes e amigos, visando às eleições de 1928. Naquela cidade, os Arruda Botelho e os Abreu Sampaio, agora sob a liderança de Paulino Botelho de Abreu Sampaio, sobrinho de Bento de Abreu, continuavam presentes na vida política local.

As eleições de 1930 ficaram marcadas pelos embates entre o PRP e o PD. A comissão perrepista são-carlense, tentando justificar a derrota na cidade de São Carlos, enviou documento à comissão central do partido, acusando Bento de Abreu de ingerência indevida na política local, revelando ao mesmo tempo a natureza viciada do jogo político, nos parágrafos 5º, a 7º dos nove que compõem o documento:

5º O Sr. **Bento de Abreu Sampaio Vidal**, pai e sogro dos políticos democráticos que dirigem o "Diário Nacional", aqui apareceu nas vésperas das eleições, para orientar a votação "botelhistas". O procedimento desse cidadão, que não é eleitor em São Carlos e que aqui não está vinculado por interesse de espécie alguma, foi enormemente prejudicial ao PRP, porque, embora disfarçadamente, fez o jogo do Partido Democrático, substituindo, nas chapas distribuídas em nome do PRP, os candidatos deste partido, com especialidade os candidatos dr. Julio Prestes e cel. Marcolino Barreto, pelos candidatos da Aliança Liberal. Esse cidadão é o mesmo que na presidência da (Sociedade) Rural Brasileira, vive a criar embaraços ao governo na questão do café.

6º Os funcionários municipais tiveram ampla liberdade de voto a 1º de março, conforme declarações reiteradas do prefeito municipal, Paulino Botelho. Permitindo que os seus subordinados votassem em quem muito bem entendessem, o prefeito de São Carlos revelou o seu completo desinteresse pela sorte do pleito, fato que é muito sintomático.

7º O Dr. Serafim Vieira, vereador e chefe "botelhistas", pai do político democrático e revolucionário Dr. Clóvis Botelho Vieira, ajudou às escâncaras, a votação aliancista, não trepidando em fazer a "camouflage" da sua atitude, assinando no boletim de apresentação das candidaturas nacionais.<sup>142</sup>

O documento permite algumas interessantes constatações. Confirma o apoio de Bento de Abreu ao PD local; demonstra, incidentalmente, a força que os Botelho de Abreu Sampaio continuavam tendo, duas décadas após a morte do conde do Pinhal e de seus irmãos e cunhado naquela cidade; além de, deixar uma declarada *mea culpa* em relação a um dos males do sistema eleitoral vigente, ao criticarem as atitudes do prefeito municipal Paulino Botelho, o qual teria permitido liberdade de voto aos seus subordinados.

As acusações dos perrepistas são-carlenses a Bento de Abreu e a expressiva participação acionária de Joaquim Sampaio Vidal no *Diário Nacional* são fatos que lançam luz sobre a posição política dos Sampaio Vidal no campo político paulista, entre a fundação do PD e a Revolução Constitucionalista de 1932. Entende-se assim porque Bento de Abreu fez publicar o *Almanack de São Carlos – Ano 1928*, com estrutura organizacional similar ao *Álbum de Araraquara*, embora bem menos luxuoso. O prefácio foi escrito pelo próprio Bento de Abreu e dedicado ao amigo José Ferraz Camargo:

Venho confirmar o que tive ocasião de lhe dizer pessoalmente: São Carlos precisa ter o seu *Almanack* anual e o amigo deve encarregar-se deste trabalho, não tanto pelo lucro que possa dar e é justo que dê, como pelo serviço que presta de divulgação das coisas locais. Uma cidade não é como um indivíduo que pode alheiar-se de todos e viver no seu canto, desconhecido e ignorado. Para mover o seu comércio, sua indústria, os seus negócios, para ter a consideração da política, dos governos, para obter o dinheiro necessário ao movimento de sua vida, para comprar e vender é preciso que cada dia, a cidade afirme a sua existência, chame

<sup>142</sup> BARRIGUELLI, J. C. *O pensamento político da classe dominante paulista 1873-1928*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea; UFSCar, 1986, p.112.



para si a atenção do mundo, faça- divulgação se conhecida, admirada, receba a visita de pessoas de toda a parte que venha conhecê-la.<sup>143</sup>

Após estruturar-se, o primeiro grande teste do PD deu-se nas eleições de 1930. Os democráticos decidiram não lançar candidato próprio à presidência da República preferindo aliar-se aos gaúchos do Partido Libertador e com o Partido Republicano Mineiro, liderado por Antônio Carlos de Andrada (1870-1946), inconformados todos com a atitude autoritária de Washington Luís (1870-1957) de impor a chapa composta pelos governadores de São Paulo e Bahia, Júlio Prestes (1882-1946)-Vital Soares (1874-1933), sem respeitar o rodízio com o PRM.

O descontentamento geral, aliado à nova crise pela qual começava a passar a cafeicultura, levou à formação de uma ampla frente oposicionista, a Aliança Liberal, que apesar dos apoios recebidos, terminou derrotada pela chapa governista. Mas entre a data da eleição e a da data da posse de Júlio Prestes, João Pessoa (1878 - 1930), governador da Paraíba e vice na chapa derrotada, foi assassinado.

O assassinato de João Pessoa serviu de estopim para uma rearticulação política em torno de Getúlio Vargas (1882 - 1954), ex-ministro da Fazenda e então governador do Rio Grande do Sul, cujo desenrolar dos fatos levou-o a liderar os rebelados até a deposição do presidente Washington Luiz, a apenas poucos dias do término de seu mandato.

Vitoriosa a Revolução, não tardaram a aparecer diferenças no seio da Aliança Liberal. A situação política paulista complicou-se rapidamente quando Getúlio Vargas não indicou para o cargo de Interventor do Estado nenhum nome ligado ao PD, optando nomear para o cargo o coronel João Alberto Lins e Barros (1899-1955). Num primeiro momento os

---

<sup>143</sup> *Almanack de São Carlos*, 1928.

democráticos, mesmo preteridos por Vargas, mostraram-se dispostos a cooperar com o governo federal e aceitaram compor o secretariado do interventor João Alberto. Mas após efêmera participação de quarenta dias, deixaram o governo, rumando, aos poucos, à oposição, por não se conformarem com a política adotada pelo interventor federal.

Em 1929, Bento de Abreu havia sido eleito presidente da Sociedade Rural Brasileira, de onde acompanhou os acontecimentos políticos que acabou desencadeando a Revolução de 1930. Como presidente da Rural acompanhou também a crise econômica ocorrida naquele ano, cujo símbolo foi o *crash* da bolsa de Nova York que abalou os alicerces da cafeicultura paulista.

Um dia antes do assassinato de João Pessoa, a vida familiar dos Sampaio Vidal foi abalada pelo falecimento de Maria Izabel, em 26 de julho de 1930, após padecer de “insidiosa moléstia”. A morte da esposa e a condução dos negócios espalhados pelo interior do Estado, sobretudo os novos empreendimentos urbanos em Marília, são indícios da discreta participação de Bento de Abreu na vida política paulista durante aquele ano.

No ano seguinte, o campo político paulista sofreu alterações visíveis em relação ao ano anterior. PD e PRP, adversários da véspera, começaram a ensaiar uma aliança, logo efetivada, contra o que qualificavam de ‘governo estrangeiro’ em São Paulo, ao mesmo tempo em que cobravam a efetivação das promessas eleitorais aliancistas de convocação de eleições para uma Assembléia Nacional constituinte.

Foi sob o quadro de indefinição política e grave crise econômica que se realizou em junho de 1931, na Capital paulista, a Conferência Internacional do Café, patrocinada pela Sociedade Rural Brasileira. Estiveram representados além do Brasil, país sede do encontro, Paraguai, Equador, Colômbia, Venezuela, Panamá, El Salvador, Guatemala, México, Estados Unidos, Holanda, e Inglaterra,

Ao final da Conferência produziu-se um documento propondo a realização de um acordo comercial entre os países produtores de café numa tentativa de impedir a queda dos preços do produto no mercado internacional. Os países participantes acordaram também em criar no ano seguinte o *Bureau Internacional do Café*, que se encarregaria de coordenar globalmente a política em torno do produto. A referida Conferência acabou servindo de palco para críticas ao governo federal pelo que os cafeicultores denominavam de abandono da defesa do mercado do café e da agricultura em geral, carentes de créditos para o custeio das safras, pois conforme já se dizia na época, sem crédito não há agricultura.

Enquanto isso, a situação política no Estado permanecia crítica após a queda de três interventores federais sucessivos: João Alberto, Laudo Ferreira de Camargo (1881-1963) e Manuel Rabelo (1878-1945), os quais não conseguiram acalmar os acirrados ânimos entre os políticos paulistas de um lado, e a Força Pública e a Legião Revolucionária de outro, estas com indiscreto apoio do governo central.

Getúlio Vargas, então, após as insistentes demonstrações de descontentamento de democráticos e perrepistas com Manuel Rabelo optou nomear o ex-embaixador Pedro Manuel de Toledo (1860-1935) para governar o Estado. Oriundo de tradicional família paulista e sobrinho de Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Outro Preto, chefe do último gabinete do Império, Pedro de Toledo havia sido ministro da Agricultura Indústria e Comércio no governo de Hermes da Fonseca; fora embaixador do Brasil, na Itália (1914-1917), na Espanha (1917-1919) e na Argentina (1919-1926), e encontrava-se afastado da vida pública desde que fora exonerado pelo presidente Arthur Bernardes.

Em janeiro de 1932 a Liga de Defesa Paulista promoveu um grande comício exigindo a volta dos paulistas ao comando do governo estadual e o PD finalmente rompeu com o governo federal. Mas a indicação do ex-embaixador Pedro de Toledo, cuja biografia

demonstrava discreta participação nos últimos episódios da política paulista, pode ser vista como uma tentativa do governo federal de evitar um confronto aberto com os políticos paulistas.

Pedro de Toledo tomou posse em 07 de março de 1932 e optou por um secretariado que conciliasse os interesses da elite paulista sem melindrar ao governo federal, mas sua atitude não foi suficiente para arrefecer os ânimos. Diante do agravamento da crise, em maio de 1932, Getúlio Vargas enviou seu ministro Osvaldo Aranha (1894-1960), a São Paulo, para dialogar com as forças políticas locais, mas a presença do ministro, ao invés de acalmar, esquentou ainda mais os ânimos. Osvaldo Aranha precisou retirar-se para a Villa Kyrial, casa de seu sobrinho, o ex-senador José de Freitas Valle, enquanto dois jornais eram empastelados, a população protestava nas ruas e no mesmo dia tombavam os quatro rapazes do MMDC.

Sentindo-se pressionado e diante dos distúrbios de rua que se avolumavam, Pedro de Toledo aceitou compor novo secretariado com membros da Frente Única Paulista, resultado da união de democráticos e setores menos ortodoxos do PRP, pelos quais foi aclamado governador do Estado de São Paulo em 10 de julho de 1932.

Entre os novos secretários nomeados encontrava-se Joaquim Sampaio Vidal, indicado ao cargo de Diretor do Departamento de Administração Municipal <sup>144</sup>, órgão encarregado de supervisionar as administrações municipais do interior do Estado.

Após a derrota paulista, acompanhado de quarenta e oito oficiais do Exército, três oficiais da Polícia de São Paulo e cinquenta e dois civis, em novembro de 1932, Joaquim Sampaio Vidal foi enviado para o exílio na Europa, onde viveria durante quase um ano.

Anos depois, ao defender na Assembléia de São Paulo a escolha do nome de Álvaro de Carvalho para batizar um distrito de paz na região de Garça, Bento de Abreu relembrou o episódio da partida de Joaquim rumo ao exílio:

Sempre conheci duas qualidades em Álvaro de Carvalho. Ainda agora, o deputado federal Joaquim Sampaio Vidal, que foi quem pediu que o seu nome fosse dado à nossa povoação, narrou-me que, em caminho do exílio, a bordo do Pedro I, ele (Álvaro de Carvalho) mostrava-se apreensivo quanto ao seu fim próximo, pois conhecia a moléstia que afetava a sua corda sensível que era o coração. Na véspera da partida, durante o dia, uma lancha passou ao redor do vapor conduzindo os seus netos. Abraçando a Joaquim Sampaio Vidal, comovido disse: “É uma imprudência, eu não posso suportar estas emoções”. No dia seguinte, já em alto mar dizia: “Foi boa a vinda dos meus netos na lancha, pois, pude vê-los pela última vez.”

Estive no Rio nessa ocasião a ver a partida dos exilados, entre os quais ia o meu filho. (...). De longe, ainda gritei saudando-os e eles sacudiram as mãos.

Foi um requinte de maldade do chefe de polícia, impedir que os exilados paulistas se despedissem das suas famílias.<sup>145</sup>

Em 11 de janeiro de 1933, o presidente Vargas<sup>146]</sup> deixou anotado em seu diário: “Assinei o decreto de reforma do Ministério da Agricultura e nomeei os novos diretores gerais.” E a seguir anota: “O Dr. Bento Vidal deu-me notícias muito tranqüilizadoras sobre a situação de São Paulo e a atuação do general Valdomiro”<sup>147</sup>

Entre os assuntos tratados na audiência com o presidente no Catete, certamente esteve em pauta uma provável anistia a Joaquim Sampaio Vidal, pois o astuto presidente Vargas não decretou uma anistia geral aos paulistas, preferindo, bem ao seu estilo, estudar

---

<sup>144</sup> Compunham o novo secretariado: Armando de Salles Oliveira – Fazenda, Waldemar Ferreira – Justiça, Rodrigues Alves Sobrinho – Educação, Francisco da Cunha Junqueira – Agricultura, Fonseca Telles – Viação, Goffredo Telles – prefeito da Capital.

<sup>145</sup> VIDAL, B.A.S. Discurso sobre o *Dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937, p.24,25 e 26.

<sup>146</sup> VARGAS, G. *Diário*/ apresentação Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p.108.

<sup>147</sup> O general Valdomiro Castilho de Lima (1873-1938) foi interventor federal em São Paulo e governou o Estado de 06.10.1932 a 27.07.1933.

caso a caso, separadamente e ao sabor dos acontecimentos. Paulo Duarte, um dos exilados na ocasião, deixou interessante comentário a esse respeito:

O Joaquim (Sampaio Vidal) encontra-se em Lausanne e o Paulito (Paulo Nogueira Batista) em Valmont. Ambos estão satisfeitos e felizes. Eu também, mas com um pouco de fome atrasada.

Do Joaquim já vieram várias cartas. Uma delas resposta à comunicação que lhe fiz por telegrama de que pode voltar para o Brasil. O ditador concedeu a graça a vários exilados que solicitaram permissão para isso. Será que o Joaquim o fez? Duvido, mas tudo pode acontecer. Para mim, se houve pedido, este foi feito pelo pai dele e não por ele. Não há o que não haja como diz o Monteiro Lobato. Assim mesmo, na primeira carta Joaquim está pessimista com o Brasil.<sup>148</sup>

Joaquim Sampaio Vidal regressou ao país em meados de 1933 e retomou sua carreira política, elegendo-se deputado federal por São Paulo (1935-1937) ao mesmo tempo em que se engajava na estruturação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), projeto de Armando de Salles Oliveira, do qual foi um dos diretores. Tornou-se conselheiro da Bolsa de Mercadorias e foi escolhido para ocupar a Cadeira nº 17 da Academia de Ciências Econômicas de São Paulo. Voltou a eleger-se deputado federal Constituinte em 1946. Ao falecer precocemente em 1952 foi sepultado no Mausoléu dos Constitucionalistas, sob o Obelisco do Ibirapuera.

Passada a turbulência da Revolução de 1932, começaram os entendimentos para se convocar de uma Assembléia Nacional constituinte e após dez meses de ocupação militar, o governo federal nomeou Armando de Salles Oliveira como sétimo interventor do Estado, cargo que exerceu de 21 de agosto de 1933 a 11 de abril de 1935.

Engenheiro formado pela Escola Politécnica e um político liberal, Armando de Salles Oliveira (1887-1945) que era cunhado de Júlio de Mesquita Filho, e ligado

---

<sup>148</sup> DUARTE, P. Memórias – a inteligência da fome. São Paulo: Hucitec, 1975, p. 118.

politicamente ao grupo d' *O Estado*, apesar da oposição inicial dos Mesquista, mostrou-se politicamente hábil ao conseguir pacificar a política paulista ao mesmo tempo em que procurava manter um bom diálogo com as lideranças federais.

De acordo com as disposições transitórias da Carta de 1934, foram marcadas eleições para a Câmara e para as assembleias estaduais, eleitas em 14 de outubro de 1934 e instaladas em 08 de abril de 1935. Nesse ínterim, foi fundado, em 24 de fevereiro de 1934, o Partido Constitucionalista, sob a liderança de Armando de Salles Oliveira para apoiar sua candidatura ao governo do Estado.

Ao lado dos genros Cristiano Altenfelder Silva, deputado classista, e Leonel Benevides de Rezende, Bento de Abreu elegeu-se deputado estadual constituinte pelo PC, demonstrando assim vitalidade política obtida como presidente da SRB e com apoio dos distritos de paz no interior de São Paulo.

Concluídos os trabalhos constituintes estaduais, no qual Bento de Abreu destacou-se pela defesa da autonomia municipal, o interventor Armando de Salles Oliveira foi eleito governador do Estado, cargo que manteria até 29 de dezembro de 1936. Seu pautou-se por uma política desenvolvimentista que priorizava obras de saneamento básico, captação de água e a educação, cujo destaque foi a instalação de parques infantis em várias cidades do interior paulista além da fundação da Universidade de São Paulo, em 1934.

Em todas as visitas que fez às principais cidades paulistas Salles Oliveira fez discursos exaltando a grandeza de São Paulo, deixando sempre claro sua opção política pelo liberalismo. Procurava dessa forma, apagar a má imagem deixada pelos ex-interventores federais, ao mesmo tempo em que visava recompor a antiga teia política paulista abalada pelos desentendimentos entre democráticos e perrepistas nos anos anteriores.

Pela leitura de seus discursos, percebe-se que o governador tinha como norma agradecer a acolhida recebida, mas não citava nominalmente as lideranças locais, na intenção de não melindrar os brios políticos da oposição. Em visita a Araraquara quebrou a regra, referindo-se nominalmente a Bento de Abreu, a quem dirigiu caloroso agradecimento:

Desejo salientar, entre os que são credores da minha gratidão, o meu velho amigo **Bento Sampaio Vidal**, tão intimamente ligado à história e ao progresso de Araraquara que o seu amor a esta terra já constitui nele uma segunda natureza. É um grande agricultor, um enérgico defensor das reivindicações de sua classe e um homem dotado de alto espírito público. Ninguém é mais capaz do que ele de sufocar os seus próprios impulsos e de renunciar às idéias, que defende com tenaz convicção, desde que, para levá-lo a transigir, se apele para os seus sentimentos de homem público. É um paulista à moda antiga, desses que só ao trabalho pedem o consolo para as inquietações, para os desenganos e para os reveses.<sup>149</sup>

Durante o Armando de Salles Oliveira, Bento de Abreu procurou visitar suas bases eleitorais para conclamar os seus eleitores a votarem em Armando e no PC nas próximas eleições presidenciais que se aproximavam, pois via com simpatia uma administração que apresentava projetos sociais e culturais que incluíam em seu horizonte investimento nas cidades do interior.

Acreditando em sua candidatura à presidência da República em eleições que se realizariam em 1937, Armando de Salles Oliveira renunciou ao governo do Estado em 29 de dezembro de 1936. Para seu lugar, a Assembléia Legislativa elegeu José Joaquim Cardoso de Mello Neto que assumiu o cargo em 05 de janeiro de 1937. Entretanto, em 10 de novembro do mesmo ano ocorreu o golpe que instituiu o Estado Novo e Armando de Salles ao lado de Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte, Paulo Nogueira Filho estavam entre os poucos exilados.



Os tempos já eram outros e Getúlio Vargas havia consolidado sua liderança e lograra dividir a elite política paulista. O interventor Cardoso de Mello Neto chamou o presidente da SRB, Bento de Abreu para assumir a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, em 21 de dezembro de 1937. O novo secretário contava 64 anos de idade.

À primeira vista parece tratar-se de um paradoxo, pois Bento de Abreu aceitava participar de um governo discricionário contra o qual seu filho havia lutado na Revolução de 1932 pagando com o exílio o preço pela derrota. Desta feita Vargas enviava para o exílio o ex-governador paulista de quem fora tão próximo. Por outro lado, presidindo a SRB desde 1933, seu nome reunia as condições necessárias para o cargo e aos 64 anos de idade, Bento de Abreu talvez tenha conseguido realizar o sonho de finalmente dirigir a agricultura paulista coroando assim toda uma vida dedicada aos negócios agrícolas. Sonho efêmero, entretanto, visto que quatro meses depois deixava o governo junto ao interventor J. J. Cardoso de Mello Neto em abril de 1938.

A partir do início da década de 1940, Bento de Abreu vai, aos poucos, passando as responsabilidades de seus negócios aos filhos e genros. Joaquim Sampaio Vidal, ao presidir a SRB no biênio 1943-44, e Cristiano Altenfelder Silva passam a se destacar na vida pública paulista.

Em 09 de maio de 1943 Bento de Abreu deu entrevista ao *Correio de São Carlos*, na qual fala sobre o momento político em que vivia sua terra natal mostrando-se ainda a par das lutas políticas locais. Na mesma entrevista referiu-se com orgulho por ter sido o fundador de Marília:

---

<sup>149</sup> OLIVEIRA, A. de S. *Escritos Políticos*. São Paulo: Arx, 2002, p. 275.

A nossa cidade é, sem dúvida, uma das jóias do Estado de São Paulo. Entretanto, algumas pessoas estranham que a sua fama não esteja à altura do que valem a cidade e o município. A razão foram as lutas políticas um veneno que dá prejuízos materiais e morais, muito maiores do que se julga. O progresso assombroso de Marília, a cidade que fundei, sem igual no mundo, é devido ao cuidado que tive de evitar lutas políticas, mesmo com sacrifício meu. Sempre o amor é que dá vida e o ódio destrói.<sup>150</sup>

O final da Segunda Guerra Mundial trouxe ventos democráticos que ajudaram a derrubar o Estado Novo. O Brasil redemocratizava-se e as forças políticas reorganizaram-se. Em 17 de junho de 1945 foi fundado o Partido Social Democrático, PSD que abrigava em suas fileiras ex-interventores federais, além de representantes da burguesia urbana e proprietários rurais ao qual aderiu Bento de Abreu pelo qual voltou à vida pública, sendo eleito novamente deputado estadual constituinte, comprovando-se a solidez de seu nome junto ao eleitorado paulista. Promulgada a Constituição Federal, em 18 de setembro de 1946, começaram nos estados a elaboração das constituintes estaduais encerradas no ano seguinte. Escolheu-se a simbólica data de 09 de julho para a promulgação da Constituinte paulista e durante os trabalhos realizados Bento de Abreu, defendeu as mesmas bandeiras que o ajudaram a manter-se na política estadual.

---

<sup>150</sup> VIDAL, apud TRUZZI, 2000, p. 108.

### **3.3 Marília: a musa de Bento de Abreu.**

A cidade de Marília<sup>151</sup> é hoje um dos principais centros econômicos do Oeste do Estado de São Paulo, contando com um parque industrial voltado ao setor alimentício, além de sediar diversos cursos superiores em várias áreas do conhecimento, destacando-se regionalmente, sobretudo como cidade universitária. Conta com uma população de cerca de 220.000 habitantes, segundo o censo de 2002 do IBGE, e sua história está diretamente ligada ao avanço da cultura do café rumo às últimas fronteiras agrícolas do Estado de São Paulo.

Ainda que a historiografia local venha discutindo, nos últimos anos, com mais profundidade a respeito da origem da cidade e o papel histórico dos principais personagens que se envolveram na fundação do município, é impossível negar a importância política de Bento de Abreu na História da cidade desde os seus primórdios até meados da década de 1940.

A História da região pode ser acompanhada a partir de 1905 quando o então presidente do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá (1855-1928), através da Secretaria da Agricultura, determinou que a Comissão Geológica e Geográfica paulista procedesse ao reconhecimento dos vales dos rios Peixe e Feio, áreas até então inexploradas pelo homem branco. O intuito da expedição era fazer o reconhecimento dos espigões Peixe-Feio, uma

vez que, os trilhos das Companhias de Estradas de Ferro, Sorocabana, ao Sul, e Noroeste, ao Norte da região, avançavam rapidamente rumo ao sertão paulista. Na ocasião, o Secretário de Agricultura do Estado era Carlos Botelho (1866-1959), filho do conde do Pinhal, nomeou uma comissão composta por engenheiros, botânicos e médicos para a execução da difícil tarefa de mapear as terras daqueles vales, uma vez que a região era desconhecida.

Em 1913, o governo do Estado determinou ao coronel Francisco Ferraz de Salles a abertura de um picadão de 147 km ligando Presidente Pena, hoje Cafelândia, na região noroeste a Platina, localidade para onde deveriam se dirigir os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. O coronel que também era engenheiro, percebendo a qualidade do solo, ‘recomendou’ a Cincinato Braga a aquisição de terras naquele local. Braga, menos fazendeiro que advogado e intelectual, prontamente acatou o conselho do coronel Salles e para garantir a posse de suas terras, enviou ao local o major João Rodrigues de Oliveira Simões para nelas plantar 10.000 pés de café, prevenindo-se assim contra possíveis grileiros. O major teria ali chegado em 1915, pouco tempo permanecendo no local, pois, em 1919, Antônio Pereira da Silva, considerado por parte da historiografia local como o fundador de Marília, diz ter chegado àquelas terras e encontrado os cafezais já abandonados.

Antônio Pereira da Silva, natural de Aveiro, era um corretor de terras que havia se estabelecido na região Noroeste do Estado. Conheceu o coronel Ferraz de Salles, e através dele, encarregou-se de substituir o major Oliveira Simões na administração das terras de Cincinato Braga, para onde se mudou com seu filho em 1919.

---

<sup>151</sup> Município criado pela Lei 2320 de 24.12.1928 e instalado em 04.04.1929.

Ao saber das intenções da Companhia Pecuária e Agrícola dos Campos Novos, propriedade do senador Rodolfo Miranda (1862-1941), um dos principais caciques do PRP, de lotear as terras que faziam divisa com fazenda Cincinatina, Pereira da Silva enviou seu filho para reconhecer melhor o local. Este retornou com a notícia de que encontrara o marco que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro havia colocado, em 1916, indicando que por ali deveriam passar os trilhos de suas composições ferroviárias.

Pereira da Silva, então, concentrou seus esforços em adquirir as terras vizinhas à fazenda Cincinatina e assim o fez. Para tanto, constituiu a Empresa Agrícola e Territorial de Alto Cafezal e, em fins de 1923, a pedido seu, o engenheiro Frederico Schmidt traçou as ruas do patrimônio. Em 1924 mandou erguer a capela em homenagem a Santo Antônio, no local onde hoje se encontra a igreja matriz e doou terras para a abertura de um cemitério.

Segundo Agostinelli Pereira:

O Alto Cafezal [...] consistia-se num empreendimento imobiliário que visava, além de propiciar lucro imediato aos seus promotores, prover as necessidades materiais, burocráticas e espirituais da população que se estabelecia na frente pioneira, servindo ao mesmo tempo como fator de atração aos compradores de lotes rurais.<sup>152</sup>

No ano seguinte ao da marcação das terras e início das vendas dos lotes do Alto Cafezal, a vizinha Fazenda Cincinatina, com extensão de 21 km pelo espigão Peixe - Feio, foi vendida ao então deputado estadual Bento de Abreu. Portanto, quando Bento de Abreu acompanhado de filhos e genros, adquiriu a Fazenda Cincinatina, já havia um patrimônio estabelecido naquele local.

---

<sup>152</sup> PEREIRA, V.A. *Formação política de Marília: Terra e poder na frente pioneira paulista (1924-1937)*. Assis, UNESP, 1990, p. 50-51.

Pouco antes de comprar a Cincinatina Bento de Abreu comprara terras onde hoje se encontram os municípios de Álvaro de Carvalho e Garça e conforme havia se proposto fazer desde que iniciara sua marcha rumo ao oeste, dividiu-as em fazendas.

Era chegada a vez dos filhos mais moços serem contemplados. Ao filho Clóvis (1908-1983),<sup>153</sup> bacharel em Direito, coube a fazenda Nova Alpes, próxima a Garça. A Paulo (1902-1999), também bacharel em Direito, o pai destinou a fazenda Santa Maria, e Joaquim Sampaio Vidal comprou a Marialva.

Em Marília não fez diferente. A fazenda Santa Antonieta coube a Maria Antonieta. Às filhas, Helena (1916-1946) falecida precocemente aos 30 anos, e Olga (1912-1999), casada com Oswaldo Passos de Andrade (1913-1999) coube a fazenda Cascata. A fazenda Santa Helena tornou-se propriedade de Maria Izabel (1907-1987) casada com o advogado Paulo Pinto de Carvalho (1903-1968). Coube a Bento Filho a fazenda São Paulo localizada no distrito de Padre Nóbrega, e a Palmital ficou com o próprio Bento de Abreu.

Grande fazendeiro, conhecedor dos terrenos propícios para o desenvolvimento da cafeicultura, Bento de Abreu chegou à região com *savoir faire* necessário para tirar o máximo de lucro da recém adquirida propriedade. Ao contrário de seu vizinho Antônio Pereira da Silva, cuja principal atividade era negociar terras, Bento de Abreu possuía um vasto *curriculum*, pois além de cafeicultor, sócio de uma Casa Comissária de café em Santos, banqueiro, presidente da Câmara Municipal de Araraquara e acionista da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, tinha uma inquestionável visão empresarial a julgar pelas preocupações em bem nomear e divulgar os projetos aos quais se dedicava.

---

<sup>153</sup> MACHADO Jr. A. M. *Centro Acadêmico XI de Agosto. Faculdade de Direito de São Paulo - Relação dos Bacharéis*. São Paulo: MAGEART, 2001 - 2º volume.

Muita gente entende não ter importância a denominação de uma vila ou cidade. Certamente, só o nome não lhes assegura a prosperidade e a grandeza. Entretanto, o nome de alta significação é um grande elemento a seu favor. Além da sonoridade que, como versa o poeta, faz o nosso encanto, a sua significação, se é alta e brilhante, como que torna os habitantes responsáveis pela continuação através dos tempos, dessas tradições gloriosas. Quando o habitante de Araraquara lembra que o nome de sua cidade quer dizer “morada do dia” ou o habitante de Marília lembra que o nome de sua cidade significa o primeiro poema de amor em língua portuguesa, como a grande e fecunda e honesta paixão humana e as suas relações com a vida e, ao mesmo tempo, recorda as lutas, até o sacrifício, pelas nossas liberdades, sem dúvida alguma eles sentem elevar-se o seu pensamento das intrigas de arraial e têm coragem para as lutas pelo bem da coletividade.<sup>154</sup>

Determinado a recriar as mesmas condições urbanas dos tempos de Santa Lúcia, entendeu que seria mais viável criar um novo distrito em suas próprias terras, passando a trabalhar, junto ao Congresso de São Paulo, para a aprovação do projeto de Lei n° 51 visando implantar o distrito de paz de Lácio.

Anos mais tarde Bento de Abreu demonstrava sentir um grande orgulho ao referir-se à fundação da cidade de Marília, evidenciado pela maneira romântica como gostava de contar o episódio da escolha do nome da cidade, conforme se pode verificar pela conversa que tivera com Adolfo Augusto Pinto, chefe do Escritório Central da *Companhia Paulista de Estradas de Ferro*. A conversa girou em torno da escolha do nome da estação que deveria existir ao lado do já denominado Alto Cafezal, o qual teria que ser começar pela letra “L” devido à imposição da Companhia Paulista que resolvera nomear alfabeticamente as estações do novo ramal que se iniciava em Piratininga.<sup>155</sup> São palavras do próprio Bento de Abreu:

O Dr. Adolfo Pinto lembrou Lepanto, Loanda e Lácio, e eu escolhi Lácio porque pareceu-me falar ao nosso coração pela origem da língua e da raça. Com esse nome apresentei ao Congresso do Estado o projeto de criação do Distrito de Paz.

<sup>154</sup> VIDAL, B.A.S. Discurso sobre Dr. Manoel Bueno de Andrada na ALESP em 13.05.1937.

<sup>155</sup> As novas estações eram: Presidente Alves, Brasília, Cabralia, Duartina, Esmeralda, Fernão, Gália, Jafa, Kentúkia, etc....

Tal projeto ficou adiado para o ano seguinte e a Companhia Paulista resolveu fazer outra estação antes, de tal maneira que Lácio ficou sendo o nome dessa e faltava escolher o nome para a seguinte que deveria começar por “M”. O Dr Adolfo Pinto propôs Marathona, Macau e Mogúncia. Achei todos eles feios, e como havia tempo, foi adiada a escolha. Partindo para a Europa, lembro-me bem que, uma tarde de sol, antes do estreito de Gibraltar, procurei um livro na biblioteca do “Giulio Cesare” e o primeiro que li foi o de “Marília de Dirceu”, o famoso poema de Thomaz Antônio Gonzaga. No mesmo momento lembrei-me que seria Marília, o nome da nova cidade, pois nenhum outro começado por “M” seria tão sonante e tão nosso. De bordo mesmo escrevi uma carta ao Dr. Adolfo Pinto, que em minha volta aplaudiu entusiasticamente a minha idéia.<sup>156</sup>

Bento de Abreu conhecia os canais políticos adequados de que dispunha junto ao governo do Estado para impulsionar o desenvolvimento de um novo distrito, e se este estivesse situado em suas terras, possibilitar-lhe-ia maior agilidade em todo o processo.

Nesse sentido, a criação do distrito de paz de Marília, foi uma decisão política de suma importância, para que Bento de Abreu tivesse sob suas rédeas ao menos parte do poder político local. De acordo com Paulo Corrêa de Lara (1989):

Bento de Abreu Sampaio Vidal inicia seu loteamento para uma grande cidade. Ele não é marinho de primeira viagem. Tem prática do assunto. Assim, projeta para o Patrimônio, não só a igreja de seu padroeiro São Bento, cuja planta foi encomendada a J. Wash Rodrigues<sup>157</sup>, constrói-a as suas expensas como reserva terrenos gratuitos para outros credos religiosos. Destina local para uma grande Santa Casa. Vai buscar na fazenda Itaquerê, na Araraquarense, um médico recém-formado, o Dr. Carlos de Moraes Barros, neto do presidente Prudente de Moraes, a fim de dirigi-la. Sabendo do valor da imprensa, vai a Dourado e de lá trás o seu amigo e correligionário Alfredo Augusto de Araújo, ex-prefeito daquela cidade. Encomenda-lhe o jornal e desde logo constrói o prédio para as oficinas do “Correio de Marília”, cujo primeiro número sai em 1º de maio de 1928.<sup>158</sup>

Para que não houvesse problemas com o desenvolvimento da região, Bento de Abreu mostrou-se perspicaz ao compor politicamente com o grupo de Rodolfo Miranda. A

<sup>156</sup> LARA, 1991, op. cit. p. 19.

<sup>157</sup> José Wash Rodrigues (1891-1957), um dos artistas mais fecundos da primeira metade do século XX, é autor de uma extensa obra, cujo ápice deu-se quando fez uma série de aquarelas retratando São Paulo, por ocasião do IV Centenário da fundação da cidade, em 1954.

<sup>158</sup> LARA, P. C. *Marília sua terra sua gente*. Marília: Iguatemy, 1989. p. 20.



Companhia Agrícola dos Campos Novos já havia avançado além do Alto Cafezal e esperava igual prosseguimento dos trilhos da Companhia Paulista em direção a Pompéia. Assim, o maior exemplo da aliança estratégica entre Bento de Abreu e a Companhia Agrícola, foram os esforços conjuntos para eliminar obstáculos ao avanço ferroviário, pois uma estação cabeça de linha trazia vantagens econômicas adicionais para a cidade que a sediava, devido à concentração de mercadorias que passava a receber das localidades vizinhas não servidas pela ferroviária.

A aliança entre os dois grupos pode ser ratificada verificando-se a composição da primeira Câmara eleita em Marília, que contava com a presença de Paulo, filho de Bento de Abreu e Luiz Rodolfo Miranda (1882-1954), filho do proprietário da Companhia Campos Novos, como representantes de seus pais. Tal atitude teve grande significado num primeiro momento uma vez que rugas políticas entre grupos rivais inviabilizaram o desenvolvimento de vários povoados nascentes em todo o Estado.

Desse modo, utilizando-se de sua força política, Bento de Abreu solenemente ignorou o Alto Cafezal e tudo fez para impulsionar o desenvolvimento de seu próprio patrimônio, estabelecido justamente ao lado do povoado já existente. Ele investiu em infraestrutura e em recursos humanos, recrutando profissionais liberais em diversas áreas, que para lá se dirigiram, dispostos a trabalhar com ele. Para demarcar as terras do novo patrimônio contratou o engenheiro Dr. Durval de Menezes. Ao mesmo tempo, dobrou esforços para trazer o mais rapidamente possível até suas propriedades os trilhos da *Companhia Paulista de Estradas de Ferro* que ali chegaram em 1928.

Bento de Abreu pode não ter sido o primeiro a chegar àquelas terras, mas o núcleo urbano, por ele batizado, não poderia ter tido melhor ‘padrinho’ pois, sem seu impulso, aquele nascente núcleo urbano certamente não teria se desenvolvido de forma tão rápida.

Sob sua tutela, em curto espaço de tempo, Marília apresentou vertiginoso crescimento. Instalado no mesmo ano do *crash* da bolsa de Nova Iorque, o Município parece ter conseguido viabilizar-se sem maiores entraves políticos ou econômicos.

A aguda crise pela qual passou a cafeicultura paulista castigou duramente os cafeicultores em geral e não foi diferente o que ocorreu com Bento de Abreu, que teve suas finanças abaladas. Entretanto, não sendo ele um simples agricultor, mas um dos grandes comissários que atuavam na Bolsa de Café de Santos, além de possuir um sólido patrimônio imobiliário, pôde enfrentar com mais facilidade a *débâcle* que vitimou boa parte de seus pares.

Somente diante da evidência da crise de 1929 é que se pode entender o porquê das iniciativas que tomou, com tanta rapidez, para dotar o município dos melhoramentos necessários para seu desenvolvimento inicial. Era preciso evitar o naufrágio dos investimentos que fizera na região, pois a cafeicultura já não se mostrava tão rentável como tempos atrás e isso, para alguém entranhado nos meandros dos negócios, parecia bastante previsível.

Ainda que se possa argumentar que o rápido desenvolvimento de Marília foi fruto menos de fatos concretos do que de uma intensa e bem elaborada propaganda, o certo é que a cidade projetou-se no cenário estadual como pólo regional de desenvolvimento econômico. Para lá seguiram migrantes de várias partes do Estado de São Paulo, de Minas Gerais e até da Bahia, além de imigrantes oriundos de vários países, principalmente japoneses, sírio-libaneses, espanhóis e italianos.

A rapidez com que Bento de Abreu procurou instalar o cartório, sem nem mesmo possuir prédio próprio, no improvisado Hotel Brasil, localizado no Patrimônio Alto Cafezal, o qual até então havia solenemente ignorado, atesta a urgência para viabilizar o

empreendimento urbano. Se a agricultura não possibilitava mais os ganhos obtidos até então, passava a ser de capital importância assegurar o rendimento através da valorização das terras.

Geraldo Balestriero (1984) fornece parâmetros que dão idéia da rapidez do crescimento da cidade naquele período:

O crescimento urbano era vertiginoso. O patrimônio de Marília, que em janeiro de 1928 tinha apenas 14 construções, passou a ter 686 em dezembro do mesmo ano. E o ritmo continuaria intenso sob o comando do algodão. Até então, tudo fora feito em função da cafeicultura. Mas a cotonicultura garantiria a manutenção do ritmo de acelerada urbanização.<sup>159</sup>

Tão ou mais difícil que a abertura de uma fazenda em pleno coração do sertão, era construir uma cidade, o que impunha aos pioneiros uma série infindável de problemas a serem resolvidos. Além de dotar a nova cidade de todos os serviços urbanos básicos necessários, havia uma série de obstáculos naturais a serem vencidos pelo homem que, ao adentrar e derrubar a densa vegetação do sertão defrontava-se com incontáveis moléstias decorrentes do desmatamento indiscriminado.

O Dr. Carlos de Moraes Barros, irmão de Paulo de Moraes Barros e primo de Prudente de Moraes Neto, ambos netos do ex-presidente Prudente de Moraes, é exemplo de como o nome de Bento de Abreu era conhecido e respeitado em todo o interior, pois através da indicação de Cristiano Altenfelder Silva, deixou Itaquerê, onde trabalhava e aceitou o convite de ambos para dirigir a futura Santa Casa de Misericórdia de Marília, cuja construção já estava nos planos de Bento de Abreu. Em seu depoimento, o médico relembra aqueles fatos:

---

<sup>159</sup> BALESTRIERO, G. E. *Capital da alta paulista: Uma história do município de Marília*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1984 (Dissertação de Mestrado), p. 55.

Ele (Bento de Abreu) pediu que limpasse o nome feio que a cidade tinha no sertão, de foco de tifo, de foco de doenças infecciosas, porque todos os doentes eram taxados como tal, e enquanto não montava laboratório na cidade, devia mandar para o local mais perto, ou Piratininga ou Bauru, no caso, para exames, para mostrar que não havia na cidade, senão maleita. Fazendo exames de sangue verificamos que os casos de tifo e de outras doenças infecciosas eram pura maleita.<sup>160</sup>

As palavras do Dr. Carlos de Moraes Barros ajudam a explicar porque Bento de Abreu defendia com tanto vigor a criação de escolas de Farmácia e outros estabelecimentos de ensino ligados à área de saúde no interior do Estado. Para ele, era fundamental contar com o indispensável auxílio de profissionais de todas as áreas do conhecimento, tais como médicos, farmacêuticos e advogados para auxiliá-lo na condução dos distritos de paz que procurava criar perto dos locais onde possuía propriedades agrícolas.

Toda uma estratégia política era necessária para viabilizar a implantação de um distrito de paz em local tão adverso em pleno sertão. Urgia dotar Marília das condições mínimas necessárias para atrair mão de obra especializada para o novo núcleo urbano. O esforço empreendido, entretanto, de nada valeria se não conservasse em suas mãos ao menos parcela de poder político.

O trem chegou a Marília em 1º de julho de 1928, em estação localizada, conforme o previsto, em propriedade pertencente a Bento de Abreu. Foi por isso certamente que o portão principal da estação ferroviária ficou de costas para o antigo patrimônio do Alto Cafezal, de frente para o largo, ao lado da praça da igreja de São Bento, cuja porta principal também está localizada na face norte, ou seja, de costas para o Alto Cafezal. A disposição

---

<sup>160</sup> PEREIRA, V. A. *Formação política de Marília: terra e poder na frente pioneira paulista (1924-1937)*. Assis: UNESP, 1990 (Dissertação de Mestrado), p. 75.

em que se encontrava a estação ferroviária de Marília, desativada na década de 1990, deu à cidade uma feição diferente da maioria das cidades do interior do Estado.

Assim, Marília não possui uma praça central com igreja, jardim e coreto. O que há são duas igrejas com suas respectivas praças, uma em cada vertente da atual Avenida Sampaio Vidal que desliza sobre todo o espigão central que corta a cidade, e que foi aberta exatamente na divisa dos dois antigos patrimônios. Quem chegasse a Marília por via férrea, ao sair da estação ferroviária deveria contorná-la, sair pelas ruas Paraná ou Nove de Julho para seguir ao centro da cidade.

Pode-se dizer que houve uma relação simbiótica entre o desenvolvimento inicial de Marília e a carreira política de Bento de Abreu na década de 1930. Talvez se possa creditar ao episódio do desenvolvimento acelerado do município parte da sobrevivência política de Bento de Abreu após a Revolução de 1930. O outro fator que o ajudou a permanecer na política estadual deve-se à sua atuação como presidente da SRB, mas essa é uma outra história.

Marília abriu para ele novas perspectivas políticas, pois, agregada às antigas bases existentes em Araraquara, São Carlos e na região noroeste do Estado, ampliou suas chances eleitorais. Por outro lado, pode-se dizer que sua atuação decisiva doando terrenos para diversos prédios públicos e privados, além de lotear parte de suas terras ajudou a impulsionar o desenvolvimento do município naquele período.

### 3.4. A cerimônia do adeus.

Em 24 de abril de 1948, Joaquim Sampaio Vidal expressou, em carta enviada ao amigo Aureliano Leite (1886-1976) a preocupação com o delicado estado de saúde de seu pai:

Encontrei meu pai doente de novo, com a mesma moléstia que se repetiu: infecção na bexiga, proveniente da próstata e grande retenção de urina. Por isso fiquei retido, por ser um caso sério e vou continuar por aqui sem poder me arredar, pois ele deve ser operado na 4ª ou 5ª feira que vem, isto é, dia 28 ou 29. Marcos está melhor, porém muito enfraquecido.  
Abraços do velho amigo.  
Joaquim<sup>161</sup>

Menos de um mês depois, em 15 de maio de 1948, falecia Bento de Abreu Sampaio Vidal. No dia seguinte, o *Diário Popular* publicava o necrológico no qual consta um breve resumo de sua carreira política ao longo de quarenta anos de vida pública:

Faleceu neste Sábado nesta capital o Sr. Bento de Abreu Sampaio Vidal<sup>162</sup> deputado à Assembléia Legislativa do Estado. O extinto que era membro da comissão executiva do PSD paulista, foi um dos fundadores da Sociedade Rural Brasileira. Foi ainda presidente da Câmara Municipal de Araraquara, fundador da cidade de Marília e deputado em 1925. Em todas as suas atividades foi sempre um defensor da lavoura. Conhecedor de todos os problemas agrícolas e agricultor desde moço, constituiu-se um batalhador incansável na luta pelo desbravamento das terras. Nascido em Campinas em 17 de agosto de 1872 era filho do Sr. Joaquim José Botelho de Abreu e de Maria das Dores Sampaio Vidal e viúvo de D. Maria Isabel Botelho de Abreu Sampaio Vidal. O enterro realizou-se ontem às 17 horas, tendo saído o féretro da residência da família á avenida Brigadeiro Luiz

---

<sup>161</sup> Instituto Histórico Geográfico de São Paulo. Arquivo Aureliano Leite, pasta 207- 221.

<sup>162</sup> O atestado de óbito de Bento de Abreu foi firmado pelo Dr. Alípio Corrêa Netto (1897-1988), reitor da USP, informando como causa da morte hipertrofia da próstata, choque periférico.

Antônio, 1934, para o cemitério da Consolação com grande acompanhamento. À beira da sepultura discursou o deputado Sales Filho que rendeu derradeira homenagem ao ilustre extinto em nome da Assembléia Legislativa.<sup>163</sup>

O cortejo saiu da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 1934, seguiu para o cemitério da Consolação e o sepultamento deu-se em um discreto túmulo todo em mármore preto, onde se encontrava sepultada Maria Izabel e a alguns metros do túmulo de seu irmão Rafael. Esse cemitério pode ser visto como uma versão menor do famoso *Père Lachaise* de Paris, tão numerosos são os vultos oriundos da elite econômica, política e cultural da Primeira República que lá estão sepultados; desde o ex-presidente Campos Sales; os ex-presidentes do Estado, Bernardino de Campos, Carlos de Campos e Albuquerque Lins (1852-1926); o ex-prefeito de São Paulo, Conselheiro Antônio Prado; até expoentes da vida cultural e econômica brasileira como Monteiro Lobato (1882-1948), Mário de Andrade (1893-1945), Tarsila do Amaral (1886-1973) e o conde Francisco Matarazzo (1854-1937).

Fundado em 1858, com uma área de 76.340m<sup>2</sup>, em terras doadas por Domitila de Castro Canto e Melo (1797-1867), a Marquesa de Santos, o cemitério conta com aproximadamente 300 obras de artes de artistas como Victor Brecheret (1894-1955) e Bruno Giorgi (1905-1993), entre outros. Ali repousaram durante anos os restos mortais de Bento de Abreu, até ser trasladado para a Basílica de São Bento, em Marília, onde se encontram desde 2002.

A 17 de maio, a Assembléia Legislativa de São Paulo realizou uma sessão extraordinária em homenagem à sua memória. Além de uma sucinta biografia do homenageado, o documento posteriormente publicado traz todos os pronunciamentos efetuados pelos deputados presentes àquela sessão. A comoção pela morte do velho

---

<sup>163</sup> *Diário Popular*, “O sepultamento do Sr. Bento de Abreu Sampaio Vidal”, 17.05.48.

deputado irmanou os representantes dos diversos partidos que compunham aquela legislatura e como freqüentemente acontece nesses casos, vários deputados discursaram em sua homenagem.

A Comissão de Estatística da Assembléia Legislativa sugeriu como forma de homenagem a designação de seu nome a um dos municípios "a serem criados pela próxima lei quinquenal de Divisão Territorial, Administrativa e Judiciária do Estado, como uma comovida e perene homenagem a uma exemplar existência à qual muito deve o interior do Estado de São Paulo". A proposta justificava a abreviação do nome do falecido,

Os signatários julgam-se no dever de esclarecer a vossa excelência que o nome BENTO DE ABREU, ao invés de Bento de Abreu Sampaio Vidal, foi preferido atendendo às seguintes circunstâncias:

1.º porque, por força do artigo 3º da Lei Orgânica dos Municípios, são vedados topônimos compostos de mais de três palavras;

2º porque, no Estado de São Paulo, como homenagem a outro grande paulista, Rafael Sampaio Vidal, já falecido, já existe uma estação com o nome de Sampaio Vidal;

3º porque, o homenageado, segundo é de conhecimento de todos, era mais conhecido, principalmente nos meios rurais e políticos, simplesmente por BENTO DE ABREU.

Sala de sessões, 17 de maio de 1948. <sup>164</sup>

Os discursos destacaram as principais características pessoais do homenageado assim como os principais empreendimentos realizados por ele no interior paulista. O primeiro a falar foi o deputado udenista Sebastião Carneiro da Silva (1892-1953) que iniciou destacando a freqüência com que o falecido ocupava a tribuna para trazer àquela Casa, com elegância e convicção sua experiência como homem público. E acrescentava:

Tangido pela sua vocação política prestou notáveis serviços à propaganda republicana no início de sua vida pública ao lado de Prudente de Moraes e Paulino Carlos. Através da imprensa e da tribuna bateu-se denodadamente pela implantação da República. Foi um digno continuador de uma raça forte e deixa em vários Municípios de São Paulo, traços marcantes de sua atuação; e ainda a

<sup>164</sup> Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP. Excertos dos trabalhos da 44ª sessão ordinária em homenagem à memória do deputado Bento de Abreu Sampaio Vidal. O requerimento é assinado por: Antônio Sylvio Cunha Bueno, Castro Carvalho, Joviano Alvim, Porphyrio da Paz e Vicente Paula Lima.



esteira de sua afanosa vida de homem público, uma folha de serviços inesquecíveis, prestados especialmente aos Municípios de São Carlos e Araraquara, onde foi presidente da Câmara Municipal, Pirajuí e Guariba, culminando com a fundação de Marília a qual, - para me servir da expressão de um seu panegirista publicada na conceituada Folha que é o "Diário de São Paulo" - o seu gênio empreendedor soube transmitir o impulso inicial que a transformou numa das mais belas e prósperas cidades de São Paulo.

Concluía dizendo que Bento de Abreu “dedicou-se à defesa intransigente dos direitos, dos interesses e das prerrogativas da lavoura e dos lavradores. Raro era o dia em que não escrevia e não remetia aos colegas, trabalhos interessantes, defendendo ardorosamente os paulistas que se dedicam ao amanho da terra e que em grande parte fizeram a grandeza de São Paulo.”<sup>165</sup>

Seguiram-se as palavras do deputado Auro de Moura Andrade (1915-1982), pecuarista e seu colega de partido:

(...) foi capaz de manter serenidade plena, mesmo quando ao redor todos a tinham perdido; acreditou em si próprio, e, enérgico e sereno, desculpou todo aquele que não soube crer; soube sempre esperar, mesmo quando esta espera parecia infinita e desesperadora! Quantas vezes perdeu e de ânimo forte retornou simplesmente ao começo de tudo! Os revezes jamais lhe abateram a fé; o triunfo jamais lhe empolgou a vaidade! O sertão o seduzia; a terra o conclamava. E ele, bandeirante moderno e magnífico, destruía sertões e plantava cidades! Era um índio de alma crucificada, pois tinha a rigidez civilizada do europeu. Havia nele o sentido da Pátria e o seu espírito estava dominado pelo destino da terra, pelo destino dos rios, que correm sulcando e rasgando o solo fecundo; pelo destino das serras, no topo das quais o horizonte se alarga e a vista se perde.<sup>166</sup>

Para o deputado pessepista Salomão Jorge (?-1991), Bento de Abreu “era um bandeirante, um desbravador de florestas, um plantador de cidades, um general da liberdade, filho amantíssimo desta pátria generosa, rica e liberal!” E seguia:

---

<sup>165</sup> ALESP. Excertos dos trabalhos da 44ª sessão ordinária em homenagem à memória do deputado Bento de Abreu Sampaio Vidal, p.13-4.

<sup>166</sup> Idem, p.17-8.

Lembro-me muito bem que, muitas vezes, em nossos trabalhos parlamentares, varávamos a noite; eu sentia-me fatigado, extenuado, mas quando contemplava aquele ancião, com aqueles olhos bons e sonhadores, aquela têmpera inquebrantável, quando o contemplava, madrugada alta, o sol raiando, dentro desta Assembléia, eu recebia uma lição de energia, uma lição de trabalho, uma lição de confiança nos destinos da Pátria imortal!

Também ressaltava o empenho na área da saúde:

Ele foi realmente um plantador de cidades, mas também foi um homem bom, um homem de coração aberto a todos os empreendimentos e a todas as iniciativas. Fundou pelo seu estado, que é nosso orgulho, que é o exemplo, que é uma afirmação da vontade inteligente, inúmeras casas de caridade. Instituiu a Gota de Leite, foi, enfim, um verdadeiro bandeirante, um bandeirante a Braz Cubas, um bandeirante a Amador Bueno, um bandeirante a Fernão Dias Paes Leme. Mas, Senhor Presidente, Bento de Abreu Sampaio Vidal, era também um amante das coisas belas, um amante da quimera, da miragem e do sonho! Quantas vezes, no intervalo de nossas sessões, pedia-me para declamar alguns versos, sendo que ele declamava outros, revelando a sua alma profundamente emotiva.<sup>167</sup>

O trabalhista José Porphyrio da Paz (1903-1983) destacou, em discurso permeado por metáforas, a face empreendedora e as características pessoais do homenageado:

Como bandeirante, não podia deixar de fazer, da floresta, o santuário magnífico das suas realizações, o santuário magnífico onde, naquela terra boa, fecunda, ele derramou tantas vezes, o seu suor. Sim, bandeirante "sui generis", "**double**" de **caboclo e de "gentleman"** - raramente em um brasileiro, a gente pode enxergar, todas essas características interessantes; era o cabloco do sertão mas também, em grandes viagens pelos países mais civilizados foi abeberar-se nas fontes mais puras do progresso e das ciências..Bento de Abreu morreu. Tomba qual o jequitibá gigantesco da floresta, qual o jequitibá. Porém, do seu cerne magnífico foram tantos os galhos rijos e fortes, tão bertos, tão fraternalmente abertos que Bento de Abreu Sampaio Vidal fez engrandecer não só o seu lar, não só os seus filhos, como cidades de São Paulo, vilas e vilarejos onde, em cada canto, hoje se chora a sua morte e a sua existência, embora longa e fecunda tenha sido cortada pela mão onipotente de Deus.<sup>168</sup>

Os pronunciamentos dos deputados ressaltam, de um lado, sua imagem como um homem dinâmico, destemido e empreendedor. De outro, salientam a figura de um homem

---

<sup>167</sup> Ibidem, p. 20-1 e 24.

<sup>168</sup> Id, p. 33-5.

culto e prospectivo. Também ressaltam um ser que reunia em sua pessoa as tradições do povo interiorano e a cultura e postura de um refinado e educado homem ocidental. Imagens muito bem condensadas na expressão do deputado trabalhista: “um *doublé* de caboclo e *gentleman*”. Tais imagens, sem dúvida, fornecem pistas acerca dos caminhos trilhados por Bento de Abreu, tanto nas ações empreendidas no Oeste Paulista - então em processo de colonização -, quanto em suas atividades políticas. Estas não raras vezes serviram de ponte entre a política local e as esferas estadual e federal de poder, ao longo de considerável período, marcado por significativas transformações políticas e econômicas.

Ao fazer o necrológio de Luiz Aranha e citando as próprias palavras do falecido, o deputado Antonio Feliciano lembrava que “quando falamos sobre os mortos, devemos ter a sobriedade nas palavras e a segurança no juízo porque a morte tem o prestígio das coisas definitivas, onde nada mais há de seguir, corrigir, acrescentar ou melhorar”.<sup>169</sup>.

Trata-se, evidentemente de assertiva correta, se pensamos no ser em si que nada mais poderá realizar, mas equivocada se pensarmos na memória por ele deixada. Essa já não lhe pertence e sim ao domínio da História que com o tempo o lapidará ou irá maculá-lo conforme o sabor dos acontecimentos vindouros. Em um momento como o que se vive em nosso país, quando a educação e as exportações de produtos oriundos do hoje denominado agronegócio são prioridades em discursos políticos de todos os matizes ideológicos, adquire significação especial, determinadas iniciativas de Bento de Abreu, nos campos da educação e da agricultura. Tivesse ele falecido tempos depois certamente seria menos lembrado como pioneiro que fomentador do ensino ou agroexportador. Na ocasião de seu falecimento, entretanto, ainda estavam nítidas na memória de seus companheiros, as

---

<sup>169</sup> Anais da ALESP, 22 de julho de 1930 – Necrológio de Luiz Aranha.

imagens concernentes principalmente ao seu pioneirismo no interior do Estado de São Paulo.

Pierre Monbeig (1984), estudando detalhadamente o grupo dos pioneiros que tomou o rumo do Oeste paulista, do qual participou ativamente Bento de Abreu, diz “tratar-se de uma classe de grandes fazendeiros, que ao mesmo tempo dirigia importantes sociedades bancárias e ferroviárias, bem como era detentora de postos na administração pública”. Ainda segundo Monbeig, “dessa classe emergiram personalidades extremamente notáveis, cujo valor individual, entretanto, exprimia, com maior força, as características comuns a todos eles. Sua obra consolidou por muito tempo, a grande burguesia paulista”.<sup>170</sup>

Além das homenagens mencionadas, a notícia do falecimento do ilustre deputado foi tema do necrológio assinado por José Pedro Leite Cordeiro<sup>171</sup>, publicado pela *Revista do IHGSP*, do qual Bento de Abreu era sócio. As palavras de Leite Cordeiro confirmam a imagem recorrentemente aplicada aos políticos e membros da elite paulista:

No dia 15 de maio, surpreendeu-nos a notícia da morte de Bento de Abreu Sampaio Vidal em que positivamente se encarnava o espírito de algum bandeirante dos séculos XVI e XVII. Certamente, se ele tivesse nascido na época de Raposo Tavares ou na de Fernão Dias Pais, enfileirar-se-ia entre os célebres calções de couro que deram fama a São Paulo e vastidão territorial ao Brasil. Viveu no século XIX, e em parte do século XX, mas, atônitos os contemporâneos assistiram a reprodução das façanhas bandeirantes. Assim como nas estradas palmilhadas pelas bandeiras iam surgindo as cidades de Minas Gerais, de Goiás, de Mato Grosso, do Paraná e do próprio São Paulo; assim também nasceram cidades atrás das pegadas de Bento de Abreu. Marília é exemplo. Sua ação benfazeja não se limitou, porém, apenas à fundação de cidades, porque ele deixou benemerências em todos os lugares por onde passou. Deve-lhe muito Araraquara, a ostentar hoje os atestados materiais e espirituais do seu progresso.<sup>172</sup>

<sup>170</sup> MONBEIG, P.. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 139.

<sup>171</sup> José Pedro Leite Cordeiro (1914-1986), presidente do IHGSP por cinco gestões e membro da Academia Paulista de Letras.

<sup>172</sup> *Revista IHGSP*, vol. XLVIII, p. 305, 1949.

Às homenagens da Assembléia Legislativa e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, somam-se as da cidade de São Paulo<sup>173</sup>, onde ele foi homenageado com a indicação de seu nome para uma rua no distrito da Lapa e dos municípios de Araraquara<sup>174</sup> e Marília<sup>175</sup>. Tais homenagens prestadas a Bento de Abreu e também, em seu tempo, a seu irmão Rafael de Abreu Sampaio Vidal, abrem a possibilidade de se enxergar certo paralelismo entre as vidas públicas dos dois irmãos. No Arquivo Histórico Municipal, a ficha curricular que tradicionalmente acompanha e explica o porquê da homenagem a este ou aquele homem público, existem dois logradouros paulistanos homenageando o Dr. Sampaio Vidal: uma Praça na Vila Formosa<sup>176</sup> e uma Rua em Pinheiros.<sup>177</sup>

Nos últimos anos, com o aumento do interesse pela História da cidade de São Paulo, os vários livros que foram publicados sobre a toponímia do município continuam, no entanto, trazendo a informação de que a Rua Sampaio Vidal seria uma homenagem a Bento de Abreu Sampaio Vidal. Entretanto quando da publicação da Lei 4682, assinada pelo prefeito William Salém, há um parágrafo único onde consta "Da placa denominativa constará a inscrição; **"Ministro da República"**. A não colocação da placa comemorativa resultou no equívoco que persistia até hoje.

---

<sup>173</sup> A rua denominada **Bento de Abreu** situa-se no bairro da Lapa, região Oeste da cidade. Não foi possível determinar qual o autor da lei que instituiu o nome nem em que ano se deu essa homenagem.

<sup>174</sup> Em Araraquara onde exerceu o cargo de presidente da Câmara Municipal, o nome de Bento de Abreu foi designado a uma avenida anteriormente denominada Santana. No mesmo local encontra-se uma estátua de corpo inteiro que anteriormente estava junto ao Clube Araraquarense.

<sup>175</sup> Em Marília, onde Bento de Abreu já fora homenageado com a atribuição de seu nome à principal avenida da cidade, ergueu-se uma estátua de corpo inteiro inaugurada em 21 de agosto de 1962 em frente ao prédio da prefeitura Municipal. O estádio municipal local também foi batizado com seu nome. Em 17 de agosto de 2002 os restos mortais de Bento de Abreu e de sua esposa foram trasladados do cemitério da Consolação, em São Paulo, para a cripta da Basílica de São Bento, em Marília, onde jazem atualmente.

<sup>176</sup> Decreto 2.762, de 16 de dezembro de 1954, designando a Praça Doutor Sampaio Vidal. Esta se localiza entre a Rua Padre Julio Chevalier e a Avenida Dr. Eduardo Cotching, no bairro Vila Formosa, distrito do Tatuapé - 28º subdistrito - setor 55 - antiga Praça Carvalho de Aguiar.

<sup>177</sup> Através da Lei nº 4.682, de 18 de maio de 1955: "SAMPAIO VIDAL - (rua) -- C -- Rua Joaquim Antunes - T - Rua Iguatemi, incluindo o trecho oficial -- Fica paralela à avenida Rebouças -- B -- Vila Cerqueira César

As homenagens prestadas a Bento de Abreu não foram exceção, numa Primeira República pródiga em homenagens aos seus eminentes vultos. É do conhecimento geral que logo após a proclamação da República, os principais logradouros de muitas cidades do país tiveram suas denominações alteradas, quando, da noite para o dia, os republicanos varreram do cotidiano os nomes que homenageavam a realeza decaída. Na cidade de São Paulo, por exemplo, nomes como os de Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva substituíram o de ruas anteriormente denominadas da Princesa e do Príncipe respectivamente. E assim continuaram procedendo durante todo o período em que a oligarquia cafeeira paulista comandou com mão de ferro os destinos do Estado de São Paulo.

Embora os casarões e palácios dos tempos áureos do café não tenham resistido à sanha imobiliária que devastou a paulicéia de então, afastando do centro da cidade as principais famílias da elite política e econômica paulista, permaneceram nos logradouros as homenagens aos personagens daquele período por todo o centro velho de São Paulo.

As homenagens prestadas aos irmãos Bento e Rafael de Abreu Sampaio Vidal inserem-se nessa dinâmica e tradição, confirmando desta forma o reconhecimento de seus nomes como pares da oligarquia paulista. No jogo das homenagens e denominações toponímicas encontramos um poderoso e silencioso elemento de dominação da classe dirigente de plantão que tenta, desta forma, evidenciar seu poder sobre os demais setores da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bento de Abreu foi um autêntico integrante da oligarquia cafeeira paulista que governou o Estado de São Paulo desde a Proclamação da República até o golpe de estado que instituiu o Estado Novo em 1937. Recebeu uma educação formal condizente com a situação econômica de sua família, ao frequentar o prestigioso colégio Culto à Ciência, em Campinas, embora não tenha terminado os estudos secundários.

Tal fato, ao contrário do que se poderia supor, serviu-lhe de estímulo e lhe propiciou novas perspectivas de vida uma vez que, ao ser escolhido pelo pai para auxiliá-lo na condução dos negócios familiares, aprendeu a negociar.

Através dos laços matrimoniais uniu-se a Maria Izabel de Arruda Botelho, filha de um dos mais poderosos clãs do interior paulista, seguindo nesse quesito os mesmos passos de seu pai o primeiro a casar-se com uma Arruda Botelho. O casamento entre elementos das famílias que compunham a elite econômica paulista, agregou ganhos reais e simbólicos à vida pessoal de Bento de Abreu dentro do quadro oligárquico paulista.

A falência do Banco União de São Carlos, que a princípio fez desmoronar quaisquer planos que pudesse ter para iniciar uma vida pública em São Carlos levou-o a buscar novos rumos no vizinho município de Araraquara, quando para lá se mudou após comprar a fazenda Alpes onde passou a residir e a dedicar-se à cafeicultura.

Após viabilizar a fundação do distrito de Santa Lúcia, iniciou formalmente sua vida pública elegendo-se vereador em Araraquara, cidade à qual esteve ligado politicamente durante vinte e dois anos, destacando-se pelos diversos empreendimentos urbanos aos quais deixou seu nome associado, cujas realizações mais visíveis foram a construção do Teatro municipal local e a fundação da Escola de Farmácia e Odontologia.

Entre 1916 e 1922, deixou formalmente a política dedicando-se às propriedades agrícolas que abria no oeste do Estado de São Paulo. Os negócios ligados à cafeicultura levaram-no a participar da fundação da Sociedade Rural Brasileira, em 1919, entidade à qual esteve estreitamente ligado durante toda a sua existência, e que muito o ajudou a divulgar seu nome entre os cafeicultores brasileiros.

A partir de meados da década de 1920 elegeu-se deputado, mas, somente após o declínio político de seu irmão Rafael Sampaio Vidal ganhou espaço político próprio no cenário estadual, aproveitando-se, em parte, do capital político deixado pelo irmão. Os projetos de lei que apresentou ao longo dos anos no Congresso de São Paulo, ajudaram-no a divulgar seu nome como benfeitor dos vários distritos no interior do Estado onde possuía propriedades agrícolas, ampliando assim suas bases eleitorais.

Pertencente à geração de 1870, jamais conseguiu espaço político no PRP, pautando sua ação política inicialmente em Araraquara e região. Foi certamente por isso que em 1926, contribuiu indiretamente para a fundação do PD, ao lado de outros grandes cafeicultores, ao lado dos quais havia ajudado a fundar a Sociedade Rural Brasileira.

As bases eleitorais estabelecidas nos distritos e municípios nos quais possuía propriedades agrícolas e o sucesso com os empreendimentos urbanos em Marília, ao mesmo tempo em que presidiu a SRB, permitiram-lhe sobreviver politicamente aos ventos



revolucionários do início da década de 30 quando ocorreu o ocaso político da maioria dos grandes líderes da Primeira República

O binômio SRB-Marília, projetou Bento de Abreu no cenário político paulista e o ajudou a simbolicamente incorporar o Sampaio Vidal ao seu nome no momento em que obteve as mais expressivas vitórias eleitorais elegendo-se à Constituinte paulista de 1935, ocupando o cargo de Secretário de Agricultura do Estado e terminando seus dias politicamente ativo após participar da Constituinte estadual de 1947.

## FONTES

ALMANACH Anuário de São Carlos (1928). CAMARGO J.F. de, org., São Carlos. Arquivo da Biblioteca da Sociedade Rural Brasileira

*Almanack-Álbum de São Carlos 1916-1917*. Organizado por Franklin de Castro. São Carlos, Typ. Artística, 1917

Anais da Assembléia Legislativa do Estado se encontram no Arquivo do Estado em São Paulo. Volumes referentes aos anos em que Bento de Abreu foi deputado Estadual – 1924-1925-1926-1927- 1934 –1935 –1936- 1937 – 1946- 1947 1948.

Anais da Assembléia Legislativa do Estado contendo Discursos de Rafael Sampaio Vidal, anos, 1910, 1911, 1912 encontram-se no Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo.

Arquivo “Aureliano Leite” no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Atas das sessões da Câmara Municipal de Araraquara 1908-1914 e 1923-1929 encontram-se no Arquivo Histórico Municipal Rodolpho Telarolli, em Araraquara.

Cartas de Joaquim de Abreu Sampaio Vidal encontram-se no Arquivo Aureliano Leite (não sistematizado) no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Certidão de casamento Joaquim José de Abreu Sampaio e Maria das Dores Sampaio encontra-se no Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Campinas

Declaração de não parentesco entre Bento de Abreu e Maria Izabel de Oliveira Botelho encontra-se na Fundação Pró- Memória de São Carlos

Discursos de Bento de Abreu Sampaio Vidal publicados em 1947 pela *Revista dos Tribunais*, em 5 volumes, que se encontram na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo.

FRANÇA, A. *Álbum de Araraquara*. Araraquara: João Silveira Ed., 1915.

Livro de Leis e Decretos Municipais de 1955 encontram-se no Arquivo Municipal Washington Luís.

Livro de cadastro de óbitos da Necrópole São Paulo, em São Paulo.

Livro de cadastro de óbitos do Cemitério Municipal do Araçá em São Paulo.

Livro de cadastro de óbitos até 1938 do Cemitério Municipal da Consolação em São Paulo.

Livro de cadastro de óbitos do Cemitério Municipal de Araraquara.

Livro de cadastro de óbitos do Cemitério Municipal de São Carlos.

Necrológio de Rafael Sampaio Vidal encontra-se nos Fundos "Iolamá Brito" e "João Caetano Monteiro Filho" no Centro de Memória da UNICAMP.

*O CAFÉ - Estatísticas de Produção e Exportação 1915*. Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo - Diretoria de Indústria e Comércio, 1915.

PEREIRA, A. C.. *Folha Dobrada I – Documento e História do povo paulista – 1932*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1982.

*Revista Comércio e Indústria de São Paulo*, ano I, nº 2 e 4, 1915.

*Revista do IHGSP* vol. XLVIII

VIDAL, B.A.S. *Agricultura; viticultura discurso pronunciado na ALESP, em 27.12.1936*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937.

VIDAL, B.A.S.. *D Emília de Paiva Meira, Antônio Manoel Bueno de Andrada, Dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho, Marquês de São Vicente: discursos*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1937.

VIDAL, B.A.S. *O café na economia brasileira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1943.

VIDAL, B.A.S. *O caso do banco de São Carlos: 1902, exumado pelos amigos do Sr. Epitácio Pessoa, ex-presidente da República para agredir ao Dr Sampaio Vidal, ex-ministro da Fazenda*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1925.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ALVES, O. R. *Os homens que governaram São Paulo*. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1986.
- ARTIAGA, J. de. *Figuras da 1ª República*. Lisboa: Minerva, 1955.
- BACELLI, R. *A presença da Companhia City em São Paulo e a implantação do primeiro bairro jardim, 1915-1940*, São Paulo: FFLCH-USP, 1982 (Dissertação de Mestrado).
- BALESTREIRO, G. E. *Capital da alta paulista: Uma história do município de Marília*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1984 (Dissertação de Mestrado).
- BAPTISTA, M R. B.. *Rio Claro, as pedras da cidade*. São Paulo: FFLCH-USP, 1994.
- BARRIGUELLI, J. C. *O pensamento político da classe dominante paulista 1873-1928*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea; UFSCar, 1986.
- BATTISTONI FILHO, D. *Aspectos culturais da História de Campinas*. Campinas: Mousinho, 1983.
- BEAUVOIR, S. *Balanço Final*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- BOURDIEU, P. *Razões Práticas - Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- BURGUIÈRE, A. *Dicionário de Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BUSETTO, Á. *Economia e poder local. Marília de 1946 a 1964*. Assis: FCL-UNESP, 1991, (Dissertação de Mestrado).
- CAMPOS, R. D. de. *A “Princesa do Sertão” na modernidade republicana*. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto, Secretaria Municipal de Cultura, 2004.
- CARONE, E. *A Primeira República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. (2 vol.)
- CASALECCHI, J. E. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARVALHO, A.G. *Ensaios biográficos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1951.

CARVALHO, R.M. O centenário de Francisco Nardy Filho, *Revista do IHGSP*. v. LXXVI, 1980.

CAVALHEIRO, E. *Biografia e biógrafos*. Curitiba: Guaíra, 1943

CLEMENCEAU, G. *Notes de Voyage dans L'Amérique du Sud – Argentine, Uruguay, Brésil*. Paris: Hachette, 1911.

CORREA, A. M. M., *História Social de Araraquara, 1817 - 1930*. São Paulo: USP, 1967.

CORRÊA, A. M. M. *Para preparar a mocidade – Fragmentos de memórias na História da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara: 1923/1976*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

COSTA, J.C.S. & OLIVEIRA, A.C. *Uma filosofia justifica a Sociedade Culto à Ciência*. [s.l.n.d].

DE LORENZO, H. C. & COSTA, W. P. da. *A década de 20 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Ed.UNESP, 1998.

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura–1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO - 1930-1983. Beloch, I. e ABREU, A. (Coord.). Rio de Janeiro: Forense; FINEP; FGV-CPDOC, 1984. (vol. 4).

DUARTE, P. *Júlio Mesquita*. São Paulo: HUCITEC; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

DUBY, G. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed.UFRJ, 1993.

FAUSTO, B. *O Brasil Republicano – I Estrutura de poder e economia (1889-1930)* In *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991. Tomo III.

FERRAZ, M.C.B. *São Carlos do Pinhal, sua fundação e sua História*. São Paulo: Ed. Autor, 1955.

FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed.UNESP, 2002.

FOLLIS, F. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.

FONT, M & BARZOLATTO, E.. *Café e política. A ação cafeeira na elite paulista 1920-1930*. São Paulo: FFLCH- USP, 1988.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M.. *O que é um autor?* Lisboa:Vega, 1992

- GAGLIARDI, J.M.. O indígena e a república. São Paulo: Hucitec, 1989.
- GERSON, B. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.
- GOMES. A. C. & FERREIRA M. de M. Primeira República: um balanço historiográfico, *Revista de Estudos Históricos* 4 , 4, 1989.
- GORDINHO, M. C. *A casa do Pinhal*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- HOBBSAWN, E. *A era dos extremos*. São Paul: Cias das Letras, 1995.
- LAPA, J.R.A. *Os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: USP, 1996.
- LAPA, J.R.A. (org.). *História Política da República*. Campinas: Papyrus, 1990.
- LARA, P. C. *Marília sua terra sua gente*. Marília: Iguatemy,1989.
- LE GOFF, J.. *São Luís - Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LEAL, V.N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- LEME, P.T.A. *Nobiliarquia paulistana e genealógica*. São Paulo: Livraria Martins, s.d..
- LEMOS, R. L. do C. *Benjamin Constant: Vida e História*. Rio de Janeiro: Top Books, 1999.
- LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In RÉMOND, R.(Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ- Ed. FGV, 1996.
- LOVE, J. *São Paulo na federação brasileira (1899-1937) – A locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MACHADO Jr. A. M. *Centro Acadêmico XI de Agosto. Faculdade de Direito de São Paulo - Relação dos Bacharéis*. São Paulo: MAGEART, 2001 - 2º volume.
- MACHADO Jr. Divisão territorial do Estado de São Paulo; Presidentes da República. São Paulo: A. M. Machado Jr.,1997.
- MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977-78. Vol. VII (1933-1960).
- MATOS, O. N. *Café e ferrovia: revolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Pontes, 1990.
- MELLO, E. C. de. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

MELO, L. C. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo; Instituto Genealógico Brasileiro, 1954.

MESGRAVIS, L.. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599(?) - 1884)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

MESSIAS, R.C. *O cultivo do café nas bocas de sertão paulista – Mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830 – 1888*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONSMA, K.; TRUZZI, O.& CONCEIÇÃO, S.. Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no oeste paulista, 1895-1898 IN *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.18 no.53 São Paulo, Oct. 2003, p. 72

MORAES, P.G. *Condições de funcionamento do “bloco regional cafeeiro paulista”: 1889-1919*. Campinas: UNICAMP, 1987.

OLIVEIRA, A. de S. *Escritos Políticos*. São Paulo: Arx, 2002.

PAULA, C.F, de. *Culto à Ciência - Colégio, Ginásio e Colégio Estadual - Monografia*. Campinas, 1946.

PEREIRA, V. A. *Formação política de Marília: terra e poder na frente pioneira paulista (1924-1937)*. Assis: UNESP, 1990 (Dissertação de Mestrado).

PERISSINOTO, R.M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

PESSOA, E. *Pela Verdade*. Rio de Janeiro: INL, 1957. TOMO. II.

PESTANA, N.R. *A oligarquia paulista*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1919. (como Ivan Subirrof).

PRADO, M.L.C. *A Democracia ilustrada*. São Paulo: FFLCH-USP, 1982 (Tese de Doutorado).

RÉMOND, R. (Org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SALIBA, E. T.. *Ideologia liberal e oligarquia paulista: a atuação e as idéias de Cincinato Braga, 1891-1930*. São Paulo: USP, 1981 (Tese de Doutorado).

SCHMIDT, B.B. Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 10, nº19, 1997.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

SIMON, O. R. de M. von (org). *O garimpeiro dos cantos e antros de Campinas - Homenagem a José Roberto Amaral Lapa*. Campinas: CMU/IFCH, 2000.

SODRÉ, N. V. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TELAROLLI, R. “Os sucessos de Araraquara” estudo de um caso de coronelismo em fins do século XIX. São Paulo: USP, 1975 (Dissertação de Mestrado).

TELAROLLI, R. *A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República*. São Paulo: USP, 1981(Tese de Doutorado).

TOPIK, S. *A presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

TRUZZI, O. *Café e Indústria - São Carlos: 1850-1950*. São Carlos: Ed.UFSCar,2000.

VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da História - Micro-história*. São Paulo: Campus, s/d.

VARGAS, C. R. *As várias faces da cidade - Bento de Abreu Sampaio Vidal e a modernização de Araraquara (1908-1916)*. Franca: FDHSS-UNESP, 2000 (Dissertação de Mestrado).

VARGAS, G. *Diário/ apresentação Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VUGMAN, G. *A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação (1872-1974): subsídios para uma Estrada de Ferro paulista*. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. (Dissertação de Mestrado).



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Z79b                      Zioli, Miguel  
                              : Política com café no Oeste Paulista Bento de Abreu  
Sampaio Vidal (1872-1948)/ Miguel Zioli. Assis, 2006  
                              184 f.+11 il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras  
de Assis – Universidade Estadual Paulista.

1. Brasil – História – República Velha, 1889-1930. 2. Oli-  
garquia. 3. Café – São Paulo (Estado) – História. 4. São Pau-  
lo (Estado) – Política e governo. 5. Marília, Região de (SP). I.  
Título.

CDD 338.17373  
981.05